



**Cadernos de Psicanálise -
SPCRJ
Liberdade e Transgressão**

SPCRJ – Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro

CPFJ 42.132.233/0001-98

Rua Saturnino de Brito, 79 – Jardim Botânico – Rio de Janeiro – RJ.

CEP 22470-030 – Tel./Fax (21) 2239-9848 2512-2265

secretaria@spcrj.org.br; www.spcrj.org.br

Biblioteca: biblio@spcrj.org.br

Cadernos de Psicanálise / Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro -

v. 1, n. 1 (1982) – Rio de Janeiro: A Sociedade, 1982. –

v. 24, n. 27, 2008

Anual

O título não foi editado em: 1989, 1993 e 1997.

ISSN 0103-4251

1. Psicanálise – Periódicos. I Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro

CDU 159.964.2 (05)

Biblioteca: Carmem Moretzsohn Rocha CRB-7/1008

Periódico indexado nas bases de dados:

* LILACS: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (BIREME)

* INDEX Psi Periódicos (BVS-Psi) – www.bvs-psi.org.br

* Psyc INFO American Psychological Association

Avaliação CAPES/ANPEPP 2004-2005: Nacional A – 88

DISPONÍVEL NAS BIBLIOTECAS DA REDE DE BIBLIOTECAS NA ÁREA DE PSICOLOGIA-REBAP: www.bvs-psi.org.com.br/rebap

NOTA DA COMISSÃO EDITORIAL: A SPCRJ reconhece a importância de manter sua revista indexada nas bases de dados, bem como a necessidade de divulgação ampla do conhecimento. No entanto, é sua filosofia editorial preservar, promover e manter o diálogo analítico para um vivo exercício da Psicanálise. Assim a matéria publicada somente será disponibilizada em *mídia* eletrônica, no todo ou em parte, quando não comprometer o material clínico – matéria prima da construção teórico-técnica da Psicanálise - e mediante autorização expressa específica dos autores dos artigos publicados.



**Cadernos de Psicanálise -
SPCRJ
Liberdade e Transgressão
v.24. n. 27 2008**

SPCRJ

ISSN 0103-4251

Cad. de Psicanál - SPCRJ.	Rio de Janeiro	v. 24	n. 27	p. 1 - 296	2008
---------------------------	----------------	-------	-------	------------	------

Comissão Editorial

Carla Pepe Ribeiro de Souza, Eliane Segabinazi Moreira,
Maria Cecília Figueiró Silveira, Maria Helena Lara de Vasconcellos,
Suely Figueiredo Marques

Editora-Responsável

Maria Helena Lara de Vasconcellos

Conselho Consultivo

Alfredo Naffah Neto

Psicanalista; Prof. do Programa de
Estudos Pós-Graduados em Psicologia
Clínica/PUC-SP

Ana Maria Rudge

Psicanalista/SPID; Profª. Graduação e
Pós-Grad. do Depto. de Psicologia/PUC-Rio;
Pesquisadora/CNPq; Membro da Assoc.
Univ. de Pesq. em Psicopatol. Fundamental

Bernardo Tanis

Psicanalista; Doutor em Psicol. Clínica/
PUC-SP; Membro da SBPSP e dos Deptos.
de Psicanálise e Psicanálise da Criançada
Inst. Sedes Sapientiae; Diretor de
Comunidade e Cultura da FEPAL

Daniel Kupermann

Psicanalista; Mestre em Psicologia Cínica/
/PUC-Rio; Doutor em Teoria Psicanalítica/
/UFRJ; Prof. do Depto. de Psicologia
Clínica/USP

David Epelbaum Zimerman

Médico Psiquiatra; Psicanalista, Membro
Efetivo e Didata/SPPA; Psicoterapeuta de
grupo. Ex-presidente da Soc. de Psiquiatria/RS

Esther Perelberg Kullock

Psicanalista; Membro Titular e Supervisora/
SPCRJ

Jeferson Machado Pinto

Psicanalista; Prof. do Depto. de Psicologia/
UFMG; Prof. dos Programas de Pós-Grad.
em Psicologia e Filosofia/UFMG

Karla Patrícia Holanda Martins

Psicanalista; Doutora em Teoria
Psicanalítica/UFRJ
Prof. Titular /UNIFOR-Ceará

Maria Inês Lamy

Psicanalista, Membro da Seção Rio da
Escola Brasileira de Psicanálise / EBP-ECF

Maria Sílvia G. Fernández Hanna

Psicanalista; Doutora em Teoria
Psicanalítica/UFRJ;
Membro Aderente/EBP-RJ

Neyza Prochet

Psicanalista; Membro Efetivo/CPRJ;
Doutora em Psicologia Clínica/USP-SP.

Paulo César Nogueira Junqueira

Psicanalista; Membro Efetivo/SPCRJ

Rachel Sztajnberg

Psicanalista; Membro Efetivo e
Supervisora/SPCRJ

Regina Helena Landim

Psicanalista; Membro Aderente e
Supervisora/SPCRJ

Suely Figueiredo Marques

Psicanalista; Membro Efetivo e
Supervisora /SPCRJ; Docente do Curso
de Especialização em Teoria e Clínica
Psicanalítica/UGF.



Conselho Diretor - Gestão 2006-2008

Presidente:

Suely Figueiredo Marques (Turma L-1986)

Vice Presidente

Paulo César Nogueira Junqueira (Turma L-1986)

Secretária Administrativa

Cristiane Dib El-Khouri (Turma D1-2003)

Secretário de Finanças

Marcia Souza Leal de Meirelles (Turma XA-1997)

Secretária de Divulgação

Denise Obraczka (Turma D1-2003)

Diretora Técnica

Rachel Sztajnberg (Turma E-1978)

Vice Diretora Técnica

Regina Helena Landim (1991)

Coordenadora da Comissão Científica e de Ensino (CCE)

Neda Maria Braga de Matos (Turma L 1986)

Coordenadora da Comissão de Admissão e Acompanhamento (CAA)

Ana Cristina Moreira de Sousa Pinna (Turma S-1993)

Coordenador da Comissão de Publicação e Biblioteca (CPB)

Maria Helena Lara de Vasconcellos (Turma B1-2001)

Coordenadora da Comissão Ética

Francis Kiperman (Turma E-1978)

Diretora Clínica

Lindinaura Canosa (Turma R-1992)

Vice Diretora Clínica

Maria Suely de Assis Dalsenter (Turma R-1992)

sumário



Editorial, 13 - 15

Tema em debate - Liberdade e Transgressão

Psicanálise de família:

uma clínica transgressora?, 19 - 34

Núcleo de Família e Casal – SPCRJ

Liberdade e a máquina de linguagem, 35 - 49

Ana Maria Rudge

**Ironia, transgressão e tragicidade na
neurose obsessiva, 51 - 77**

Daniel Kupermann & Ramon Souza

Genealogia da transgressão, 79 - 98

Joel Birman

Entrevista

Affonso Romano de Sant'Anna, 99 - 115

Comissão Editorial

Artigos

**A agressividade no contexto dos cuidados
primários: a liberdade suficientemente boa, 119 - 139**

Claudia Amorim Garcia e Issa Damous

**A constituição do sujeito e a noção de causa
na psicanálise, 141 - 165**

Cristia Rosineiri G. Lopes Correa

Adolescência, liberdade e transgressão, 167 - 182

Luiz Carlos de Oliveira Marinho

Breve ensaio sobre a liberdade e o ato de criação, 183 - 197

Luiz Felipe Nogueira de Faria

Criação, liberdade, transgressão: fronteiras, 199 - 217

Rachel Sztajnberg

**Primeiras transgressões freudianas: modulação
de paradigmas, 219 - 244**

Suelena Werneck Pereira

Resenhas

**A parte obscura de nós mesmos - uma história dos
perversos, 247 - 255**

Elisabeth Roudinesco

Paulo César Nogueira Junqueira

Em tuas mãos, 257 - 267

Inês Pedrosa

Marisa Campos da Paz

O menino do pijama listrado: uma fábula, 269 - 272

John Boyne

Rachel Stajnberg

**Uma vida inventada. Memórias trocadas
e outras histórias, 273 - 277**

Maitê Proença

Stella Maria Daudt da Veiga

Paradojas de la sexualidad masculina, 279 - 283

Silvia Bleichmar

Regina Helena Landim

Normas para o envio de artigos, 285 - 290

Números anteriores, 291 - 293

summary



Editorial, 13 - 15

Subject on debate - Freedom and Transgression

***Family psychoanalysis:
a transgressive clinic? 19 - 34***

Núcleo de Família e Casal – SPCRJ

Freedom and the influencing machine, 35 - 49

Ana Maria Rudge

***Irony, transgression and tragedy
in obsessive neurosis, 51 - 77***

Daniel Kupermann & Ramon Souza

Genealogy of transgression, 79 - 98

Joel Birman

Interview

Affonso Romano de Sant'Anna, 99 - 115

Comissão Editorial

Papers

***Agression in the context of primitive cares:
the good-enough freedom, 119 - 139***

Claudia Amorim Garcia e Issa Damous

***The constitution of the subject and the notion of
cause in psychoanalysis , 141 - 165***

Cristia Rosineiri G. Lopes Correa

Adolescence, freedom and transgression, 167 - 182

Luiz Carlos de Oliveira Marinho

Short essay on freedom as an act of creativity, 183 - 197

Luiz Felipe Nogueira de Faria

Creativity, freedom, transgression: frontiers, 199 - 217

Rachel Stajenberg

First Freudian transgressions: modulating the paradigms, 219 - 244

Suelena Werneck Pereira

Resenhas

The dark side of ourselves - a history of the perverted., 247 - 255

Elisabeth Roudinesco

Paulo César Nogueira Junqueira

In your hands, 257 - 267

Inês Pedrosa

Marisa Campos da Paz

The boy in striped pijamas: a fable, 269 - 272

John Boyne

Rachel Stajenberg

A made up life. Misrecollections and other histories, 273 - 277

Maitê Proença

Stella Maria Daudt da Veiga

Paradoxes of the male sexuality, 279 - 283

Silvia Bleichmar

Regina Helena Landim

Rules for submission of papers, 285 - 290

Some previous editions, 291 - 293

editorial



Esta edição dos *Cadernos de Psicanálise – SPCRJ* convida nossos autores e leitores à reflexão e ao diálogo sobre as fronteiras delimitadoras entre **Liberdade e Transgressão**: de pensamento, de corpos, de valores e práticas sociais e culturais. O tema escolhido se inicia a partir dos articulistas convidados para a seção **Debate** de nossa revista, e se desdobra, de forma múltipla, pelos **Artigos e Resenhas** como provocação a uma *inquietação ativa* aos pares psicanalistas e aos demais interlocutores da sociedade e da cultura.

Quando Freud nos presenteou com suas considerações acerca do que nomeou “mal-estar” na convivência em coletividade - que se uniu, justamente, em busca de amparo, cooperação, segurança para enfrentar as forças naturais - apontava já ali o paradoxo inelutável. Para se *estar* e se *continuar estando*, é imperativo abdicar de parte da *natureza do ser* – uma barganha permanente entre o *solitário* e o *solidário* na qual as partes se excluem mutuamente, ou são passíveis de conciliação? Internalizado o conflito, qual a fração ideal entre o *indivíduo narcísico* e o *indivíduo social* para garantir e preservar sua Existência como *um*, mediante as exigências e necessidades organizacionais do *todos*? Qual a medida para que esses *todos*, privados de seu senso de *um*, não se voltem novamente uns contra os outros sem se importar que, afinal, já não reste *nem um*?

As guerras de todos os tempos de nossa história – abertas ou não – tanto ameaçam as integridades quanto denunciam o eterno dilema entre “*A liberdade ou a vida!*”, numa proposição tal que a escolha da primeira remete, inexoravelmente, à perda da segunda. “Direito de escolha é fundamental”, dizem alguns, “ou não há que se falar nem em *liberdade*, nem em *transgressão*, pois esta só se dá, justamente, em oposição àquela!” “Oposição sim”, retrucam outros, “pois é esta que, propiciando o exercício da diferenciação, institui o campo da *liberdade suficientemente boa*: aquela que permite o experienciar da realidade compartilhada e funda o *eu responsável*. “Mas como ser *responsável* se os objetos de referência ao *ser em formação* não se apresentam de forma identificável ou legítima?”- por que os valores e costumes da cultura se liquefazem, escorrem, escapam crescentemente a quaisquer tentativas de apreensão e compreensão dos sentidos em frenética transformação? “Ora”, vem outro coro, “o sentido é causa-perdida; dado *a priori*, de fora para dentro, não estofa o *ser* do sujeito: é palavra que entulha, determina, impede o espontâneo do ser”. “Mas isto, com a modernidade globalizada e bem balizada pelos *ident-kits* de última geração se resolve na drogaria, com posologias individuais digitalizadas eletronicamente”, alguém retruca, enquanto mais alguém se espanta: “Como assim, identidades prescritas em comprimidos e cápsulas? Estamos na era do neo-idealismo farmacológico?” “Os ideais são míticos”, meneia um cético, “fantasias aprisionantes, divinas ou pagãs, a cercear a existência, ditar regras, impor palavras, e esvaziar toda condição para o pensamento, tornando estrangeiro o homem para si mesmo...” “

Conversa fiada! Nas tramas do cinismo, em nome de *leis simbólicas*, soberanos destronados e deuses mortos pervertem a perversão normalizando todo fora-da-lei como liberdade permissível. Ou toda agressão como legítima defesa?”

Alguém reinventando a memória divaga, sem aflição: “Esse filme eu já vi: como um jogo do carretel, os limites oscilam, entre a ética do desejo e a ética da moral, nesse *entre-lugar* obscuro entre o eu e *os outros* (do mundo interno e do externo), onde a vida escava brechas entre a besta e o humano - aquele, ironicamente, estranho familiar.

Lançando, uma vez mais, o carretel nesse interjogo vital do eu/outro, nossos autores convidam a você, leitor, a se jogar, com sua singularidade, neste encontro compartilhado de *pequenas diferenças*: uma convocação ao campo criativo de necessárias interrogações.

A Comissão Editorial



**Tema em Debate -
LIBERDADE E TRANSGRESSÃO**

**Psicanálise de família:
uma clínica transgressora?**
Núcleo de Família e Casal- SPCRJ

**Liberdade e a máquina
de linguagem**
Ana Maria Rudge

**Ironia, transgressão e tragicidade
na neurose obsessiva**
Daniel Kupermann & Ramon Souza

Genealogia da transgressão
Joel Birman



Liberdade e a máquina de linguagem
Freedom and the influencing machine

Ana Maria Rudge¹

Resumo

Em contraste com a noção de liberdade na filosofia moral de Kant, na psicanálise o peso do social na determinação do sujeito é fundamental. A linguagem, cujo peso Kant omitiu na sua crítica, é responsável pela transmissão do legado simbólico a cada novo ser. A lingüística forneceu a Lacan o instrumental para abordar de modo mais rigoroso do que Freud o recalque originário como tributário da linguagem. A máquina de influenciar do esquizofrênico é tomada como paradigma de uma relação do sujeito com a linguagem de alienação e total submissão, e a *Urverdrängung* é o passo necessário a uma mudança de posição em relação à linguagem.

Palavras chave: liberdade; linguagem; fala; recalque originário; máquina de influenciar.

Abstract

In contrast to the notion of freedom in the moral philosophy of Kant, the social determination

of the subject is fundamental for psycho-analysis. Language, whose weight Kant omitted in his Critique, is responsible for the transmission of the symbolic legacy to each infant. Linguistics supplied Lacan the instrument to approach in a more rigorous way the primary repression as tributary of language. The psychotic machine to influence is taken as the paradigm of a relationship of the subject to language marked by alienation and total submission. Urverdrängung is the necessary step to a change of position in relation to language.

Keywords: *freedom; language; speech; primary repression; influencing machine.*

* Membro Psicanalista /SPID; Professora do Departamento de Psicologia / PUC-Rio; Pesquisadora /CNPq; Pesquisadora da Associação Universitária de Psicopatologia Fundamental.

Liberdade e a máquina de linguagem
Freedom and the influencing machine

Ana Maria Rudge

Em seu sentido mais corriqueiro, a liberdade é a condição em que vive aquele que não é escravo, que pode agir como bem entende. Na filosofia, a liberdade é compreendida de muitas formas, mas sempre articulada à questão moral. Se não se dispõe de liberdade, não se pode responsabilizar alguém pelas conseqüências do que faz.

A liberdade é estritamente ligada à razão prática, razão que se ocupa dos determinantes da vontade, no pensamento de Kant. A primeira questão que o filósofo se coloca é se a razão pode determinar a vontade por si mesma, ou se ela atua apenas se empiricamente condicionada, uma alternativa em que a liberdade está em jogo. Na faculdade de desejar um objeto, o princípio determinante do livre arbítrio é a representação do objeto, e de sua relação sujeito e com o sentimento de prazer que ele proporciona. Pode-se dizer que é o objeto que comanda o desejo.

A vontade que se deixa guiar por uma lei universal que lhe é dada exclusivamente pela razão, em contraposição, é uma vontade livre, pois a razão tem em si mesma os princípios da ação. A simples forma da lei,

que é dada pela razão, é que determina a vontade. Tal vontade é independente da lei da causalidade, que é a lei natural das relações entre os fenômenos, e essa independência é o que Kant chama de liberdade.

Freud algumas vezes relacionou o supereu, em sua face mais cruel, ao imperativo categórico kantiano. A ética proposta por Kant, prescritiva, poderia ser resumida na fórmula “Age segundo uma máxima tal, que possas querer ao mesmo tempo em que ela se torne lei universal.” Essa analogia entre a ética do dever kantiano e o supereu é frequentemente lembrada pelos autores psicanalistas, por seu valor heurístico, mas ela às vezes obscurece tudo o que existe de diferença entre a proposta do filósofo e a da psicanálise.

A psicanálise segue, em relação ao tema da liberdade e da moralidade, um rumo muito diverso do kantiano. Senão, vejamos, em Kant é o ser racional que se dá a lei moral através de sua razão. Existe uma identidade entre o sujeito legislador e o que se submete à lei (DELEUZE, 1976). É essa identidade que permite ao filósofo pensar a obediência à lei moral como caracterizando uma vontade autônoma.

Já o futuro sujeito freudiano, nasce basicamente amoral. Sua razão não lhe pode ditar lei moral alguma. É apenas através dos vínculos de dependência aos primeiros adultos protetores, da identificação com eles e com seus valores, que se constituem para ele as leis morais. Todos lembram da precoce advertência freudiana de que, no primeiro choro da criança que não é mais mera expressão de desprazer, mas que já representa um chamamento à mãe, encontram-se já as raízes de toda a consciência moral.

Nossas leis morais são, para Freud, heteronômicas. Da perspectiva da psicanálise freudiana, não existe

essa liberdade que toma como medida a própria razão, suficiente para indicar o que deve ser feito. Depende-se, ao contrário, de uma transmissão que traz as marcas da cultura, a particularidade de uma nacionalidade, classe social, credo religioso, e família, e que se dá no seio das primeiras relações amorosas e da situação histórica concreta.

Se a vontade livre kantiana significa que o sujeito se dá sua própria lei, na psicanálise a lei que guia o homem vem de outro, há sempre o constrangimento imposto pelo “estrangeiro”, que lhe transmitirá as leis do mundo simbólico através da linguagem, linguagem cujo papel Kant omite ao elaborar suas críticas da razão.

A concepção de linguagem que vigorava à época de Freud era bem diversa da que temos hoje. Houve uma mudança que se refletiu em várias áreas do saber, e trouxe em seu bojo certas simultaneidades epistemológicas. Foucault (1971), embora se diga incapaz de explicar esses movimentos que tendem a confluir em vários campos diversos, recusa-se a meramente atribuí-los ao “espírito do tempo”, e os toma como base para suas análises arqueológicas.

Podemos considerar que uma dessas simultaneidades, que marcou o século vinte, é o que se convencionou chamar de virada lingüística. Seu pressuposto fundamental é que a linguagem sobrepuja e é condição do pensamento¹. De comum acordo sobre esse pressuposto, encontramos versões de abordagem da linguagem que sob outros aspectos são bastante diferentes, como a filosofia analítica da linguagem, a filosofia hermenêutica, o estruturalismo e o pós-estruturalismo.

¹É conhecida a polêmica dos anos sessenta entre Laplanche, que considerava o inconsciente como condição para a linguagem, e Lacan, que assegurava que a linguagem é que é condição para o (pensamento) inconsciente.

Os estudos da linguagem contemporâneos à construção teórica de Freud eram de filologia, estudos históricos apoiados em documentos e textos escritos, que buscavam o entendimento do desenvolvimento da língua ou de famílias de línguas. Em consonância com esse modelo, Freud se dá como objetivo estudar o desenvolvimento da linguagem, convencido de que isso lhe daria meios para melhor compreender a linguagem dos sonhos. É baseado no estudo de um filólogo, Karl Abel, sobre a língua proto-egípcia, por exemplo, que se apoiará para reconhecer, nos mecanismos do sonho, a ação atual do estágio primitivo, descrito por Abel, em que as palavras teriam possuído dois sentidos antitéticos (FREUD, 1910)².

A lingüística, posteriormente, imprimiu uma significativa mudança de orientação nos estudos da linguagem, que teve como sua fonte de inspiração a obra de Saussure. A linguagem passa a ser entendida como um sistema que tem sua existência independente da consciência e da existência de um ou outro sujeito, e que se conserva sem modificações durante largo período de tempo em sua sistematicidade própria. A consequência é que, nessa rede, “sujeitos sucessivos se limitam a entrar, por portas, por assim dizer, laterais” (FOUCAULT, 1971, p. 30)

Essa mudança tem, portanto, sensíveis repercussões no que diz respeito ao estatuto do sujeito e à liberdade que se lhe possa atribuir. O sujeito se vê desalojado do primado do qual desfrutava anteriormente, a tal ponto que o mote que acompanhou o *boom* do estruturalismo nos anos cinquenta e sessenta foi que, depois da morte

² O trabalho de Abel foi posteriormente fortemente criticado por Benveniste.

de Deus, com Nietzsche, estaria tendo lugar a morte do sujeito ou o assassinato do homem.

Lacan chega à psicanálise nesse momento. Seus estudos da lingüística estrutural o põem em contato com a linguagem como uma estrutura que perdura sem grandes modificações por longos períodos de tempo, numa temporalidade que é inteiramente diversa daquela da vida de cada pessoa. A linguagem, que aí já está há muito quando cada homem vem ao mundo, é a verdadeira natureza a que ele é introduzido ao nascer. A entrada nesse meio de linguagem é o trauma constituinte do sujeito humano como dividido.

O sujeito é tomado como determinado pela linguagem, sujeitado a ela, logo, como privado de liberdade: “a palavra é um câncer que acomete o ser humano” (LACAN, 2006, p. 96).

Essa nova perspectiva sobre a linguagem, curiosamente, de certa forma já havia sido indicada pela fenomenologia da psicose, na qual as bizarras na relação do sujeito com a linguagem estão sempre presentes, e que já haviam chamado a atenção dos psicanalistas pioneiros.

Um marco nessa história foi a publicação do artigo de Tausk sobre a máquina de influenciar, o único de seus textos que se tornou conhecido, e que foi o último de sua lavra. Por obra da antipatia que Freud devotava a Tausk, só tardiamente sua obra se tornou conhecida, pela intervenção do historiador da psicanálise e cientista político Paul Roazen, que dedicou um livro a esse psicanalista.

Como se sabe, a obra é sobre uma forma de delírio, comum na esquizofrenia: uma máquina exerce uma influência hostil e controla inexoravelmente os pensamentos e ações de sua vítima. Tausk descreve

os efeitos da geringonça, composta de botões, alavancas, baterias, fios e arruelas, da seguinte forma: ela apresenta imagens que o paciente vê; produz nele pensamentos e sentimentos por meio de correntes elétricas ou quaisquer forças obscuras, assim como também pode lhe arrebatrar pensamentos e sentimentos. Além disso, lhe causa sensações e fenômenos motores, como ereções ou coceiras, ou incômodos problemas orgânicos - abscessos, dermatites, etc.

O operador da máquina, que costuma ser do sexo masculino, é um inimigo cujo único propósito é torturar o paciente. Muitas vezes se trata de um médico por quem ele foi tratado anteriormente.

O desdobramento típico do delírio é que inicialmente surgem sentimentos de transformação e de “alienação”, em que o sujeito começa a sentir-se estranho a si mesmo. Mais tarde, é que estas experiências serão, a título de explicação, atribuídas à sugestão ou ação telepática de um estranho. Finalmente, as idéias de influência e perseguição resultam na aparição da máquina de influenciar.

Tausk levanta a possibilidade de que o delírio de influência possa ocorrer em pacientes de outros grupos mórbidos que não a esquizofrenia, tanto neuroses quanto psicoses, embora esses efeitos se dêem parcialmente de forma inconsciente, e sem a construção de uma máquina.

Seguindo a intuição freudiana de que máquinas complicadas nos sonhos podem simbolizar os órgãos genitais do sonhador, Tausk sugere que a máquina de influenciar seria uma representação desses órgãos projetada para o exterior, o que se confirmaria com a notícia de que ela, freqüentemente, provoca sensações de cunho sexual, ereções e poluções.

A idéia de que outros podem conhecer seus pensamentos, comum na esquizofrenia, tem antecedentes na infância, já que a criança manifesta ter, em relação aos pais, essa mesma convicção. Tausk, antes mesmo de Winnicott e de Aulagnier, irá valorizar nesse texto as mentiras da criança e seu desejo de guardar segredos como fundamentais na formação do seu eu em reação ao mundo externo.

O delírio do esquizofrênico de que pensamentos lhe são induzidos por outrem se baseia na incapacidade infantil de fazer qualquer coisa por própria conta, e no momento em que recebeu dos adultos a linguagem e o pensamento (TAUSK, 1977, p.199).

Essa máquina que conhece e controla os pensamentos é uma excelente imagem da linguagem, essa linguagem como sistema que a ciência da linguagem nos apresentou. Segundo Gori, na discussão do artigo de Tausk sobre a máquina de influenciar na esquizofrenia, Freud reconheceu que o delírio da máquina corresponde à “alucinação de uma experiência infantil originária, no decorrer da qual, literalmente, o outro, pela fala, ‘faz para a criança seus pensamentos’” (GORI, 1998, p. 89).

Tausk foi um dos primeiros se aventurarem, com o instrumental psicanalítico do qual era um admirador entusiasta, na seara da psicose. Apesar de suas conflituosas relações com Freud, já bem conhecidas a partir da publicação do livro de Paul Roazen (1973), recebe do mestre algumas palavras de reconhecimento por seu pioneirismo nesse campo ao final do texto metapsicológico de 1915 – “*O Inconsciente*”.

Freud dá um espaço privilegiado a duas observações clínicas de Tausk em que uma particularidade da fala na esquizofrenia é posta em destaque sob a

rubrica de “fala do órgão”. Relembrando uma delas, Freud relata como a paciente de Tausk, quando se encontrava em uma igreja, sentiu um sacolejo, tendo a sensação de que algo a forçava a mudar de posição. Em seguida, a paciente observa que seu amante era rude, enquanto ela era refinada. Apesar disso, ele lhe dava a entender que era superior a ela, e tentava convencê-la de que ela era quem devia tentar ser como ele. Assim, ele a colocava em uma posição falsa.

Diferentemente da histeria, a ocorrência no corpo é imediatamente acompanhada de uma fala em que pensamentos conscientes sobre o que foi expresso na linguagem do corpo aparecem a céu aberto. No segundo exemplo retirado da clínica de Tausk, a paciente queixava-se de estar com os olhos torcidos. Relata então que seu amante era um hipócrita, um “torcedor de olhos”, expressão que, em sentido figurado, quer dizer no alemão “enganador”.

Essas mesmas observações clínicas de Tausk reaparecem em seu artigo de 1919, mas mencionadas de forma muito rápida, provavelmente porque já não tinham o encanto do ineditismo, por serem sobejamente conhecidas através do artigo freudiano.

A máquina de influenciar, brilhante elaboração sobre o fenômeno delirante presente na esquizofrenia, não surge da pluma de Tausk sem relação com o que lhe ocorre na transferência com o mestre, embora este tenha se recusado a ser seu psicanalista. Afinal seu vínculo com Freud e com a psicanálise era o centro de sua existência, e a influência e o roubo de idéias eram temas centrais nessa relação.

Tausk queixava-se a seu amigo Edoardo Weiss que Freud não reconhecia a originalidade de seus pensamentos, e que assimilava suas idéias em sua própria

obra (*apud* ROUSTANG, p. 126). O curioso é que e este sentimento era recíproco.

Helène Deutsch, que foi a analista indicada por Freud para seu discípulo, ouviu de Freud que a presença de Tausk na Sociedade lhe causava um sentimento “unheimlich”. Temia que Tausk pudesse apossar-se de alguma idéia sua e desenvolvê-la antes que se desse por satisfeito com ela e a publicasse. E o pior, comentou Freud com Helène, é que não apenas Tausk compartilhava inteiramente suas idéias, como acabava acreditando que fossem só dele! (ROAZEN, p. 66).

O Diário de Lou Andreas Salomé mostra como, acompanhando a difícil relação entre Freud e Tausk, ela captava que algo da máquina estava em ação. Comenta que o drama constituído pelas relações entre ambos era tal que Tausk sempre iria se interessar pelos mesmos problemas e tentativas de solução aos quais Freud estava se dedicando a cada momento, e que isso não era casual, mas fruto de seu desejo de se fazer de seu filho, assim como de odiar a esse pai. Como amiga próxima de ambos e espectadora privilegiada da conflituosa relação, completa dizendo que “*exatamente como na transferência de pensamento, ele estará sempre ocupado das mesmas coisas que Freud, e jamais dará aquele passo de lado que lhe daria espaço*” (ANDREAS-SALOMÉ, 1970, p.332).

A fantasia de roubo de idéias e as querelas sobre prioridade, que foram tão correntes na história da psicanálise, como observou Roustang (1976, p.101) encobrem idéias de influência. O autor sugere que resultam de uma projeção destas idéias.

Telepatia, transmissão de pensamentos, o temor de ter seu pensamento devassado por outrem, se não chegam a constituir um delírio de influência, certamente

indicam que a máquina de influenciar toca em algo que, embora se apresente de forma mais evidente na esquizofrenia, tem um alcance estrutural para o humano, e que Lacan conceituou com muita precisão como a experiência fundamental de entrar na linguagem.

Esses temas estão presentes no seminário 23, em que Lacan discute a carência paterna em Joyce, compensada por seu empenho em fazer-se um nome, fazendo de sua arte o *sinthome*. Menciona então a apresentação do caso de uma esquizofrênica que começou pelo *sinthome* “palavras impostas”. Embora o termo seja da cliente, Lacan considera que ela enuncia algo que parece ser lacaniano. Prossegue: “Como é que todos nós não percebemos que as palavras das quais dependemos nos são, de alguma forma, impostas?” (LACAN, 2006, p. 93) Aqui os psicóticos parecem ter uma percepção da real situação mais fina do que a dos ditos normais, que não se dão conta com tanta clareza de que a “palavra é um parasita”, “um câncer que acomete o ser humano” (LACAN, 2006, p. 93).

A paciente queixava-se não apenas de que palavras lhe eram impostas, mas também de que sofria de telepatia. Não que soubesse o que os outros pensavam, mas estava convencida de que todos podiam tomar conhecimento de seus mais íntimos pensamentos. Não podia ter qualquer segredo, nada de privado, e por isso havia tentado o suicídio.

Tausk se matou no mesmo ano em que publicou seu artigo sobre *A Gênese da máquina de influenciar no curso da esquizofrenia*. A linguagem, máquina poderosa que é a verdadeira natureza à qual somos

introduzidos, a todos nos parasita. Mas tudo indica que o Outro deva ser silenciado para que se possa viver.

O instrumental da linguística permitiu a Lacan avançar em relação ao caminho feito por Freud sobre a formulação do recalque originário, questão que o próprio Freud considerou mal resolvida em sua obra. Grande parte do esforço teórico de Lacan foi exatamente nesse sentido, passando pela metáfora paterna, as operações de alienação e separação, e toda a elaboração em torno dos nós, na qual o tema da *Urverdrangung* é recorrente.

Não é uma tarefa simples. Não só Lacan, mas também vários autores mostram que há uma defasagem, um vácuo entre a linguagem e a fala. Segundo Agamben, a ausência de um caminho entre uma e outra deixou a ciência da linguagem e todas as ciências humanas que tomam a linguística como sua ciência piloto “face a face com a suprema aporia, além da qual ela não pode avançar sem sua transformação em filosofia”(AGAMBEN, 2007, p.7).

As origens da linguagem devem ser esquecidas. Linguístas, como Benveniste e Jakobson, mostram como os pronomes e outros indicadores, que Jakobson chamou de *shifters*, diferentemente dos outros signos da linguagem, são signos vazios que não podem ser definidos sem referência à mensagem. O que eles operam é a passagem da língua à fala (AGAMBEN, 2006, p. 41).

É nesse caminho problemático entre linguagem e fala para cada sujeito, sem desconsiderar a ajuda indispensável da filosofia ou do estudo da linguagem, que a psicanálise situa o “Nome do Pai e o mito individual do neurótico, que permite esquecer a origem da

Ana Maria Rudge

linguagem, subjetivando-a por meio de uma tragédia pessoal” (COELHO, 2008).

A peça fundamental na psicanálise é o passe pelo qual a linguagem deixa de ser o que invade e suprime até esse mínimo de liberdade necessário para que a vida seja suportável. Nessa passagem, ela chega, eventualmente, a se tornar nosso bem maior.

Ana Maria Rudge

Rua Marques de São Vicente, 225; Ed. Cardeal Leme, sala 201.

Gávea - Rio de Janeiro - RJ

CEP 22453-900

Fone: (21) 3527-1185

E-mail: arudge@puc-rio.br

Referências

AGANBEN, Giorgio. *A linguagem e a morte: um seminário sobre o lugar da negatividade*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

_____. *Infancy and history: the destruction of experience*. London, New York: Verso, 2007.

ANDREAS-SALOMÉ L. *Correspondence avec Freud suivi du Journal d'une année (1912-1913)*. Paris: Gallimard, 1970.

COELHO, T. Comunicação pessoal em 30.07.2008.

DELEUZE, Gilles. *Para ler Kant*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

Cadernos de Psicanálise - SPCRJ, v. 24, n.27, p. 35 - 49, 2008

FOUCAULT, Michel. Entrevista com Michel Foucault por Sergio Paulo Rouanet e J. G. Merchior. Comunicação 3. O homem e o discurso. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971, p. 17-42.

FREUD, Sigmund. *The antithetical meaning of primal words*. London: The Hogarth Press, 1975. (The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud, XI). (Trabalho original publicado em 1910).

_____. *The unconscious*. London: The Hogarth Press, 1975. (The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud, XIV). (Trabalho original publicado em 1915).

GORI, Roland. *A prova pela fala*. São Paulo: Escuta 1998.

LACAN, Jacques. *El seminario 23: el sinthome*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

TAUSK, Victor. *Trabajos psicoanalíticos*. Barcelona: Granica Editor, 1977.

ROAZEN, Paul. *Irmão animal: a história de Freud e Tausk*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

ROUSTANG, François. *L'Étrange familial*. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, Paris, Gallimard, n. 14, p. 85-116, Automne, 1976.

debate



Genealogia da transgressão *Genealogy of transgression*

Joel Birman*

Resumo

A intenção desse artigo é o de esboçar a constituição do campo da transgressão na nossa tradição e as suas derivações na psicanálise.

Palavras-chaves: transgressão, lei, norma.

Abstract

The aim of this article is of outlining the constitution of the transgression's field in our tradition and their effects in psychoanalysis.

Keywords: transgression, law, rule.

* Psicanalista, Membro do *Espace Analytique* e do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos, Professor Titular do Instituto de Psicologia/UF RJ e Professor Adjunto do Instituto de Medicina Social/UF RJ, Pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Doutor de Estudos em Ciências Humanas / Universidade Paris VII.

Genealogia da transgressão
Genealogy of transgression

Joel Birman

Senso comum

Quando se fala comumente na palavra transgressão a primeira idéia que é evocada no espírito das pessoas é de que o transgredir seria uma ação contra uma regra bem estabelecida e fundada socialmente. Dessa maneira, o substantivo transgressão seria a resultante de uma ação que visaria a não reconhecer, por um lado, mas até mesmo tripudiar, pelo outro, de uma regra instituída numa dada tradição. Não se trata, portanto, de um desconhecimento da regra em questão, no ato de transgredir, mas do pleno reconhecimento da mesma pelo transgressor. Esse conhece perfeitamente a existência da dita regra, mas não a reconhece efetivamente.

Pode-se depreender disso facilmente como a transgressão se inscreve no registro eminentemente simbólico, pelo reconhecimento pleno e efetivo da regra, pelo sujeito, no ato da transgressão. Portanto, é o registro do valor o que está implicado nessa experiência crucial. Estamos então lançados no campo efetivo da moral. No que concerne a isso, a ética do sujeito estaria decididamente implicada, sem qualquer dúvida, na experiência da transgressão. Existiria, assim, um

evidente desprezo do transgressor em face de uma regra bem estabelecida e uma tentativa frontal desse em pretender impor abusivamente o seu querer aos outros. O transgressor visaria então se sobrepor aos demais de maneira ostensiva, já que esses supostamente se regulariam por um código comum, que os conjugaria numa mesma totalidade moral e social. Enfim, o dito transgressor pretenderia assim ocupar um lugar de exceção em dada comunidade.

Em decorrência disso, a transgressão implicaria numa desobediência realizada por um sujeito, que produziria uma ruptura crucial e uma descontinuidade flagrante no campo homogêneo do espaço social, delineado que seria esse pelo imperativo de uma regra comum e que pressupõe da parte de todos os participantes desse espaço a obediência dessa regra. Uma fronteira seria então ultrapassada e decididamente desrespeitada pelo sujeito. Entreabre-se, assim, uma janela pela qual se pode vislumbrar a constituição do Outro, que se opõe ao Mesmo, definido que esse é pelo espaço social e o código moral em pauta.

O que se esboça assim é o território do mal, forjado que é por coordenadas próprias. Por isso mesmo, a idéia de transgressão se desdobra naquelas de violação e infração, pelas quais o ato de transgredir se desloca progressivamente do registro da moral para o registro do direito. Em decorrência disso, a transgressão pode se inscrever, decididamente, no campo da criminalidade.

Essa leitura do senso comum seria bem fundada?

Sentidos

A pesquisa realizada em alguns dicionários etimológicos fundamenta essa concepção sobre a transgressão vigente no senso comum, sem qualquer dúvida sobre isso.

Assim, o “*Aurélio Século XXI*” enuncia que a palavra transgredir implica em “passar além” e “atravessar”,¹ estando suposto aqui a ultrapassagem de uma fronteira bem estabelecida. Em decorrência disso, a palavra transgredir é declinada como “desobedecer”, “infringir”, “violar” e até mesmo de “deixar de cumprir”,² indicando então a ruptura realizada pelo transgressor com um pacto e uma palavra estabelecidas. Portanto, o substantivo transgressão seria a resultante de um ato da ordem da “infração” e da “violação”.³

No “*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*”, a idéia de que a transgressão se evidencia como “ir além” e “atravessar” se desdobra na idéia de ultrapassar uma fronteira e de avançar num outro território.⁴ Na sua ultrapassagem o que estaria em pauta seria, da parte do sujeito, o “não cumprir” e o “não observar” uma “ordem”, uma “lei” e um “regulamento”.⁵

No dicionário “*Le Nouveau Petit Robert*”, da língua francesa, enuncia que transgredir implica da parte do sujeito em “passar por cima”⁶, seja de uma “ordem”, de uma “obrigação” e de uma “lei”.⁷ Ao lado disso, insiste ainda nas idéias de “infringir”, de “violar” e de “desobedecer”.⁸

O dicionário “*Petit Larousse*”, também da língua francesa, enuncia a idéia de “contravenção”⁹ além dos demais sentidos acima destacados.

O dicionário “*Compact Oxford English*”, de língua inglesa, enuncia que o verbo ‘*to transgress*’ significa literalmente um ato pelo qual o sujeito “vai além dos limites do que é moral, social e legalmente aceitável”.¹⁰

¹ *Aurélio século XXI*. O Dicionário da Língua Portuguesa. 1999, 3ª edição, p. 1987.

² *Ibidem*.

³ *Ibidem*.

⁴ *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 2001, 1ª edição, p. 2751.

⁵ *Ibidem*.

⁶ *Le Nouveau Petit Robert*., 1994, p. 2294.

⁷ *Ibidem*.

⁸ *Ibidem*.

⁹ *Petit Larousse*, 1976, p. 1035-1036.

Portanto, os diversos sentidos enunciados para as palavras transgredir e transgressão, presentes nesses dicionários das línguas portuguesa, inglesa e francesa, fundamentam inequivocamente a concepção corrente do senso comum, que foi por nós inicialmente formulada.

O que estaria então aqui implicado, nesse recenseamento prévio?

Sujeito e lei

Antes de tudo, é preciso reconhecer devidamente de que seria pela inserção nesse campo semântico que as palavras transgredir e transgressão se inscrevem nos diferentes discursos da moral, do direito, da política e da psicanálise. Esses diversos saberes forjaram os seus conceitos específicos sobre a problemática da transgressão fundados nesse campo semântico que procuramos delinear. Com efeito, o que estaria sempre em pauta seria a idéia de que a transgressão implicaria na infração de uma regra e no passar por cima de uma lei, realizado por um dado sujeito.

No que concerne especificamente à psicanálise, o que estaria em questão seria a indagação teórica sobre as relações estabelecidas entre o sujeito e a lei. Essa indagação teórica se desdobra necessariamente numa teoria da clínica, na medida em que a psicanálise como prática implica numa experiência, que pressupõe efetivamente uma ética. Nessa perspectiva, a transgressão se enuncia como uma infração e uma violação de uma lei simbólica, que fundaria à existência de uma comunidade e de uma tradição. O transgredir seria assim um ato fundamentalmente perigoso do sujeito, pois esse estaria na contra-mão de uma ética e se chocaria frontalmente com o código moral instituído. Em decorrên-

cia disso, a problemática da transgressão em psicanálise estaria na base de todas as reflexões teóricas e clínicas que se realizaram sobre a perversão e a perversidade. Isso porque seria pela mediação dessas figuras limites que a problemática do mal se materializou e tomou forma no campo do discurso psicanalítico.

Assim, tanto a perversão quanto a perversidade implicariam numa ação que se chocaria com uma interdição fundamental. Essa seria fundadora da ordem humana, qual seja, a interdição do incesto. O discurso psicanalítico, principalmente com Lacan,^{11,12} pressupõe a existência transcendente de uma lei simbólica que fundaria a dita ordem. Esta se forjaria, na experiência do sujeito do inconsciente, pela mediação da estrutura edipiana. Portanto, os registros da estrutura perversa e da perversidade delineariam o paradigma da transgressão por excelência no discurso psicanalítico.¹³ Enfim, na perversão e na perversidade estariam materialmente consubstanciados a transgressão e o ato de transgredir do sujeito em estado puro.

Para Lacan, no entanto, os registros do sujeito, do desejo e da lei estariam intimamente articulados, de maneira que não se pode conceber conceitualmente um deles sem a referência dos demais. Seria o próprio conceito de estrutura que os costuraria num mesmo conjunto, não existindo aqueles no exterior e fora da dita estrutura.

Seria nesse sentido que Lacan ironiza repetidamente a concepção de transgressão em alguns de seus seminários, tal como essa foi enunciada na obra de Bataille^{14,15,16} Não existiria, assim, algo que estaria e

¹¹ LACAN, (1953), 1966.

¹² *Idem*, . *L'éthique en psychanalyse*. 1986.

¹³ CLAVREUL, 1987.

¹⁴ BATAILLE, 1957.

¹⁵ *Idem*, 1971.

¹⁶ *Idem*, 1957.

que restaria fora-da-lei, pois o registro da lei simbólica articulária intimamente os registros do sujeito e do desejo. Com efeito, a perversão seria uma *père-version*, isto é, ainda uma versão e uma incidência da figura do pai no campo do desejo e da sexualidade. Porém, o que não se considera devidamente nos diferentes discursos das ciências humanas, da psicanálise, do direito, da moral e da política, que tratam sempre a problemática da transgressão num sentido ahistórico, é a modernidade da palavra transgressão. Trata-se, com efeito, de uma palavra muito recente na tradição ocidental, constituindo-se no Renascimento e na aurora da primeira modernidade.

Assim, a palavra transgressão foi enunciada apenas no século XV, em latim, sob a forma de *transgresam*.¹⁷ Portanto, é uma palavra de emergência tardia na nossa tradição, inexistente na Antiguidade e na Idade Média. Um acontecimento histórico de significação primordial se constituiu então com a formação dessa palavra, com o correspondente campo semântico que foi assim forjado e que foi acima delineado, que é uma das dimensões inaugurais dos tempos modernos. Seria por esse viés que podemos agora nos indagar sobre o que estaria efetivamente em pauta na problemática da transgressão.

Morte de Deus e Transgressão

Foucault procurou delinear as coordenadas teóricas e éticas que estariam presentes na emergência da problemática da transgressão na aurora da modernidade, na passagem do século XVIII para o século XIX, num ensaio sobre a obra de Bataille intitulado “*Prefácio à transgressão*”, publicado em 1963, na revista “*Critique*”.¹⁸

¹⁷ *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Op. cit., p. 2751.

¹⁸ FOUCAULT, (1963). 1994, p. 233-251.

Qual foi a proposição teórica de Foucault? Nada mais nada menos, de que o desenvolvimento sistemático sobre a questão da transgressão foi disparado no final do século XVIII, com a emergência da problemática da morte de Deus e a crise moral da religião, que apenas tomou corpo definitivo nesse contexto histórico. Foi produzida então uma ruptura radical e uma descontinuidade na tradição do Ocidente, no que tange o discurso sobre os valores e o campo da moral.

Assim, retomando o filosofema de Nietzsche sobre a morte de Deus,^{19,20,21} Foucault procurou demonstrar como a queda da lei simbólica nos deixou em face de um vazio fundamental, perante o qual nós deveríamos agora escolher permanentemente a direção de nossas ações no mundo. Não existiria mais, desde então, nenhuma possibilidade para o sujeito de estabelecer um limite absoluto e uma fronteira segura para si, qualquer que fosse ela. Portanto, o mundo estaria então totalmente aberto para nós decidir o que fazer e como fazer, porque não existiria mais qualquer lei transcendente para nos regular, de maneira absoluta.²² Dostoievsky, leitor atento de Nietzsche, aliás, dizia de maneira eloqüente, século XIX: se Deus está morto, então tudo seria agora possível.

Em decorrência disso, nós estaríamos desde então destinados a transgredir, sem existir qualquer interrupção quanto a isso. Essa ausência de limite ao nosso querer nos impeliria para múltiplas direções ao mesmo tempo, numa voragem inebriante de expansão, que seria o correlato e o contraponto ao vazio e o abismo fundamentais que teriam se aberto diante de nós.

¹⁹ NIETZSCHE, 2000.

²⁰ HEIDEGGER, 1971.

²¹ *Idem*, 1962.

²² FOUCAULT, Op. cit.

Deve-se destacar aqui devidamente que Foucault não realiza a leitura do senso comum sobre a transgressão, na qual essa seria o resultado de um ato do sujeito pelo qual ele se choca com uma barreira pré-estabelecida e que procura assim ultrapassá-la. Empreender essa leitura instituída seria interpretar a transgressão sem sublinhar o que nela seria fundamental e que delinaria o seu Outro, a saber, a queda final da lei simbólica, seja essa originária do discurso teológico seja essa oriunda do discurso do direito natural.

Para Foucault, com efeito, conceber a transgressão como um choque contra uma regra e como a tentativa de ultrapassamento pelo sujeito de uma lei estabelecida seria ainda ficar preso a uma representação do passado, sem dar o devido peso à perda da autoridade simbólica implicada na morte de Deus. Essa perda nos deixou órfãos da proteção divina, por um lado, e onipotentes, pelo outro. Seria justamente por isso que nós estaríamos condenados à transgressão, como um destino inelutável traçado pelas coordenadas da modernidade. Enfim, somos conduzidos inevitavelmente à transgressão, porque nada mais nos impede de fazer o que quer que seja, nos deixando à deriva.

No entanto, para se contrapor a essa queda da lei simbólica e para colocar limites às ações humanas, num espaço social muito mais complexo do que existia no passado em decorrência do aumento da população e da multiplicação dos laços sociais, principalmente no espaço urbano, necessário foi a criação de normas sociais, pela mediação dos discursos das ciências humanas.

Com efeito, em decorrência de razões biopolíticas, ocorreu um aumento significativo da população nesse contexto sócio-histórico, de tal maneira que o número

de nascimentos começou a ultrapassar o de falecimentos na tradição ocidental, invertendo decididamente a tendência estabelecida há muito tempo na nossa história. Por conseguinte, a população foi transformada modernamente no novo alvo do poder^{23,24,25} sendo então forjadas a biopolítica e o biopoder.

Assim, a qualidade de vida da população se transformou na fonte maior da riqueza das nações.^{26,27} O espaço urbano se expandiu face ao espaço rural, ganhando maior presença demográfica no espaço social. A constituição da polícia e da polícia médica se relaciona diretamente com a transformação da população no novo alvo do poder, pois necessário seria controlar socialmente os movimentos, as configurações e as alocações da população no espaço social assim reconfigurado.

Assim, a constituição das ciências humanas na aurora do século XIX foi a resposta, ao mesmo tempo, epistemológica, política e moral, face ao vazio e a ausência que foram engendrados pela queda da lei simbólica. Nessa perspectiva, as diferentes ciências humanas seriam as fontes e as matrizes para a produção de normas, para se contraporem às transgressões produzidas pelo vazio da lei simbólica. Seria necessário então realizar permanentemente a normalização do corpo e do espírito, para dominar e regular devidamente as bases das transgressões, pois essas estariam sempre presentes como potencialidades e virtualidades imediatas, desde a aurora da modernidade.²⁸

²³ FOUCAULT, (1976), 1997.

²⁴ *Idem*, . 1999.

²⁵ *Idem*, 2004.

²⁶ *Idem*, 1976;

²⁷ *Idem*, 2004

²⁸ *Idem*, 1974.

Para empreender devidamente esta estratégia meticulosa de controle social da população, necessário foi realizar a leitura do espaço social e da população pela mediação das categorias do normal, do anormal e do patológico, pelos quais a classificação oriunda dessas configurações poderia conduzir às melhores táticas de normalização do social. Por isso mesmo, a medicina ocupou uma posição estratégica nos campos político e epistemológico, pois se transformou na matriz e no paradigma por excelência das diferentes ciências humanas constituídas ao longo do século XIX.²⁹ Isso porque o ideário da produção da saúde passou a ocupar a posição anterior regulada que era pelo ideário da salvação, na gramática civilizatória outrora regulada pelo imperativo do sagrado e pela presença onipotente de Deus. Com o ideal da produção da saúde o que estaria em pauta, enfim, seria a constituição da qualidade de vida da população como fonte maior de riqueza das nações.

Da prova ao exame

Deve-se evocar que nesse ensaio sobre Bataille, do início dos anos 60, Foucault já esboçava preliminarmente a sua proposição teórica axial sobre a normatização do social na modernidade, que ele veio a desenvolver sistematicamente em seguida, centrando-se nas problemáticas da morte,³⁰ do discurso,³¹ da punição³² e do erotismo.^{33,34} Pode-se depreender facilmente que,

²⁹ FOUCAULT, 1963.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ *Idem*, 1966.

³² *Ibidem*

³³ *Idem*, 1984.

³⁴ *Idem*, 1984.

nos alicerces dessa proposição teórica, o que está em pauta é a morte de Deus e o seu correlato, qual seja, a constituição da transgressão como problemática fundamental da modernidade.

O que estaria em pauta na configuração epistemológica desses novos saberes, denominados de ciências humanas? Nada mais, nada menos, do que o deslocamento decisivo de uma modalidade de saber centrado sobre a problemática da prova para um outro centrado agora na problemática do exame.³⁵ Com efeito, se os discursos do direito e das ciências naturais seriam regulados pelo imperativo da prova e da verificação, em contrapartida aqueles das ciências humanas seriam regulados pelo exame.

Por isso mesmo, a medicina foi a matriz epistemológica e o paradigma antropológico das diferentes ciências humanas ao longo do século XIX, pois com a constituição da clínica, a medicina forjou a primeira modalidade de saber centrado sobre o exame. Além disso, com a clínica a medicina constituiu ainda a primeira forma de saber fundado sobre o particular e não mais sobre o universal, na medida em que o registro do universal era, desde Aristóteles, o campo fundamental para a constituição de qualquer saber.³⁶

A problemática constituída pela articulação entre os registros do normal do anormal e do patológico estaria no centro dos saberes fundados no exame, justamente porque seria a problemática da transgressão que seria a condição concreta de possibilidades para a produção desses saberes. Pode-se dizer, portanto, que os registros do anormal e do patológico indicam as linhas de força por onde as

³⁵ *Idem*, (1974). Op. cit.

³⁶ *Idem*, op. cit.

transgressões assumem corpo e forma, materializando-se, assim, efetivamente. Enfim, seria necessário individualizar meticulosamente os corpos e os espíritos, pelo exame clínico detalhado no registro do particular, para que se pudesse estabelecer devidamente os limites e os limiares entre o normal, o anormal e o patológico.

Neste contexto, o discurso do direito penal fundado sobre a prova passou a ser regulado pelo da medicina, fundado na clínica e no exame. Constituiu-se, assim, a perícia médico-legal,³⁷ que passou a delinear os limiares pelos quais a responsabilidade do sujeito no ato da transgressão poderia ser definida e estabelecida. Seria então pelo viés do discurso psiquiátrico inscrito na prática médico-legal, que a avaliação do juiz poderia se consubstanciar, para decidir sobre a responsabilidade de um ato do sujeito. Dessa maneira, os discursos sobre as transgressões continuaram a ser decididas pelo direito penal, mas pela mediação agora da leitura clínica e da perícia médico-legal. Enfim, a criminologia como discurso foi então estabelecida, nas fronteiras entre os discursos do direito e da psiquiatria, tendo na transgressão a sua problemática fundamental.

Pode-se dizer ainda que quando Durkheim, nas “*Regras do método sociológico*”,³⁸ caracterizou a sociedade moderna marcada pela anomia, isto é, pela ausência e pela fragilidade das normas sociais nela presentes, ele estaria remetendo à problemática da transgressão na modernidade, tal como foi esboçada na leitura de Foucault. No entanto, a única retificação a ser feita é que o que está em pauta não é a ausência/fragilidade das normas sociais, mas a queda da lei sim-

³⁷ FOUCAULT, op. cit.

³⁸ DURKHEIM, 1966.

bólica. Além disso, foi a normalização ostensiva do espaço social que foi a solução moderna a essa quebra da lei simbólica e não a ausência de norma.

A problemática da anomia em Durkheim se aproxima assim do conceito freudiano do mal-estar na modernidade.³⁹ O solo fundador de ambas é a problemática da transgressão, tal como essa foi concebida por Foucault à partir do filosofema de Nietzsche da morte de Deus e da queda da lei simbólica.

Impasses e passes

Foi por essa direção de leitura sobre a problemática na transgressão, inscrita nos registros da biopolítica e da normalização do social na modernidade, que Foucault colocou em questão a concepção sobre a existência da lei simbólica, fundada no Édipo, em psicanálise.⁴⁰ Isso porque a morte de Deus provocou uma ruptura e uma descontinuidade radical na tradição ocidental, subvertendo todos os seus valores de ponta-cabeça. A emergência tardia da palavra transgressão no nosso vocabulário como vimos, na aurora dos tempos modernos, indicava já a modernidade da problemática em questão, numa história concebida na escala temporal da longa duração.

Além disso, a idéia de uma lei simbólica remete ainda à concepção de lei e não da norma, indicando assim uma economia do poder fundado ainda na soberania e não na disciplina,⁴¹ tal como essa foi configurada apenas na modernidade. Nesses termos, enunciar a

³⁹ FREUD, (1930), 1971.

⁴⁰ FOUCAULT, *op. cit.*

⁴¹ FOUCAULT, *op. cit.*

concepção de uma lei simbólica implicaria num retorno teórico e ético aos tempos pré-modernos, na estrita lógica do poder.

Estaria aqui então o duplo impasse teórico para conceber a problemática da transgressão como estando fundada numa suposta lei transcendental e ahistórica. Nessa perspectiva de leitura, o que se perde efetivamente são as marcas evidentes da normalização que estão presentes nas formas de subjetivação e nos seus critérios de verdade.⁴²

Tudo isso nos conduz à exigência inequívoca de termos que repensar o estatuto teórico e clínico da perversão no discurso psicanalítico, na atualidade. Esse teria assim que se descolar de qualquer marca sexológica que ainda lhe habita, de formas direta e indireta, nos seus interstícios, desenraizando-o desse espectro. Para isso, necessário seria uma outra leitura da psicanálise e de sua história, numa direção genealógica.

No que concerne a isso, a leitura inaugural de Freud nos “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”,⁴³ assumiu uma direção decidida de crítica da sexologia. Com efeito, com o enunciado do conceito de sexualidade perverso-polimorfa Freud rompeu com a concepção de sexualidade centrada na reprodução, por um lado, e com o moralismo sobre o erotismo, pelo outro. Com isso, o discurso freudiano realizou uma ruptura eloqüente e efetiva com o discurso sexológico. As leituras posteriores de Freud sobre o mal-estar,^{44,45} no qual esse seria inerente à experiência da modernidade, foram derivadas de sua concepção inaugural sobre a sexualidade.

⁴² *Idem, op. cit.*

⁴³ FREUD., (1905), 1962.

⁴⁴ *Idem*, (1908), 1973

⁴⁵ *Idem*, (1930), *op. cit.*

Assim, Lanteri-Laura, na sua concisa e sistemática “*Leitura das perversões*”, colocou o devido acento na descontinuidade teórica e ética que estaria condensada nos “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”. Indicou, além disso, como as tradições psiquiátrica e psicanalítica posteriores a Freud restauraram uma leitura moralista e sexológica sobre as perversões, similares às que existiam no tempo pré-freudiano.⁴⁶ Pode-se dizer que a constituição do conceito de lei simbólica, enfim, é o emblema e o signo maior dessa restauração conceitual e moral existente no discurso psicanalítico contemporâneo, lançando esse discurso nos primórdios de sua história.

Joel Birman

Rua Marques de São Vicente, 250
Gávea - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 2241-040
Fone: 2259-8413(consultório)
E-mail: regmarchese@globo.com
joel.birman@pesquisador.cnpq.br

Referências

AURÉLIO século XXI. O Dicionário da Língua Portuguesa. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BATAILLE, G. *L'erotisme*. Paris, Minuit, 1957.

_____. *La littérature et le mal*. Paris, Gallimard, 1957.

_____. *Les larmes d'Eros*. Paris, Jean Jacques Pauvert (10/18), 1971.

⁴⁶ LANTERI-LAURA, 1979.

Joel Birman

CLAVREUL, J. *La loi et la désir*; approches psychanalytiques. Paris, Denöel, 1987.

COMPACT Oxford English. Oxford University Press, 2006.

DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, 1ª edição.

DURKHEIM, E. *Les règles de la méthode sociologique*. Paris, PUF, 1966.

FOUCAULT, M. *Naissance de la clinique*. Paris, PUF, 1963.

_____. *Les mots et les choses*. Paris, Gallimard, 1966.

_____. “La vérité et les formes juridiques” (1974). In: *Dits et Écrits*. Paris, Gallimard, 1976. V. 2.

_____. *Surveiller et punir*. Paris, Gallimard, 1974.

_____. *La volonté de savoir*. Paris, Gallimard, 1976.

_____. *L’usage des plaisir*. Paris, Gallimard, 1984.

_____. *Le souci de soi*. Paris, Gallimard, 1984.

_____. Preface à la transgression. In: _____. *Dits et écrits*. Volume I. Paris, Gallimard, 1994.

_____. *Il faut défendre la société*. Paris, Gallimard/Seuil/EHESS, 1997.

_____. Les techniques de soi même. In: _____. *Dits et écrits*. Volume IV. Paris, Gallimard, 1994.

Cadernos de Psicanálise - SPCRJ, v. 24, n.27, p. 79 - 98, 2008

_____. *Les anormaux*. Paris, Gallimard/Seuil/EHESS, 1999.

_____. *Naissance de la biopolitique*. Paris, Gallimard/Seuil/EHESS, 2004.

_____. *Securité, territoire, population*. Paris, Gallimard/Seuil/EHESS, 2004.

FREUD S. *Trois essais sur la théorie de la sexualité*. Paris, Gallimard, 1962. (Trabalho original publicado em 1905).

_____. “La morale sexuelle ‘civilisée’ et la maladie nerveuse des temps modernes”. In: FREUD, S. *La vie sexuelle*. Paris, PUF, 1973. (Trabalho original publicado em 1908).

_____. *Malaise dans la civilisation*. Paris, PUF, 1971. (Trabalho original publicado em 1930).

HEIDEGGER, M. “Le mot de Nietzsche ‘Dieu est mort’”. In: _____. *Chemins qui ne mènent nulle part*. Paris, Gallimard, 1962.

_____. *Nietzsche*. Paris, Gallimard, 1971. v. 1, 2.

LACAN, J. “Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse” (1953). In: _____. *Écrits*. Paris, Seuil, 1966.

_____. *L’éthique en psychanalyse*. Le Séminaire, livre VII. Paris, Seuil, 1986.

Joel Birman

LANTERI-LAURA, G. *Lecture les perversions*. Histoire de leur appropriation médicale. Paris, Maison, 1979.

LE NOUVEAU Petit Robert. Dictionnaire de la Langue Française. Paris, Dictionnaires Le Petit Robert, 1994.

NIETZSCHE, F. Assim falou Zaratustra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

PETIT Larousse. Illustré. Paris, Larousse, 1976.



Entrevista

Affonso Romano de Sant'Anna

Realizada por e-mail pela
Equipe da Comissão Editorial
em agosto de 2008



entrevista

Entrevista com Affonso Romano de Sant'Anna*

C.E. - De que maneira o fato de ser de uma família protestante e ter sido educado para seguir os passos dos tios pastores influenciou sua opção pela literatura e o jornalismo? Recordar-se de alguma vivência de infância ou de juventude que tenham sido determinantes para tal escolha?

A.R.S. - A ética protestante é muito forte. E continuo um “reformador”, protestando sempre e procurando inovar em todos os campos em que atuo. No fundo, talvez eu seja um “pregador” e como John Wesley, que fundou o Metodismo, eu me diga: “o mundo é a minha paróquia”. E nisto vai o embate contra a ditadura social, política e estética e essa batalha mais recente desmascarando os equívocos da “arte oficial” do nosso tempo.

*Poeta, pensador, cronista, autor de mais de quarenta livros, sua trajetória, muito pessoal, reúne, dentre outros, os registros como: Professor orientador em diversas universidades brasileiras (UFMG, PUC-Rio, UFRJ, UFF) e estrangeiras (Alemanha, França, USA). Pesquisador bolsista das Fundações Ford, Guggenheim, Gulbenkian e DAAD. Membro jurado dos prêmios internacionais de literatura Camões (Portugal/Brasil), Rainha Sofia (Espanha); Peres Bonald (Venezuela), Pegaso/Mobil Oil (Colômbia/USA). Jornalista de revistas e periódicos brasileiros de grande circulação (Senhor, Veja, Manchete, Isto É; Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo, O Globo, O Estado de Minas e Correio Brasiliense). Presidente da Biblioteca Nacional responsável por sua modernização física e tecnológica, pela criação de programas de tradução de autores brasileiros e de incentivo a jovens escritores, bem como pela difusão e valorização da poesia e da literatura infanto-juvenil; pela criação do Sistema Nacional de Bibliotecas e pelo PROLER. Agraciado com a Ordem do Rio Branco e com as Medalhas Tiradentes, da Inconfidência e Santos Dumont.

O colégio Granbery em que estudei (com seus grêmios literários), meu pai (sempre lendo um livro), minha mãe (e os cadernos onde colecionava poesias), a leitura sistemática desse livro terrível lírico e fantástico que é a Bíblia, tudo isso me afetou.

C.E. - Em recente entrevista na TV, a um psicanalista também autor literário foi feita a pergunta de como ele discriminava em seu trabalho clínico quando um paciente estaria falando de si ou de uma ficção acerca de si mesmo. O entrevistado, afirmando que “*afinal somos feitos de ficções*”, respondeu que se isso acontecesse somente estaria sendo apresentado um aspecto do cliente ainda mais verdadeiro do que aquele traçado como seu retrato “fiel”. Qual seria a sua opinião a este respeito? À parte o divã de analista, qual seria o retrato “fiel” de Affonso Romano e qual a sua ficção?

A.R.S. - Mário de Andrade dizia “sou trezentos”. Os heterônimos de Fernando Pessoa são inúmeros. Sempre se disse que os personagens são “máscaras” do autor e quem faz análise de poemas na universidade tenta separar o eu do poeta do “eu lírico” do autor. Mas outro dia vi uma frase muito instigante do chargista italiano Altan, do “*Espress*” e “*La República*” (pessoa que, aliás, vem muito ao Brasil). Além do mais o pensamento estava na abertura do livro da psicanalista italiana Simonna Agentieri, “*L’ambigüità*”. Dizia:

“- Que diz tua consciência?

- Tenho várias, estou indeciso qual convém usar”.

Essa temática da “ambigüidade” deveria ser melhor estudada hoje. Estou especialmente interessado nisto tentando entender a estrutura da ideologia dominante em nossa época. Ao contrário de épocas precedentes onde a “verdade” era una e indivisível, hoje a ideologia, sob forma de filosofia, *marketing* e comportamento,

pretende que tudo é “verdade”, que a afirmação de uma coisa e seu contrário são equivalentes. Enfim, essa coisa que se chama na filosofia de “relativismo”. Isto vai ter repercussão na ética e na estética. Há uns espertos por aí, verdadeiros especialistas em deslizar, em patinar, em escorregar diante de qualquer assunto. E o pior: isto passou a ser sinal de pós-modernidade, da coisa mais avançada e inteligente. Mas a psicologia e a lingüística podem enquadrar essa “ambigüidade” e esse “relativismo” clinicamente como uma variante do *double bind* de que tratou Batterson e outros. Ou seja, a *laço duplo*, ambíguo, indeciso, que, se por um lado pode gerar e provocar conhecimento, em muitos casos pode levar também ao caos e apenas a uma angústia cínica.

C.E. - Como conterrâneo de Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade, Paulo Mendes Campos, Fernando Sabino, Hélio Pellegrino, Pedro Nava, Adélia Prado, Lucio Cardoso e tantos outros escritores nascidos nas Minas Gerais, a que atribui a extraordinária fertilidade literária das *terras mineiras*?

A.R.S. - Não sei se essa fertilidade é só dos mineiros. Acho que essa teoria foi feita para irritar paulistas...

C.E. - Escritora e jornalista, sua mulher, é uma presença reconhecida e atuante nos meio intelectual brasileiro. Qual é a contribuição de Marina Colasanti para sua atividade literária e jornalística? Ambos participam do processo criativo um do outro, com críticas e comentários, ou preferem seguir a regra de “não levar trabalho para casa”?

A.R.S. - Conviver com ela há quase 40 anos ao invés de me tornar “suspeito”, me transforma numa testemunha privilegiada. Ela formou várias gerações de mulheres, muitas das quais botaram o nome de “Marina” em suas filhas no Brasil, América Latina

e Portugal. É uma pessoa extremamente criativa em vários campos. Em muitos casos, em nossa convivência cotidiana, torna-se difícil detetar a *gênese* do trabalho de um e outro, pois conversamos intensamente sobre tudo o que estamos fazendo. A fecundação meciunança trataram sobre tudo o que estamos fazendo. Brasil, Am^o como uma variante do “double bind”, de que trataram. É um processo de mútua fecundação. Também às vezes fazemos crônicas ou poemas sobre o mesmo assunto sem que o outro saiba. E os ensaios, contos, e poemas, são maturados em conversas caseiras, no carro, na cama ou mesa.

C.E. - Suas múltiplas atividades de escritor, poeta, cronista, professor... Como nasceram estes interesses e de que fontes eles se nutrem?

A.R.S. - Dizia Jorge de Lima (se bem me lembro de memória): “luz tirei do céu, sal tirei do mar, poesia tirei de tudo, abancai-vos, meus irmãos!”.

C. E. - Alguns escritos podem ser instantâneos, outros bastante elaborados, burilados, em busca de uma forma ótima, de um conteúdo melhor colocado... Como se dá o seu processo criativo?

A.R.S. - Tudo é possível. Esses meus textos sobre a arte de nosso tempo, para ficar num exemplo mais recente e quente, são resultado de uns 50 anos de meditação, visita a museus, a artistas, consulta em bibliotecas e muita perplexidade. É aquela coisa: - uma idéia, seja da maçã de Newton, da banheira do Arquimedes, surge de um longo processo de maturação. Até mesmo o descobridor da teoria do caos, nos anos 70, andou muito tempo olhando as nuvens, as gotas que caíam numa torneira, as espumas de um regato.

Posso escrever de encomenda ou posso me “encomendar” textos que expressem minha perplexidade,

pasmos, amor e solidão. Escreve-se para preencher um vazio, um vácuo causado pelo pasmos seja diante dos temas transcendentais, seja diante de uma simples cena cotidiana. Os primitivos criavam mitos para expressar isto, os escritores e artistas criam símbolos e alegorias, que acabam sendo de utilidade pública, como se observa com Kafka, Cervantes ou Guimarães Rosa.

C.E. - Seria legítimo supor a existência de um estilo poético ou de uma forma literária específica da pós-modernidade?

A.R.S. - Se existe um termo problemático é esse “pós-modernidade”. Surgiu na arquitetura significando exaustão das formas lisas, planas, limpas do futurismo e modernismo mais uma proposta de recuperação de estilos antigos. Uma fusão, apropriação de formas. Na literatura isto foi empregado de maneira confusa e contraditória. Uns espertos andaram se chamando de “pós-modernos” na literatura, para faturarem o *dernier cri*. Nas artes plásticas é ainda mais confuso, se mistura com várias coisas. De uma maneira geral, os ensaístas e historiadores dizem que a “pós-modernidade” atingiu seu apogeu nos anos 80 e começou a decair. Então, o pobre estudante vai se indagar: “Onde estamos agora? Na pós-pós?”. Por essas e por outras é que Umberto Eco, numa discussão com o “pós-moderno” Richard Rorty, foi logo ironizando e dizendo que ele, Umberto Eco, era “pós-antigo”, e deu vários exemplos de como vários itens dessa ideologia existiam na antiguidade sob outros disfarces.

C.E. - Em sua opinião, quais os efeitos que a globalização teria sobre os novos escritores e de que modo ela estaria afetando o fazer literário?

A.R.S. - Há muitos efeitos. Veja a Flip, lá em Paraty.

Faz parte de uma série de festivais, digo “festivais” mesmo, que ocorre em todo o mundo, que mistura arte e espetáculo, no qual o artista é como um personagem de “Caras”. Mas é um fenômeno globalizante. Não é à toa que a criadora da Flip seja uma inglesa. Veja também o mercado editorial. Todo dia tem um grupo estrangeiro comprando editoras brasileiras. O escritor brasileiro pensa “Ôba! Assim vou ser traduzido lá fora!”. Engano, os “de fora” é que começam a circular aqui com mais intensidade.

C.E. - A psicanálise, por meio de diversos de seus teóricos mais importantes, e com o qual mostrou privar de uma boa intimidade, foi um pilar de sustentação para o rico trabalho de pesquisa que deu origem ao seu livro “*O canibalismo amoroso*” (1984). Essa aproximação com as teorias psicanalíticas teria, de alguma forma, contribuído para a idéia desse trabalho, ou o percurso pelas obras e textos é que *chamou* pela psicanálise como um recurso de análise da cultura?

A.R.S. - Comecei a ler sobre Freud e psicanálise ainda na adolescência. Depois fiz análise. E acontece que a psicanálise é um ramo da literatura (ou vice-versa). E nos anos 60 a interdisciplinaridade trazida pelos pensadores de língua francesa (Barthes, Lacan, Foucault, Derrida, Levi-Strauss, etc.) fez com que minha geração tentasse avançar mais nestes estudos. Em “*O canibalismo amoroso*” fiz uma análise estrutural de modelos inconscientes que estão no imaginário masculino e que permanecem até em autores que julgamos “modernos”. É desconcertante, sob este ponto de vista, como Bandeira e Vinícius são antigos, ligados a preconceitos do século XIX, embaraçados com as idéias de “pureza”, “prostituição”, “virgens” e “putas”.

Mas como você anotou, meu trabalho é também

uma análise da cultura, e não apenas do texto literário. Se fosse só literário seria uma “análise estilística”, por exemplo. Mas estou interessado em algo mais profundo e amplo. Se alguém olhar com cuidado, um dia perceberá que meus livros tentam esboçar uma teoria de conhecimento do Brasil e de minha época. Por outro lado, sempre tive consciência que um professor, um escritor, assim como um analista, exercem profissões de muita responsabilidade. Você pode modificar uma vida com uma palavra, uma aula, um poema. E em relação a esse livro sobre o “Canibalismo” e sobre os cursos que dava sobre esse assunto devo revelar que alguns alunos, aliás, acabaram virando analistas.

C.E. - Ao analisar o seu livro “*O canibalismo amoroso*” um crítico o comparou a uma viagem pela história da poesia guiada pelo desejo masculino e por sua projeção no corpo do ser amado. Seria pertinente essa descrição? E, nesse caso, como avalia a figura da mulher contemporânea e seu lugar no imaginário masculino? O mito da mulher-mãe em contraposição ao da *femme-fatale* ainda se sustentaria em tempos pós-modernos?

A.R.S. - Sim, o livro é, e eu o digo na introdução, a história do desejo masculino: suas fantasias e alucinações. E sempre sugeri às alunas que elas fizessem a “história do desejo” do ponto de vista feminino, exatamente para se afastar do viés dominante, masculino. Neste sentido o livro antecipa a política de “gêneros” que virou moda na universidade.

Hoje teria que me deter para novas análises. Esbocei algo a este respeito em textos onde trato do deslocamento do conceito de “centro” e “periferia”, ou seja, a questão do “descentramento” ético e estético, que afetou a linguagem de homens e mulheres. Esse tema

da “mulher-mãe” ou da *femme fatale*, continua atualíssimo, basta ver como até no quadro das “perversões” não apenas literárias, mas cotidianas e prosaicas, os jornais anunciam abertamente a busca de parceiros e parceiras que se oferecem para desempenhar esse e outros papéis em encontros amorosos.

C.E. - “*O canibalismo amoroso*” foi proposto como um trabalho de uma pesquisa literária realizada por cerca de onze anos para subsidiar a escrita da “*história do desejo em nossa cultura*” (p.9). Hoje, 23 anos depois de sua publicação, vivendo nos tempos da liberalização do sexo e da economia globalizada, como se poderia pensar essa questão do desejo? Haveria, a seu ver, mudanças significativas no imaginário erótico masculino e feminino, na realização dos mitos, ou um esvaziamento do desejo?

A.R.S. - O que essa cultura chamada de pós-moderna e, às vezes, de globalizada acentuou, foi a fragmentação. Antes o desejo surgia sob forma mais nítida e unitária, era mais visível, configurável. Hoje a gratuidade de tudo, as ofertas no mercado do desejo e da fantasia são de tal monta, que o indivíduo pode se iludir achando que está preenchendo “a falta original”. Está aí essa meninada saindo para a “*nite*” e se vangloriando de ter beijado 30 pessoas numa só noite e ter “ficado” não sei com quantos. Dir-se-ia que seria uma geração plenamente realizada. O diabo é que essa “original” é também uma falta “originária”, ela é que move o universo. Não é à toa que Norman O. Brown havia dito que Marx se equivocara: não é o trabalho que move a história, é o desejo. Portanto, continua a existir sempre uma ansiedade e uma indagação: - Como é que estou tendo todos os prazeres e objetos que desejo e mesmo assim continuo tão desejanste e insatisfeito?

C.E. - Sua vida pública sempre esteve ligada a movimentos sociais e culturais que renovaram a linguagem literária e artística, contribuindo para transformação e democratização da vida social e cultural brasileira. Assim sendo, qual sua visão sobre o papel das novas mídias eletrônicas, como *sites* e *blogs*, e suas conseqüências para a atividade literária e artística? Em sua opinião, essas novas ferramentas tecnológicas favorecem o surgimento de novos talentos literários e artísticos e a uma maior democratização da literatura no Brasil?

A.R.S. - Esse universo que está se abrindo em nossas telas é um verdadeiro teatro “em abismo”. É muito mais transformador do que pensamos. A cada dia me surpreendo, sinto-me despencando e tentando abrir novo pára-quadras. Isto está afetando os modos de comunicação. Ao mesmo tempo em que está todo mundo se escancarando virtualmente e visualmente, as pessoas estão também falando mais por escrito que oralmente. Até nas empresas, secretárias entre si e patrões sentados *vis-à-vis* se comunicam por escrito, pela tela. Paixões e dramas irrompem dessa mesma tela. Corporeidade televisiva. O *blog* virou o diário de todo mundo. Isto pode levar até a um paroxismo, a um absurdo: todo mundo se comunicando ao mesmo tempo e culminando por um enorme ruído onde ninguém mais se entende. Pode ser uma paródia da realidade. Isto daria até uma peça de teatro. Antigamente você se comunicava quando tinha algo a dizer, hoje você se comunica por comunicar, sem ter nada que dizer. McLuhan, lá nos anos 60, tinha razão, o meio virou a mensagem.

C.E. - Pensando na escrita mais elaborada, como livros, ou na pesquisa, que requerem um processo que se desenvolve *no tempo*, como se pode pensar a

produção de trabalhos desta natureza na atualidade, quando a palavra de ordem parecer ser *a velocidade da informação*?

A.R.S. - Tem uma coisa que li em Paul Virilio no seu livro "*A arte do cegamento*", no qual ele mostra como a arte atual se rejubila em ser cega e em cegar o espectador. É uma coisa que pode ser até melhor desenvolvida. Ele diz que antigamente você dizia: "Penso, logo existo.". Hoje a pessoa conjectura: "Sou visto, logo existo.". Ora, se você lembrar que Virilio foi quem melhor formulou a questão da "velocidade" na nossa cultura, o modo como isto nos alterou, e se juntarmos a isto (pra desgosto de Derrida) a questão do "ser" e da "aparência", você vai concluir que o pessoal quer é ser "visto", pois sendo "visto", começa-se a "existir". O "*Big Brother*" não me deixa mentir. Tudo bem. É assim que a perversa sociedade global e da imagem funciona. Mas falta um verbo aí, cadê o "pensar"? Aquilo que está no "Penso, logo existo.?" Realmente pensar é mais delicado e difícil do que ser visto.

C.E. - A globalização, segundo Bauman, vem dando às relações sociais de toda ordem um caráter cada vez mais "líquido" – no sentido de impalpável, transitório, fugidio. Um sentido diferente daquele que realçado em "O canibalismo amoroso" – "manifestações líquidas do desejo" (p.303) - que nos parece uma expressão primitiva, visceral, do desejo: desejo de vínculo, de fusão, de interpenetração, que faz lembrar a busca de unidade expressa no "sentimento oceânico" mencionado por Freud. A dinâmica cibernética das transformações sócio-econômicas já nos fala de uma "superfluidade volatizante" dos laços. Há uma referência sua à expressão "canibal melancólico" do Fédida. Isto poderia ser remetido a um temor de

destruição irreparável do *objeto bom* - a Mãe-terra, espoliada pela voracidade predatória das economias dominantes? Um temor persecutório, desesperançado e irrefreável de *fim-de-mundo*?

A.R.S. - Essas metáforas que o Bauman usa existem de alguma maneira em outros ensaístas, sempre se referindo ao instável, ao volátil, mutante. Para ter um exemplo entre outros- "*L'art a l'état gazeux*" (A arte no estado gasoso) de Yves Michaud. O que interessa é que ensaístas os mais variados estão assinalando que há algo de novo além do "tudo é que é sólido desmancha no ar" de Marx, que Marshall Berman havia assinalado num livro que foi *best seller* no Brasil. Hoje tudo é volátil, as relações amorosas, a transferência eletrônica de capitais, uma celebridade em cada décimo de segundo, de tal modo que aqueles 15 minutos de glória a que se referia Andy Warhol, há várias décadas, já foram superados, já parecem uma eternidade perto da velocidade gasosa ou líquida de hoje.

Por outro lado, na sua pergunta tem vários problemas embutidos que têm que ser separados antes de serem visto em conjunto. A questão da destruição da Terra, enquanto "mãe boa" é outro assunto. E a bem da verdade, para entrarmos neste assunto temos que retroceder aos princípios do futurismo e da modernidade. Aí ficaremos horrorizados com um dos equívocos da modernidade: pois ela decretou o fim, a morte da natureza e a apologia da máquina, da velocidade.

Isto poderia ter algum charme antes dos anos 60 quando começamos perceber a tragédia da poluição. No entanto, é curioso que no domínio da arte e do pensamento quase ninguém censura esses mecanicistas, tipo Duchamp (pregava o amor mecânico em "*O grande vidro*") e outros além de Marinetti. Aliás,

é bom que se diga que os futuristas e modernistas, em geral, eram irremediáveis machistas. Tinham uma visão de mulher, que benza Deus! Eram do tempo em que se freqüentava prostituta como gesto imperativo de macho. Veja a literatura da época. Ou seja, fazendo a apologia desvairada da máquina e da guerra, falocriticamente a modernidade foi destruindo a natureza - essa mulher passiva, submissa. E é sintomático que na arte contemporânea, volta e meia, um teórico venha com um papo machista destes falando mal do “natural/natureza” e elogiando o “artificial”, a “razão”, a “máquina” e outras fantasias falocráticas.

Outra questão embutida em sua pergunta é essa do “fim do mundo”. No meu livro “*O enigma vazio-impasses da arte e da crítica*” faço uma denúncia grave: o século 20 foi um grande exercício de tanatologia. Amou-se fatalmente a morte. Foi o século mais violento e que mais matou gente em toda a história; morticínio em massa na Alemanha, Rússia e China, por exemplo. A pergunta intrigante é essa: que relação haveria entre o século que mais amou a morte e a constante decretação da morte da arte, morte do homem, morte de Deus, morte da história, morte do romance, morte da poesia, morte do teatro, morte da música, etc.? Não estaria isto num mesmo contexto epistêmico? Claro que sim. Nossa tarefa é analisar isto. Eu, no que me tange, há muito já saí desse cemitério.

C.E. - Em 1980, a editora Civilização Brasileira publicou o livro “*Que país é este?*”. Dessa primeira edição já se passaram mais de duas décadas. Como o autor de tais poemas descreveria, hoje, o cenário político brasileiro e seus impactos sobre os rumos da sociedade e da cultura brasileira?

A.R.S. - Olha, já disse muitas vezes que essa pergunta só pode ser respondida coletivamente. E mais: cada época vai respondê-la de uma maneira. O Brasil de hoje não é o de Machado de Assis, nem o de Tomé de Sousa. Outra coisa é a questão da minha participação num dos momentos mais cruéis de nossa história recente. Houve uma literatura de resistência da qual participei e da qual me orgulho. Numa época em que alguns estavam silenciosos, outros exilados, alguns se revoltando, fiz o que podia e devia e corri meus riscos. O filósofo Luiz Sérgio Sampaio, que durante o tempo da ditadura teve na Embratel uma função importante criando ali um núcleo de pensamento, certa vez disse, para meu espanto, que a abertura não teria sido a mesma sem os poemas que publiquei no “*Jornal do Brasil*” e em outros lugares. Dizia ele que a poesia, graças à sua linguagem específica e forte, dava um recado que outros setores não podiam formular. Fiquei assustado e lisonjeado quando ouvi isto. Quando escrevi aqueles poemas estava dando vazão à minha perplexidade pessoal e histórica. Sempre achei que o poeta deve responder aos estímulos de seu tempo e correr todos os riscos. Aquele e outros poemas foram reproduzidos, musicados. E hoje quando vejo alguns deles reaparecerem na *internet* vinte anos depois (“A implosão da mentira”, “Sobre a atual vergonha de ser brasileiro”), é sinal que têm algo a dizer no momento atual. Aliás, devo esclarecer que estão fazendo o mal-uso (é o lado negativo da *internet*) daquele poema sobre a “mentira”, pois o estropiaram, o aviltaram e o estão usando contra o atual governo, quando era um texto mais complexo e escrito durante a ditadura.

C.E. - Em sua poesia “*Diálogo com os mortos*” lê-se:

“Diziam os sábios antigos:
- os mortos governam os vivos
Mas na ironia da frase
descubro um outro sentido
ao contemplar meu país
num desgoverno aflitivo:
Os que deviam reinar
estão sonâmbulos, perdidos
em seus palácios sombrios,
em seus esquifes de vidro
olhando ao longe a nação.
Não percebem que estão mortos.
Começam a já mal-cheirar
E, no entanto, se recusam
A se deitar
- no caixão.”

Vivendo a política dos anos 2000, essa ótica expressa em seu poema ainda se confirmaria? Somos governados pelos mortos?

A.R.S. - Várias possibilidades de resposta. Há uma frase antiga que diz “Os mortos governam os vivos”. É verdade: estamos ligados a uma tradição. Mesmo os que negam a tradição estão atados, de cabeça para baixo, a ela. O parricida dá sentido à sua vida matando o pai. Outra resposta é que a história é um renascer constante. Diziam nos rituais antigos: “O rei morreu! Viva o rei!”. E parece que foi Nietzsche quem disse que só pode haver ressurreição onde houver morte. E atualmente, como digo no final de “*O enigma vazio*”, estamos tendo que reinventar o “jogo” (e a vida). Depois de tanta morte, que o século 20 trouxe, depois

da “solução final”, que alguns equivocados autoritariamente trouxeram para a arte, temos que recomeçar o jogo. Com outras regras, é claro, mas sempre jogo. Onde não há jogo, não há democracia, não há arte. Pior ainda, onde não há jogo, não há vida. Na morte ninguém joga mais.



Artigos

A agressividade no contexto dos cuidados primários: a liberdade suficientemente boa

Claudia Amorim Garcia
e Issa Damous

A constituição do sujeito e a noção de causa na psicanálise

Cristia Rosineiri G. Lopes Correa

Adolescência, liberdade e transgressão

Luiz Carlos de Oliveira Marinho

Breve ensaio sobre a liberdade e o ato de criação

Luiz Felipe Nogueira de Faria

Criação, liberdade, transgressão: fronteiras

Rachel Sztajnberg

Primeiras transgressões freudianas: modulação de paradigmas

Suelena Werneck Pereira

artigo



A constituição do sujeito e a noção de causa na psicanálise *The constitution of the subject and the notion of cause in psychoanalysis*

Cristia Rosineiri G. Lopes Correa*

Resumo

O artigo aborda a problemática da causa em sua inscrição na psicanálise, a partir das duas operações de causação do sujeito - alienação e separação - presente no ensino de Lacan. Argumenta que a abordagem da causa no campo do sujeito deve ser pensada a partir da noção do inconsciente freudiano e verifica, nesta direção, a margem de liberdade que resta ao sujeito na reformulação dessa problemática da causalidade concebida por Lacan.

Palavras-chave: Causa, sujeito, liberdade, Lacan

Abstract

This article discusses the question of cause in its inscription in psychoanalysis. Based on the two processes which constitute the subject, as

* Psicanalista; Mestre em Filosofia e Ética da Saúde Mental/University of Warwick (UK)

proposed by Lacan, the author posits that approaching cause in the field of the subject ought to be thought from the unconscious notion and, in this sense, treats of the freedom level given by cause in the reformulation of this question of causality, as conceived by Lacan.

Keywords: *Cause, subject, freedom, Lacan*

**A constituição do sujeito e a noção de causa
na psicanálise**
*The constitution of the subject and the notion
of cause in psychoanalysis*

Cristia Rosineiri G. Lopes Correa

**A constituição do sujeito e a noção
de causa na psicanálise**

Lacan em ‘*A Posição do Inconsciente*’ nos diz que o significante ao operar como causa material introduz no sujeito “*o germe da causa*”, que se instala no intervalo entre dois significantes que fazem cadeia, lugar por excelência do objeto causa (LACAN, 1964b, p. 849).

Lacan, então, retoma a questão da causa efeito da linguagem e define as duas operações de alienação e separação como operações de causação do sujeito. O sujeito é causado a partir de duas operações que se recobrem: a operação de alienação e a operação de separação. Processos que devem ser articulados como circulares entre o sujeito e o Outro. Processos circulares, mas por sua natureza sem reciprocidade. Dito de outra maneira, os processos ocorrem de maneira circular, ou seja, retorna-se ao ponto de partida após a efetuação do segundo movimento, mas sem

possibilidade de substituição de um por outro. Essas duas operações fundamentais são comandadas pelo inconsciente que é, entre o sujeito e o Outro – campo onde o sujeito se constitui -, seu corte em ato (LACAN, 1964b, p.853-854).

A partir das operações de alienação e separação o grande debate sobre a causa até então restrito ao campo filosófico é retomado e subvertido pela psicanálise que, com Lacan, reivindica que somente como instância do inconsciente, se apreende a causa como tal. Lacan argumenta que se trata na causa “*da ação retroativa do significante em sua eficácia*” (LACAN, 1964b, p.853).

Essa retomada da noção de causa, por Lacan, engajado com a dimensão do inconsciente conferida por Freud, introduz implicações diretas sobre o conceito de “sobredeterminação” freudiana e, por conseguinte sobre o conceito de liberdade para a psicanálise.

Analisaremos então, inicialmente, as duas referidas operações de causação do sujeito, a saber, a alienação e a separação.

A operação de alienação

Lacan (1964a, 1964b) argumenta que no que concerne a operação de alienação ela está fundada na subestrutura lógica da reunião. Com a lógica simbólica já sabemos que reunião não é soma. A partir dessa clareza operada pela lógica simbólica podemos verificar que na operação de reunião do campo do sujeito com o campo do Outro há uma escolha que longe de somar coloca uma perda radical.

Ainda no campo da lógica simbólica engajada no projeto de evitar equívocos, ambigüidades e mal-entendidos, encontramos nesse campo um recurso para o embaraço colocado pela ambigüidade da pala-

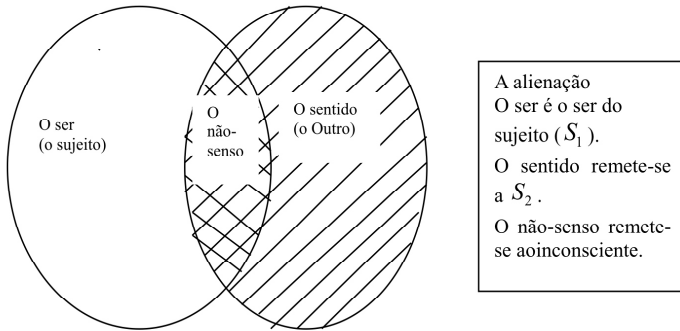
vra ‘ou’, na medida em que ela tem dois significados relacionados, mas distinguíveis. “Não se pagarão prêmios no caso de doença ou desemprego” exemplifica um significado, a saber, o sentido da palavra “ou” chamado sentido débil ou inclusivo. O ‘ou’ inclusivo tem o sentido de “um ou outro, possivelmente ambos” (COPI, 1978, p.229).

Em contrapartida, se num *menu* de preço fixo de um restaurante se indica “salada ou sobremesa”, o que se quer significar claramente é que, pelo preço fixo da refeição, o comensal pode escolher uma coisa ou outra, *mas não ambas*. Nesse caso, a palavra ‘ou’ é usada no seu segundo sentido dentro do campo da lógica simbólica, a saber, um sentido *forte* ou *exclusivo*, cujo significado não é “pelo menos um”, mas “pelo menos um e no máximo um”(COPI, 1978, p.229).

Embora as disjunções sejam ambigüamente expressas nas línguas modernas, tal ambigüidade não existe no latim. Assim o recurso encontrado pelo campo da lógica simbólica para o embaraço colocado pela ambigüidade da palavra ‘ou’ já referido acima, se encontra na língua latina que tem duas palavras diferentes que correspondem aos nossos dois sentidos diferentes da palavra ‘ou’. Enquanto a palavra latina *vel* expressa a disjunção débil ou inclusiva, a palavra latina *aut* corresponde à palavra ‘ou’ em seu sentido forte ou exclusivo (COPI, 1978, p.229).

Lacan, na verdade, propõe um terceiro *vel*, o *vel* da alienação que segundo ele somente se suporta pela forma lógica da reunião. O *vel* da alienação introduzido por Lacan no que concerne à constituição do sujeito no campo do Outro se define por uma escolha que seja ela qual for, há por conseqüência um *nem um, nem outro* (LACAN, 1964a, p.200). A escolha em questão

na constituição do sujeito no campo do Outro incide sobre o ser *ou* o sentido.



Se a escolha incidir sobre o ser do sujeito, o sujeito cai no não-senso. Se incidir sobre o sentido, o sentido só subsiste decepado dessa parte de não-senso que é, o que constitui na realização do sujeito, o inconsciente (LACAN, 1964a, p.200). Em outras palavras, se o sujeito escolhe o ser, ele perde os dois. Se ele escolhe o sentido, ele tem o sentido decepado de não-senso, parecendo tratar-se de uma escolha forçada por parte do sujeito no campo do Outro. Lacan inclusive para demonstrar que esse *ou* alienante está na linguagem traça uma analogia com um exemplo: *A bolsa ou a vida!*

Se escolho a bolsa, perco as duas. Se escolho a vida, tenho a vida sem a bolsa, isto é, uma vida decepada (LACAN, 1964a, p.201). Lacan nesse ponto reporta-se a Hegel aonde ele encontrou legitimamente a justificação dessa apelação de *vel* alienante. Segundo Lacan, em Hegel trata-se de engendrar a primeira alienação, aquela pela qual o homem entra na via da escravidão. *A liberdade ou a vida!*

Se ele escolhe a liberdade, ele perde as duas. Se ele escolhe a vida, tem a vida decepada de liberdade (LACAN, 1964a, p.201).

Em contrapartida, em a *A liberdade ou a morte!* produz-se um efeito, de estrutura um pouco diferente, na medida em que nas duas alternativas terei os dois. Segundo Lacan, nas condições em que essa escolha se coloca, a única prova de liberdade que se pode fazer é a de escolher a morte, pois só a partir daí que é demonstrada a liberdade de escolha (LACAN, 1964a, p.202).

Para Lacan a forma da alienação pode articular-se num *vel* de natureza muito especial. *Não* há algo... *sem* outra coisa. Na dialética do escravo o que se coloca é *não há liberdade sem a vida*, mas não haverá para ele vida com a liberdade. De uma a outra há uma condição necessária e esta condição necessária se torna a razão suficiente que causa a perda da exigência original (LACAN, 1964a, p.205-206).

Lacan (1964b) diferencia efeito de linguagem de efeito de fala definindo o primeiro como causa introduzida no sujeito, que o atravessa e o divide. Por esse efeito, ele não é causa dele mesmo, mas traz em si o germe da causa que o cinde (LACAN, 1964b, p.849):

Com o sujeito, portanto, não se fala. Isso fala dele, e é aí que ele se apreende, e tão mais forçosamente quanto, antes de – pelo simples fato de isso se dirigir a ele – desaparecer como sujeito sob o significante em que se transforma, ele não é absolutamente nada. Mas esse nada se sustenta por seu advento, produzido agora pelo apelo, feito no Outro, ao segundo significante. Efeito de linguagem, por nascer dessa fenda original, o sujeito traz uma sincronia significante nessa pulsação temporal primordial que é o *fading* constitutivo de sua identificação. Esse é o primeiro movimento (LACAN, 1964b, p.849).

Portanto, segundo Lacan, não se fala, então, com o sujeito, mas *dele* porque a falta primeira é falta de sujeito. O *Isso, ça, é o que fala dele*, selando o sujeito com um S_1 que o petrifica pelo mesmo movimento com que o chama a funcionar, a falar, como sujeito, não podendo aceder à palavra (LACAN, 1964a, p.197).

Na medida em que a palavra requer a articulação de pelo menos dois significantes, é preciso que esse “nada” em que o sujeito está reduzido se sustente num apelo ao segundo significante no Outro (RABINOVICH, 2000, p.101). A partir desta abordagem, o ser falante não é simples usuário do código e sim um sujeito-sujeito constituído como efeito de discurso, falado antes de falar (COSTA-MOURA, 2007, p.22). O sujeito então “toma seu lugar na cadeia” e neste sentido o fundamento da operação analítica não é que o sujeito fale, mas sim que na análise “isso fala dele” e é aí que ele pode se apreender (*idem*).

A cisão original do sujeito em que consiste a operação de alienação o divide entre S_1 e S_2 . Enquanto o primeiro significante designa o sujeito, o seu ser e não lhe dá sentido algum, S_2 , o segundo significante lhe confere sentido ao preço de produzir a afânise do sujeito, o apagamento do seu ser. Seguindo Lacan, podemos concluir que esse *fading* do sujeito produzido pelo efeito afanístico do S_2 é identificado com o recalque primário Freudiano (LACAN, 1964a, p.206-207).

A operação de recalque e o significante afanístico

Freud (1915) marca o papel crucial da operação de recalque (*verdrängung*) na fundação do inconsciente quando nos diz que a *essência do recalque consiste*

simplesmente em afastar determinada coisa do consciente mantendo-a à distância (FREUD, 1915, p.152). Com isso Freud traça nesse trabalho uma correlação entre o que é recalçado e o que é inconsciente.

Freud argumenta que no que concerne à operação do recalque podemos afirmar que existe um *recalque primevo ou primário* e o *recalque propriamente dito ou secundário*.

A primeira fase de recalque segundo Freud consiste em negar entrada no consciente ao representante psíquico (ideacional) da pulsão, estabelecendo uma *fixação* mantendo o referido representante inalterado e a pulsão ligada a ele (FREUD, 1915, p.153).

Na realidade, portanto, o recalque propriamente dito é uma pressão posterior. Além disso, é errado dar ênfase apenas à repulsão que atua a partir da direção do consciente sobre o que deve ser recalçado; igualmente importante é a atração exercida por aquilo que foi primevamente repelido sobre tudo aquilo com que ele possa estabelecer uma ligação. Provavelmente, a tendência no sentido do recalque falharia em seu propósito, caso essas duas forças não cooperassem, caso não existisse algo previamente recalçado pronto para receber aquilo que é repelido pelo consciente (FREUD, 1915, p.153).

Com Freud, então, podemos afirmar que o recalque primário pertence à pré-história do sujeito e a ele não temos acesso via palavra. Dele podemos ter notícia através da operação de *recalque secundário ou propriamente dito*.

Entretanto, de acordo com Freud, a operação de recalque é sempre falha, nunca bem sucedida. Por ser falha, a operação de recalçamento não impede que o representante pulsional continue a existir no incons-

ciente de maneira organizada, dando origem a derivados, e estabelecendo vínculos associativos. Para Freud, na verdade, o recalque só interfere na relação do representante pulsional com um *único* sistema psíquico, a saber, o do consciente (FREUD, 1915, p.154). Por isso, ao executarmos a técnica da psicanálise, o analista solicita ao paciente que continue associando com fins de que ela possa produzir derivados remotos e distanciados do recalcado, que, em conseqüência de sua distância no tempo, ou de sua distorção, eles possam passar pela censura do consciente.

No correr desse processo, observamos que o paciente pode continuar a desfiar sua meada de observações, até ser levado de encontro a um pensamento, cuja ligação com o reprimido fique tão óbvia, que o force a repetir sua tentativa de recalque. Também os sintomas neuróticos devem satisfazer a essa mesma condição, já que são derivados do reprimido, o qual, por intermédio deles, finalmente teve acesso à consciência, acesso que anteriormente lhe era negado (FREUD, 1915, p.154-155).

De acordo com Freud o recalque é extremamente *móbil*, o que quer dizer que ele requer um dispêndio persistente de força, e se esta viesse a cessar, o êxito do recalque correria perigo, tornando necessário um novo ato de recalque. Podemos supor que o recalcado exerce uma pressão contínua em direção ao consciente, de forma que essa pressão pode ser equilibrada por uma contrapressão incessante. Dessa maneira, a manutenção de um recalque custa caro ao sujeito, enquanto que sua eliminação resulta em uma poupança de força, de um ponto de vista econômico (FREUD, 1915, p.156).

Entretanto, para Freud, só podemos falar de suspensão temporária do recalque, dado que, quando removido, ele reinstala-se imediatamente.

Com Lacan sabemos que a ênfase de Freud nesse texto incide sobre o recalque caindo sobre algo que é da ordem da representação, que Freud denomina *Vorstellungsrepräsentanz*. O objeto do recalque não é o afeto, o representado do desejo, a significação, mas o *representante da representação*. E o *Vorstellungrepräsentanz* é o *representante da representação* (LACAN, 1964a, p.206). Assim, em Freud, o recalque secundário ou propriamente dito que é o recalque por excelência incide sobre o representante da representação que em Lacan é o S_2 , o significante binário e afanísico, causa do desaparecimento do sujeito na operação de alienação.

Segundo Lacan podemos localizar esse *Vorstellungrepräsentanz* no primeiro acasalamento significativo que nos permite concluir que o sujeito faz a sua aparição no campo do Outro, no que o primeiro significativo, o significante unário (S_1), o ser do sujeito, surge no campo do Outro, e no que ele representa o sujeito, para um outro significante, S_1 , o significante binário, o sentido, o qual tem por efeito a *afânise* do sujeito. Essa operação é o que justifica Lacan falar de divisão do sujeito.

Portanto, não é o fato de essa operação se iniciar no Outro que a faz qualificar de alienação. Que o Outro seja para o sujeito o lugar de sua causa significativa só faz explicar aqui, a razão por que nenhum sujeito pode ser causa de si mesmo. O que se impõe não somente por ele não ser Deus, mas porque o próprio Deus não poderia sê-lo, se tivéssemos que pensar nele como sujeito (...). A alienação reside na divisão do sujeito que acabamos de designar em sua causa (LACAN, 1964b, p.855)

A divisão do sujeito nada mais é que a operação de alienação em si – o sujeito aparecendo em algum lugar como sentido, ao preço de em outro lugar desaparecer como sujeito. “Há então, se assim podemos dizer, questão de vida e de morte entre o significante unário e o sujeito enquanto significante binário, causa de seu desaparecimento. O *Vorstellungrepräsentanz* é o significante binário” (LACAN, 1964a, p.207).

Para Lacan, o de que se trata no termo *Vorstellungrepräsentanz* é que este significante constitui o ponto central da *Urverdrängung* – daquilo que, a ser passado ao inconsciente será, como indica Freud em sua teoria, o ponto de *Anziehung*, o ponto de atração por onde serão possíveis todos os outros recalques, todas as outras passagens similares ao lugar do *Unterdrückt*, do que é passado por baixo como significante (LACAN, 1964a, p.207).

S_2 é o significante binário, o representante da representação. É o significante sobre o qual incide o recalque que vai funcionar como polo de atração para o recalque de outros significantes associados a ele.

Dessa maneira, a partir do legado de Freud e Lacan podemos concluir que a alienação do sujeito está no cerne da sua constituição, é dado de estrutura. Mas, a despeito disso ainda é possível pensar uma margem de liberdade para esse sujeito?

A única saída para o sujeito do *vel* da alienação é que segundo Lacan o sujeito encontra no intervalo entre S_1 e S_2 (que é por excelência o casal primitivo da articulação significante alienante) o enigma do desejo do Outro: “*O que é que ele deseja quando me diz isso?*”. E é exatamente esse enigma que, segundo Lacan, constitui o ponto fraco desse casal, a única saída do ponto mesmo do *vel* da alienação. É o encontro do

sujeito com o enigma do desejo do Outro que constitui o desejo do sujeito no que por meio dessa operação, que é a operação de separação, na qual nos deteremos na próxima seção, o sujeito recobre com a sua falta inicial o ponto de falta encontrado no Outro colocado pelo enigma do Outro desejanete.

A operação de separação

A segunda operação em questão na constituição do sujeito no campo do Outro é a operação de separação que termina a circularidade da relação do sujeito ao Outro, mas demonstrando uma torção essencial. Segundo Lacan, a operação de separação é a operação na qual o sujeito encontra a via de retorno do *vel* da alienação (LACAN, 1964a, p.207)..

A operação de separação está fundada na sub-estrutura lógica da interseção. A interseção aqui surge do recobrimento de duas faltas. A falta primeira, a falta de sujeito, introduzida na operação de alienação devido à *afânise* do sujeito é utilizada para responder ao enigma do desejo do Outro. Em outras palavras, a falta inicial do sujeito é usada para recobrir uma outra falta encontrada no Outro pelo sujeito, surgida nas lacunas, nos buracos do discurso do Outro, nos pontos em que algo resiste ao efeito de cola. “*Ele me diz isso, mas o que é que ele quer?*” (LACAN, 1964a, p.203).

Nesse intervalo cortando os significantes, que faz parte da estrutura mesma do significante, está a morada do que, em outros registros de meu desenvolvimento, chamei de metonímia. É de lá que se inclina, é lá que desliza, é lá que foge como o furão, o que chamamos desejo. O desejo do Outro é apreendido pelo sujeito naquilo que não cola, nas faltas do discurso do Outro,

e todos os *por quês?* da criança testemunham menos de uma avidez da razão das coisas do que constituem uma colocação em prova do adulto, um *por que será que você me diz isso?* Sempre re –suscitado de seu fundo, que é o enigma do desejo do adulto (LACAN, 1964a, p.203).

Frente ao enigma do desejo do Outro o sujeito responde a esse ponto de falta percebida nesse Outro desejante com a sua própria falta. O famoso jogo do carretel discutido por Freud em *Além do Princípio do Prazer* (FREUD, 1920) ilustra essa operação, a saber, o sujeito encenando o seu próprio desaparecimento no campo do Outro.

Freud (1920) escreve que ele pôde, através de uma oportunidade fortuita que se lhe apresentou, lançar certa luz sobre a primeira brincadeira efetuada por um garotinho de 18 meses criada por ele mesmo. A referida brincadeira consistia no hábito ocasional e perturbador de apanhar quaisquer objetos que pudesse agarrar e atirá-los longe para um canto, sob a cama, de maneira que procurar seus brinquedos e apanhá-los quase sempre dava bom trabalho. A brincadeira do garotinho era acompanhada aparentemente pela emissão de um longo e arrastado “o-o-o”, acompanhado por expressão de interesse e satisfação. No entanto, sua mãe e o autor do presente relato reivindicaram esse som ser na verdade a representação da palavra alemã *fort* (‘ir embora’).

Freud então compreendeu que aquela atividade do garotinho se tratava de um jogo cuja finalidade era brincar de ‘partir’ com eles. A partir disso, Freud pôde observar a brincadeira do garotinho em questão com o seu carretel de madeira que possuía um pedaço de cordão amarrado em volta dele. A brincadeira do

garotinho com esse carretel consistia em segurar o carretel pelo cordão e atirá-lo por sobre a borda de sua caminha encortinada, de maneira que o carretel desaparecia por entre as cortinas, ao mesmo tempo em que o menino emitia o seu “o-o-o”. O garotinho então puxava de novo o carretel para fora da cama, por meio do cordão, e saudava o seu reaparecimento com um alegre *da* (ali). Essa então, era a brincadeira completa: desaparecimento e retorno (FREUD, 1920, p.25-26).

A interpretação Freudiana desse jogo circunscreveu-se à tentativa de elaboração por parte do garotinho das idas e vindas da mãe. Foi esse o sentido encontrado por Freud para a encenação por parte do garotinho do desaparecimento e da volta dos objetos que se encontravam a seu alcance (FREUD, 1920, p.26).

Lacan dá um significativo passo adiante nessa questão e reivindica tratar-se nessa brincadeira do carretel menos de enfatizar a pergunta pelo ir e vir da mãe, que dá lugar à introdução do Significante-do-Nome-do-Pai, do que enfatizar o efeito de falta de sujeito (RABINOVICH, 2000, p.116-117). O jogo dessa criança consiste em jogar com a sua própria falta. O que é encenado nesse jogo é se ela, a criança, pode faltar ao Outro.

Ao jogar com o seu próprio desaparecimento no campo do Outro, a criança nesse jogo do *Fort-da* visa responder ao enigma do desejo do Outro cujo objeto é desconhecido, colocando como objeto desse desejo a fantasia de sua morte, a sua própria perda – *Pode ele me perder?* (LACAN, 1964a, p.203). Em outras palavras, o sujeito recobre a falta do Outro com a sua própria falta – *Posso faltar ao Outro?* É uma falta engendrada pelo tempo precedente que serve para responder à falta suscitada pelo tempo seguinte. Daí a dialética dos objetos do desejo, no que ela faz a junção

do desejo do sujeito com o desejo do Outro (LACAN, 1964a, p.203).

Seja como for é sob a incidência em que o sujeito experimenta nesse intervalo, uma Outra coisa a motivá-lo que não os efeitos de sentido com que um discurso o solicita que ele depara efetivamente com o desejo do Outro, antes mesmo que possa sequer chamá-lo de desejo, e muito menos imaginar seu objeto.

O que ele coloca aí é sua própria falta, sob a forma da falta que produziria no Outro por seu próprio desaparecimento. Desaparecimento que, se assim podemos dizer, ele tem nas mãos, da parte de si mesmo que lhe cabe por sua alienação primária (LACAN, 1964b, p.858).

No confronto do sujeito barrado ao enigma da falta do Outro, em uma interseção(o que funda a operação de separação) modificada, um resíduo se precipitará, trazendo à luz algo que não pertence nem a um nem a outro (CANEDO DE ALMEIDA, 2006, p.65-66), a saber, o objeto a , causa de desejo.

Lacan (1964a) nos diz que na passagem da alienação para a separação trata-se de uma torção na qual a falta de sujeito inicial introduzida pela operação de alienação remete, na operação de separação, à perda do sujeito como objeto causa do desejo do Outro.

Sendo assim, temos primeiro falta de sujeito, depois perda do sujeito como objeto causa do desejo do Outro (perda referida a uma falta no Outro). Retomada da falta-a-ser em um outro nível, passagem da falta à perda, que poderá tornar-se causa (CANEDO DE ALMEIDA, 2006, p.64).

Lacan (1973) nos diz que para todo ser falante, a causa do desejo é estritamente quanto à estrutura equivalente à sua divisão de sujeito (LACAN, 1973,

p.172). É por operar com sua própria perda que o sujeito confronta ao enigma do desejo do Outro que está para além ou para aquém no que esse Outro diz, do que ele intima, do que ele faz surgir como sentido. Essa lacuna, esse furo encontrado no discurso do Outro, é aquilo que o jogo do garotinho com sua própria falta - se ele pode faltar ao Outro - encena. Da falta à perda, a causa de desejo poderá advir.

Lacan ressalta que com a operação de separação, no que o sujeito desempenha a sua parte, o S_2 , o significante binário, o representante da representação sobre o qual o recalque propriamente dito incide cai por baixo, é *unterdrückt* (LACAN, 1964a, p.208), termo que denota *caído nas profundezas* (LACAN, 1957). Ressalta também que a via do desejo é a única saída do ponto mesmo do *vel* da alienação, na medida em que o de que se trata na função da liberdade é o sujeito libertar-se do efeito afanísico do significante binário. Mas, imediatamente a pergunta surge: O que quer dizer isso exatamente? Suspensão do recalque e o encontro com a utópica liberdade sonhada? Ou uma margem de liberdade possível?

Discussão

A operação de separação coloca como resultado a passagem da alienação entre ser e sentido para a estrutura do desejo como desejo do Outro. Transmutação subjetiva que propicia uma nova relação do sujeito com a fala, resultado de um processo inconsciente determinante de uma decisão: o *velle* da separação. *Velle* nos remete à palavra latina “*volo*”, que denota querer, desejar e também consentir. Uma deliberação que se contrapõe ao voluntarismo egóico (CANEDO

DE ALMEIDA, 2006, p.64). Lacan faz um jogo homofônico muito interessante com as palavras *vel* e *velle*: a passagem que se dá em um retorno do *vel* ao *velle* (LACAN, 1964b, p.857). A passagem da escolha forçada introduzida pela alienação à função separadora do objeto causa de desejo.

De um lado ressalta do texto lacaniano que o significante afanísico, S_2 , obturo o S_1 que é o significante do *ser* do sujeito. S_1 por ação obturadora de S_2 , na operação de alienação, permanece oculto, *unterdrückt*, por ação do S_2 .

Por outro lado, Lacan nos diz que com a operação de separação, no que o sujeito desempenha a sua parte, S_2 , o *vorstellungsrepräsentanz*, o significante afanísico é *unterdrückt*, cai por baixo. O que minimamente, quer dizer Lacan com isso?

Minimamente, podemos começar marcando que essa falta, essa perda do S_1 recupera-se com a falta do sujeito como objeto para o Outro. A falta inicial, falta de sujeito, produto da operação de alienação remete, na separação à perda do sujeito como objeto causa do desejo do Outro (RABINOVICH, 2000, p.117). Essa falta-a-ser sendo retomada em outro nível confere passagem da falta à perda, abrindo a possibilidade dela tornar-se causa. A brincadeira do *Fort-da* que Freud sensivelmente observou e registrou traz em suas entranhas a pergunta crucial para o ser falante poder vir a ser um sujeito desejante: “*Posso faltar ao Outro?*” “*Pode o Outro me perder?*” Por meio dessa operação, o sujeito joga, então, com sua perda para situar seu lugar de causa.

Daí podermos reivindicar que a partir da instância do inconsciente a noção de causa antes exaurida pelo discurso filosófico e confinada por esse campo como ilusória ou inalisável (HUME, 1748; KANT, 1763)

é retomada e subvertida por Lacan que engajado com a descoberta freudiana atém-se à topologia do sujeito, ao qual só se sustenta em uma segunda volta sobre si mesmo (CANEDO DE ALMEIDA, 2006, p.62).

Daí podermos reivindicar que uma contribuição da abordagem psicanalítica sobre a noção de causalidade por meio das operações de alienação e separação – operações de causação do sujeito – fundadas em estruturas lógicas da reunião e interseção respectivamente, introduz um novo e subversivo estatuto para a causa, a saber, a causa enquanto perdida. É a causa enquanto perdida que estabelece a condição para a ex-sistência do inconsciente (CANEDO DE ALMEIDA, 2006, p.61).

Em “*A ciência e a verdade*” Lacan (1965) provoca os psicanalistas de modo a não adormecerem diante da problemática que a noção de causa introduz: “A verdade como causa, irão vocês, psicanalistas, recusar-se a assumir sua questão, quando foi a partir disso que se alçou sua carreira? Se existem praticantes para quem a verdade como tal supostamente age, não são vocês?” (LACAN, 1965, p.883).

A partir da descoberta freudiana do inconsciente o grande debate sobre a causa, antes circunscrito ao âmbito filosófico é retomado em outra perspectiva. Com a psicanálise podemos dizer que no âmbito da causa, trata-se de causa primeira antes que causa final (LACAN, 1964b, p.853). E na causa primeira trata-se segundo Lacan “*da retroação do significante em sua eficácia*” (LACAN, 1964b, p.853). Retroação que Lacan insiste desde muito tempo consistir na dependência do efeito de sentido da frase para se fechar da sua última palavra.

É somente como instância do inconsciente freudiano, que se apreende a causa no nível do qual um hume tenciona desalojá-la, e que é justamente aquele em que ela ganha consistência: a retroação do significante em sua eficácia, que é absolutamente necessário distinguir da causa final (LACAN, 1964b, p.853).

Se se trata da ação retroativa do significante como única e verdadeira causa primeira, segue-se que a necessidade própria da psicanálise é a do *a posteriori* e não do *a priori*, pois se trata daquilo que posso enunciar de forma retroativa, remontando do efeito à causa (RABINOVICH, 2000, p.103).

Um outro ponto que nos interessa aqui, é que essa nova abordagem da causa a partir de Lacan com Freud tem implicações muito importantes sobre o conceito de “sobredeterminação” freudiana e, por conseguinte sobre o que poderíamos pensar do conceito de liberdade com a psicanálise. Se falamos de “sobredeterminação” no sentido estrito estamos falando de um determinismo absoluto que não pode ser de nenhuma maneira subvertido ou minimamente alterado devido a uma regência absoluta do desejo do Outro.

Entretanto, não podemos pensar a “sobredeterminação” de maneira tão compacta e tão pouco criativa como muitos o fizeram, porque com Lacan, na sua proposta rigorosa e ética de retorno a Freud podemos reconhecer no legado freudiano a função simbólica operando. Podemos reconhecer o lugar crucial conferido por Freud ao significante enquanto tal. Em “*A interpretação dos sonhos*”(1900), “*Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*” (1901), “*Os chistes e a sua relação com o inconsciente*”(1905) juntamente com os seus preciosos e rigorosos textos abordando a com-

plexidade da estrutura dos sintomas, Freud belamente nos apresenta as formações do inconsciente, regidas pela primazia do significante. E nessas formações do inconsciente podemos nos surpreender, em suas entranhas, com um desejo inconsciente indestrutível que insiste em se mostrar velado para logo em seguida desaparecer – evanescente então – em cuja estrutura podemos vislumbrar o seu elemento subversivo a despeito de sua ineliminável alienação ao desejo do Outro, alienação, que é, dado de estrutura. Então, a despeito do que a operação de alienação introduz - a saber, o recalque, como Freud bem o marcou -, ter a sua suspensão apenas temporária, e a alienação estrutural do desejo do sujeito ao desejo do Outro - a operação de separação, como Lacan bem o marcou no que ela introduz o desejo em sua função separadora (LACAN, 1964a, p. 207) - introduz uma saída da “sobredeterminação”. A via do desejo, única saída do ponto mesmo do *vel* da alienação introduz uma margem de liberdade para o sujeito desejante. É com essa margem de liberdade que a psicanálise pode operar para que o sujeito desejante possa se livrar psicanaliticamente do *Seja feita tua vontade!* referente ao desejo do Outro que no que podendo se colocar tão absoluto mais pode se aproximar de um mandato.

Segundo Lacan, o que se trata na função da liberdade é o sujeito libertar-se do efeito afanísico do S_2 , significante binário. É ele cair por baixo (LACAN, 1964a, p.208). “O de que o sujeito tem que se libertar é do efeito afanísico do significante binário e, se olharmos de perto, veremos que, efetivamente, não é de outra coisa que se trata na função da liberdade (LACAN, 1964a,

p.208). Dessa maneira, Lacan relaciona o conceito de liberdade com o conceito de sem-sentido (RABINOVICH, 2000, p.116) já que o significante afanísico é, por excelência, o sentido. Esse sem-sentido que pode vir a motivar o sujeito é o que o jogo do *Fort-da*, no que o garotinho joga com a sua própria falta, encena (*idem*, 2000, p.116). O sujeito procura uma análise por uma insuportabilidade das coisas que não fazem sentido algum, mas que ele não consegue ignorá-las: os seus sonhos, os seus atos falhos, esquecimentos, chistes e principalmente os seus sintomas. A demanda inicial do sujeito sucumbido pelo efeito entorpecedor do sentido é de encontrar o sentido de tudo isso e, por conseguinte, não querer se haver com o sem-sentido cujo lugar é sempre marginal. No entanto, a aposta de um percurso analítico é que o sujeito possa se haver com o sem-sentido diante do qual ele antes se angustiava. Que o sem-sentido possa motivá-lo. A aposta de uma análise é que o sem-sentido, possa ser assumido pelo sujeito como causa, perdida é válido enfatizar, fazendo operar a margem de liberdade conferida ao sujeito pela operação de separação.

Cristia Rosineiri Gonçalves Lopes Corrêa

Rua Oscar Vidal 71 sala 901

Centro – Juiz de Fora - MG

CEP: 36010-060

E-mail: crlopes2001@yahoo.com.br

Tramitação:

Recebido em 20 de junho de 2008.

Aprovado em 06 de agosto de 2008.

Referências

CANEDO DE ALMEIDA, O. R. O novo alcance do inconsciente e o debate sobre a causa. Escrita: um passo na formação. *Revista do Ato Freudiano*, n. 1, p. 61-67.

COPI, I. M. *Introdução à lógica*. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

COSTA-MOURA, F. Sansão em cadeias: causalidade e significante na clínica psicanalítica. *Pusional Revista de Psicanálise*, v. XX, n. 189, p. 17-26, mar. 2007.

FREUD, S. *Além do princípio do prazer*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 11-76. (Edição *standard* brasileira, 18). (Trabalho original publicado em 1920).

_____. (1909). *Cinco lições de psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 27-65. (ESB, 11) (Trabalho original publicado em 1909).

_____. *Repressão*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 151-165. (ESB, 14). (Trabalho original publicado em 1915).

_____. *A interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 4). (Trabalho original publicado em 1900).

_____. *A interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 5). (Trabalho original publicado em 1900-1901).

_____. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 8). (Trabalho original publicado em 1905).

Cadernos de Psicanálise - SPCRJ, v. 24, n.27, p. 141 - 165, 2008

Cristia Rosineiri G. Lopes Correa

_____. *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 6). (Trabalho original publicado em 1901).

_____. *A significação antitética das palavras primitivas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. (ESB, 11). (Trabalho original publicado em 1910).

_____. *O inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. (ESB, 14). (Trabalho original publicado em 1914).

HUME, D. (1748). *Uma investigação sobre o entendimento humano*. São Paulo: Unesp, 1999.

KANT, I. (1763). *Essai pour introduire en philosophie le concept de grandeur négative*. Paris: Vrin, 1972.

_____. (1783). *Prolégomènes à toute métaphysique future*. Paris: Vrin, 1996.

LACAN, J. (1957). *O seminário 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. (1964). *O seminário: livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

_____. (1965-66). A ciência e a verdade. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1965-66). Posição do inconsciente. In: _____. _____. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1960). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: _____. _____. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1946). Formulações sobre a causalidade psíquica. In: _____. _____. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1972-1973). *O seminário: livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RABINOVICH, D. S. *O desejo do psicanalista*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

artigo



Adolescência, liberdade e transgressão Adolescence, freedom and transgression

Luiz Carlos de Oliveira Marinho*

Resumo

Este trabalho pretende discutir de que modo as noções de liberdade e transgressão são úteis para a compreensão do relacionamento do adolescente com o mundo na atualidade, bem como de que modo tais noções podem guiar o psicanalista na condução de uma análise com um adolescente.

Palavras-chave: adolescência, liberdade, transgressão, ideais.

Abstract

This study aims to discuss the ways through which the notions of freedom and transgression are useful for the understanding of the adolescent's relationship with the current world, as well as in which manner these notions might

*Psicólogo; Psicanalista Membro Efetivo do Círculo Psicanalítico do RJ; Mestre em Filosofia /IFICS-UFRJ.

guide the psychoanalyst in leading an adolescent's analysis.

Keywords: *adolescence, freedom, transgression, ideals.*

Adolescência, liberdade e transgressão
Adolescence, freedom and transgression

Luiz Carlos de Oliveira Marinho

Existe um momento na vida de um jovem no qual sua maturação física já não lhe permite ser visto como uma criança, e seu destino passa a ser ocupar um lugar entre os adultos. O lugar de adulto pode ser entendido como aquele no qual o jovem, já plenamente amadurecido fisicamente, apresenta-se, ademais, capacitado a adiar uma gratificação imediata em nome de um ideal tomado como objetivo futuro; a assumir responsabilidades quanto à manutenção e sobrevivência, tanto sua como da sociedade a que pertence; e a responder por suas escolhas e seus atos, não só do ponto de vista das leis que regem sua comunidade, mas também quanto aos efeitos de suas ações sobre os sentimentos, sobre a alma de outrem.

Até este momento, por todo o tempo em que foi visto como uma criança, o jovem não era considerado nem responsável por seus atos nem livre para fazer o que bem entendesse. Quer dizer, seus atos não eram avaliados com base nos conceitos de responsabilidade e liberdade tomados em toda sua extensão. Assim, além de precisar elaborar o luto pela infância que se

encerra, de precisar aprender a inserir o novo perfil de sua sexualidade no mundo, e de ter que abandonar antigos ideais e identificações, o jovem se vê às voltas com a responsabilidade intrínseca à liberdade que começa a experimentar.

Nas sociedades ditas “tradicionais”, tão logo deixe de ser visto como uma criança, o jovem é submetido a uma série de ritos concebidos para rapidamente inseri-lo no lugar de adulto, no qual ele sabe claramente o que dele é esperado (SAGGESE, 2001). Nesse momento de passagem ocorre - para usar uma terminologia lacaniana - uma *operação simbólica*, na qual a criança, até então vivendo sob a égide dos emblemas da infância, assimila os emblemas do mundo adulto, que passam então a reger sua vida na comunidade. Já nas sociedades “complexas”, tal operação apresenta algumas dificuldades nem sempre superadas com facilidade (ALBERTI, 1999). Em primeiro lugar, esta passagem estende-se por um período razoavelmente longo, durante o qual o jovem permanece suspenso numa indefinição quanto ao seu posicionamento sócio cultural, pois embora não seja mais visto como criança, ainda não é considerado um adulto. Em segundo lugar, os critérios que o jovem deve satisfazer para ser incluído entre os adultos são bastante voláteis, embora sejam comumente empregados pelos adultos quando se trata de decidir se um jovem está pronto para ser aceito entre eles (CALIGARIS, 2000).

Neste contexto, procurando identificar-se com os adultos, buscando tornar-se um deles, o adolescente inevitavelmente se depara com algumas distorções na relação dos adultos com a lei e na relação dos adultos com ele. Qualquer adolescente descobre rapidamente algum adulto à sua volta que, embora não perca tempo

para lhe cobrar respeito às leis, também não perde tempo em cometer pequenas transgressões, burlando o fisco, enganando ocasionalmente uma concessionária de serviços públicos, ou se aproveitando maliciosamente da confiança ou da ingenuidade de outrem. Diante disso, para o jovem, ser adulto, passa a significar agir como quem aceita as regras, sem desrespeitá-las frontalmente, mantendo-se, porém, sempre pronto para dar-lhes a volta quando se apresentar a oportunidade, ou quando os danos para si forem irrisórios. Ser adulto, afinal, não é apenas ter a capacidade de negociar com a lei, mas procurar relativizar maldosamente os limites por ela impostos, procurando ter tanta liberdade quanto possível, com o mínimo de responsabilidade. Para o adolescente, cuja tendência é polarizar e não relativizar - é acreditar no tudo ou nada, no preto ou branco - os matizes e as nuances intrínsecos ao relacionamento dos adultos com o mundo soam, daí em diante, como uma grande hipocrisia.

Adultos insatisfeitos, sofrendo com a perda da juventude, da ingenuidade e das ilusões, são muitas vezes acometidos por uma crise de identidade, na qual assumem uma atitude maníaca e na qual, profundamente identificados com os modelos típicos dos jovens, vestem-se, comportam-se e passam a viver de acordo com os valores destes (RASSIAL, 1995). Tais adultos tendem a abrir mão de sua autoridade, abandonam o lugar de porta voz da lei para relacionar-se com os filhos como se fossem um a mais dentre seus amigos, e não raro tornam-se fascinados pela capacidade do adolescente de ultrapassar limites. Estimulado pelo fascínio que é capaz de provocar, o adolescente tende a avançar mais e mais para além dos limites, com o único propósito de manter vivo no adulto este estado de fascinação (CONTE, 1997).

Existem também aqueles adultos que, dizendo-se

motivados pelo propósito de favorecer o amadurecimento de seus filhos, involuntariamente criam uma situação freqüentemente contraditória: deixam ao encargo dos adolescentes a responsabilidade de tomarem decisões solitárias a respeito de aspectos importantes de seu destino, sem que lhes tenham sido efetivamente delegados os meios, o poder, e a liberdade de um adulto. Quase sempre, nestes casos, o adolescente se sente abandonado, solitário, e a liberdade de que aparentemente dispõe se torna motivo de angústia e não veículo de realização.

Já os adultos que, por exemplo, entendem o constante pressionar dos limites típico dos adolescentes como um injustificado desrespeito às regras, descartam muitas das propostas de transformação social e cultural trazidas pelos jovens por considerá-las destrutivas (ROCHA, 2006). Ora, bloqueados deste modo, impedidos de contribuir criativamente, alguns adolescentes vêm na via do *outsider*, do rebelde sem causa, a única que lhe resta para dar vazão à sua energia e à sua necessidade de expansão (ABERASTURY, 1981).

Como aceitar, então, os limites defendidos por adultos assustados com o novo, fascinados pelo descompromisso, que querem ser vistos como adolescentes e que têm uma atitude cínica diante da lei? Como buscar entre tais adultos elementos com os quais se identificar erigindo com eles uma nova identidade em substituição àquela perdida com o fim da infância?

Toda esta situação não parece, para o adolescente, nada confortável. Graças à sua enorme capacidade para reconhecer hipocrisias e apontar incoerências, o jovem percebe de um modo nem sempre favorável o adulto que o avalia. Ora são adultos infelizes e queixosos, tentando justificar o vazio existencial que se apossou

de suas vidas lançando mão de racionalizações, por vezes toscas, do tipo “a vida é mesmo assim”. Ora são adultos enredados em uma contradição na qual, cada um se porta como se desejasse ser anônimo, um simples número a mais na multidão, ao mesmo tempo em que almeja fazer diferença e ser reconhecido como uma exceção.

De qualquer modo, mesmo que nem sempre saiba exatamente o que deve fazer para *ser considerado* adulto, e mesmo que nem sempre ache que valha a pena *ser* adulto, geralmente um jovem começa a *se sentir* adulto no momento em que desenvolve idéias próprias, produz discursos ou toma atitudes voltadas para o campo do social ou do cultural. Dito de outro modo *se sente* adulto quando para ele o mundo passa a ser maior do que seu lar. É neste instante, quando se dispõe a atuar sobre o mundo, que o adolescente se depara com a questão da liberdade, da responsabilidade e da transgressão.

O adolescente, portanto, é um jovem aprisionado em um limbo, entre a infância e a idade adulta, a partir do qual força constantemente os limites e empurra as fronteiras um pouco mais para adiante, impulsionado pela enorme expansão que sente dentro de si. Se considerarmos a transgressão como o ato de ir além, de atravessar a fronteira, não cumprindo a ordem ou a lei, não resta dúvida de que o adolescente é, sobretudo, um transgressor, pois cotidianamente confronta-se com todas as barreiras, procura modificá-las ou ultrapassá-las, assim como desafia regras e critérios pré-estabelecidos.

A transgressão, todavia, não é necessariamente um movimento negativo que busca na ultrapassagem de um limite, apenas a ruptura pela ruptura. Ela pode perfeitamente resultar de uma intenção positiva, que promove a

ultrapassagem com o intuito de agregar, em seguida, o novo. A transgressão, por conter inegavelmente em seu bojo uma “força disruptiva” (FACHINI, 2001; p.67), causa, em princípio, a impressão de inevitavelmente levar ao caos. Todavia, a transgressão é fundamental para o processo criativo, pois somente por meio dela, por meio do rompimento que ela provoca, quebram-se as barreiras que sufocam o movimento e impedem a instalação do novo. Ela é, portanto, um fenômeno intrínseco à condição humana, “enquanto indagação, reinvenção e recriação” (FACHINI, *op.cit.* p. 71).

Tratando da questão da liberdade, Freud afirma que o homem sempre defenderá sua liberdade individual contra a vontade do grupo, sem que isso, contudo, implique necessariamente destrutividade ou excesso de individualismo. Tal desejo de liberdade de um indivíduo pode resultar da revolta, por exemplo, contra alguma injustiça, e nessa medida está direcionado para a melhoria da condição humana, e não para a destruição do que quer que seja. Um dos grandes problemas enfrentados pela humanidade, diz Freud, vem a ser justamente encontrar uma acomodação entre as reivindicações dos indivíduos e as reivindicações do grupo (FREUD, 1929). Talvez seja na adolescência que um sujeito experimente de forma mais aguda este conflito entre o desejo de exercer uma liberdade transformadora e a necessidade de considerar as postulações do grupo.

De fato, o adolescente logo descobre que poder ultrapassar um limite, que questionar uma norma para contribuir com algo novo, sem dúvida lhe confere uma liberdade até então desconhecida, embora lhe traga concomitantemente uma exigência de responsabilidade, da qual ele estava até então dispensado. Ele

fica exposto à idéia de que liberdade implica não somente poder questionar premissas, mas ter que assumir uma posição – e arcar com as conseqüências – frente a regras, condições e limites já estabelecidos (MORA, 1978). Na verdade, caso não existam limites, nenhum ato pode ser chamado de transgressor, e a responsabilidade não se faz necessária. Sem limites, porém, o adolescente não vivencia qualquer liberdade na medida em que não é convocado a fazer qualquer escolha. Sem limites, afinal, o adolescente sucumbe na alienação.

O mundo ocidental contemporâneo, cuja peculiaridade obriga o jovem a suportar a longa travessia da adolescência, envolve a todos – jovens e adultos - em um cenário sócio cultural peculiar. Atualmente, qualquer que seja a direção para a qual o sujeito se volte, descortinam-se múltiplas alternativas, num ambiente em vertiginosa transformação, onde tudo pode ser descartado e nada tem valor intrínseco e duradouro. A tendência é que se sofra não porque algo é proibido, mas sim porque existe algo que se é incapaz de conseguir. Neste contexto, onde uma escolha pode acabar sendo igual a qualquer outra, a liberdade empobrece, perde sua força como um bem, como um valor, ou como algo pelo que o sujeito se responsabilize. Além disso, quem faz uma escolha firme e clara, pode se sentir perdendo inúmeras possibilidades, ao passo que quem opta por aproveitar ao máximo todas as possibilidades disponíveis, arrisca-se a não consolidar uma perspectiva estável de si mesmo. Frente a tal dilema - escolher um e perder todos ou escolher todos e perder a si mesmo - não são poucos os que se desgastam, não encontram um sentido para a própria vida, e afundam em um vazio existencial.

Embora seja este o mundo que o adolescente per-

cebe como sendo o dos adultos, tornando-se um deles o adolescente, em princípio, se dispõe a exercer uma *função* e não necessariamente repetir um padrão, copiando cegamente o proposto pela geração anterior. O esperado é que um jovem, ao ocupar o lugar de adulto, produza transformações segundo a visão de mundo de seus contemporâneos, pois sem inovação qualquer sociedade estaria condenada à estagnação. Nesta medida, sua capacidade de contestar, protestar e transgredir, bem como sua liberdade para arriscar e inovar, são instrumentos com os quais o adolescente pode criar novos sentidos, produzir modificações e inocular esperança em um mundo onde alguns adultos muitas vezes já não encontram no que acreditar e porque lutar. Na verdade, de acordo com o que propõe Bloss (1998), a adolescência é o período no qual o ser humano experimenta a maior explosão criativa de toda a sua existência, tanto na esfera do pensamento como no campo das artes. Não é absurdo, então, pensar que muitos adultos criativos e fecundos talvez estejam apenas dando continuidade, aprimorando e sistematizando o “big bang” criativo que os acometeu na adolescência.

Nesse mundo, volátil, consumista, e construído sobre bases impermanentes, já não existem referenciais últimos, constantes, e “todo o espaço simbólico se torna movediço” (DUFOR; 2000). Já não nos definimos em relação a um outro exterior a nós, mas sim auto-referencialmente, em relação a nós mesmos, deslizando, a todo instante, perigosamente em direção a uma atitude megalomaniaca. Ora, se os adultos sofrem com a configuração atual de nosso mundo, os jovens podem ver este mesmo mundo de um outro modo. Para eles este mundo pode ser um espaço aberto, convidativo,

sobre o qual é possível por em marcha um movimento de eterna criação. Um mundo repleto de informações e oportunidades que ofereça ao homem inúmeras alternativas para que se afirme como único e diferente, sem necessariamente se perder no meio delas.

É aqui que os ideais se tornam fundamentais enquanto pólos direcionadores do exercício da liberdade responsável e da transgressão criativa. Erigindo um ideal torna-se mais fácil para o jovem suportar, por um lado, o luto que se vê obrigado a atravessar quando abandona o lugar e as identificações próprias da infância, e, por outro, o desamparo e o ceticismo que o acomete quando olha para a geração anterior e ocasionalmente não vê nela o melhor dos exemplos.

Na verdade, não importa se um ideal é fixo ou volátil, de longo ou de curto prazo, pequeno ou grandioso: o que importa é que ele esteja presente como um *operador* (ou uma função) capaz de proporcionar um sentido para as ações do presente. Olhar para um ideal não como um ponto de chegada, como algo intrinsecamente importante por sua própria natureza ou essência, mas sim como algo valioso pela dinamização que provoca na vida do jovem, pode ser particularmente interessante em nosso mundo volátil e impermanente. Se um jovem é capaz não só de erigir ideais, mas também de mover-se de um ideal para outro mantendo viva a capacidade de idealizar, torna-se possível para ele sentir-se consistente e ao mesmo tempo adequado ao ritmo de nossa época.

Os ideais, contudo, são entidades fora do alcance imediato do sujeito e, nesta medida, não são facilmente manejáveis pelo adolescente, que – tal como dizia Anna Freud em 1958 - se encontra engajado em uma luta emocional intensa e urgente, na qual tudo precisa ser

resolvido aqui e agora. (FREUD, 1958). O adolescente está, sobretudo, em busca de meios para sanar prontamente as dores de um luto monumental, e de canais por onde possa escoar rapidamente o maior volume possível de uma libido que agora o pressiona insistentemente e o lança amiúde em paixões avassaladoras. Por isso não é fácil para o adolescente transformar o ideal em um projeto exequível, “que procure mediar a distância entre o ego e seu Ideal” (MATHEUS, 2002, p.48), na circunstância e no contexto onde está inserido, assim como não lhe é fácil suportar o tempo necessário para a maturação de qualquer projeto. Na verdade, é até possível que um jovem – seduzido pela proposta, bastante comum atualmente, de tomar a si mesmo como sua única referência – mergulhe em uma fantasia megalomaniaca.

Em síntese, dentre os vários aspectos para os quais um psicanalista usualmente deve estar atento na condução de uma análise com um adolescente, está a articulação dinâmica que este é capaz de promover entre os ideais, a liberdade e a transgressão. Espera-se que ao longo do processo analítico o adolescente assumas-se como um sujeito, que sabe ser a liberdade negociada, constituída e não dada ou ofertada (RIBEIRO, 1998). Um sujeito que é livre para transgredir e não aceitar alguns dos ideais que lhe são apresentados pela geração anterior, propondo em seu lugar novos ideais mais adequados à sua própria geração. Um sujeito capaz de tomar para si a responsabilidade das escolhas que sua liberdade lhe permite fazer. O fim da análise com um adolescente, sugere Rassial (1999), deve conduzi-lo a aceitar certa solidão lhe permita autorizar-se por si

mesmo em suas escolhas de vida, e a manter, concomitantemente, com os outros uma relação menos presa a ideais imaginários e à busca de um gozo impossível.

Para conduzir uma análise com um adolescente, contudo, o analista deve fazer uso de uma certa habilidade, de uma certa arte, para não se colocar no lugar daquele que é sério, que está adaptado à sociedade, sob pena de não conseguir estabelecer um processo analítico com o adolescente; ou o adolescente sucumbirá resignando-se a ser alguém comum ou então se oporá ao analista fugindo para o mais longe que puder (MANNONI, 1999). Quer dizer: “Numa análise de adolescente, o analista não conseguirá grande coisa se ficar próximo de seu saber, saber este que faz parte do mundo que o adolescente contesta”. (MANNONI *op.cit.* p. 30). Charles Melman (1995) não só concorda com Mannoni, mas chega até a ousar mais, pois sugere que em primeiro lugar é preciso seduzir o adolescente com a intenção de produzir uma situação transferencial. Com isso existiria, nestas análises, diz o autor, uma dificuldade específica na medida em que, embora seja preciso atrair o adolescente para uma relação transferencial, é preciso também tentar conduzi-lo a aceitar sua solidão como algo intrínseco à nossa existência.

Em suma: para conduzir uma análise com um adolescente o psicanalista precisa ser livre o suficiente para transgredir os cânones pelos quais se guia tecnicamente na condução das análises de adultos, e criativo o bastante para introduzir aberturas nos impasses gerados pela angústia do adolescente. E nesta aventura é recomendável que o psicanalista jamais perca de vista o que foi sua própria adolescência, e que busque nela

Luiz Carlos de Oliveira Marinho

a capacidade criativa que lhe permita ser, para cada adolescente, tão inovador, tão original quanto possível, ao lançar mão do referencial psicanalítico.

Luiz Carlos de Oliveira Marinho

Rua Real Grandeza 182 casa 3,
Botafogo – Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22281-036

Fone: 2539-0991

luizcmarinho@uol.com.br

Tramitação:

Recebido em 20 de junho de 2008.

Aprovado em 12 de agosto de 2008.

Referências

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. *Adolescência normal*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

ALBERTI, S. *Esse sujeito adolescente*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 1999. p. 28.

BLOSS, P. *Adolescência: uma interpretação psicanalítica*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998. p. 170 – 171.

CALIGARIS, C. *Adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 31- 35.

CONTE, M. Ser herói já era: seja marginal!. In: *Adolescência: entre o passado e o futuro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994. p. 254 – 255.

Cadernos de Psicanálise - SPCRJ, v. 24, n.27, p. 167 - 182, 2008

DUFOUR, D-R. A modernidade e a questão do outro. In: *O adolescente e modernidade*, tomo III. Rio de Janeiro: Escola Lacaniana de Psicanálise, 1999. p.19 -21.

FACHINI, Natal. *O crepúsculo dos deuses e a transgressão de Prometeu*. Petrópolis: Vozes 2001.

FREUD, A. Adolescência. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*. Porto Alegre: APPOA, ano V, n. 11, p. 70-71, nov. 1995.

FREUD, S. *O mal estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 102. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 21). (Trabalho original publicado em 1930).

MANNONI, O. A adolescência é analisável? In: DELUZ, A. *et al. A crise da adolescência*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999. p. 37.

MELMAN, C. Haveria uma questão particular do pai na adolescência? *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*. Porto Alegre: APPOA, ano V, n. 11, p. 23, nov. 1995.

MORA, J. F. *Dicionário de filosofia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978. p. 235 – 240.

MATHEUS, T. C. *Ideais na adolescência: falta (d) e perspectivas na virada do século*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002. p. 48.

RASSIAL J-J. *Entrevista com Jean-Jacques Rassi*: adolescência. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*. Porto Alegre: APPOA, ano V, n. 11, p. 70-71, nov. 1995.

Cadernos de Psicanálise - SPCRJ, v. 24, n.27, p. 167 - 182, 2008

Luiz Carlos de Oliveira Marinho

RASSIAL, J-J. *O adolescente o psicanalista*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999. p. 199.

RIBEIRO, J. *Da responsabilidade na psicanálise*. 1998 p. 6. Disponível em: www.renatojanine.pro.br/cultura/psicanalise.html. Acesso em: 19/06/2008.

ROCHA, M. C. Juventude: apostando no presente. *Imaginário*. São Paulo: NIME / LABI / IP-USP, ano XII, n.12, 2006. p. 205.

SAGGESE, E. *Adolescência e psicose*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001. p. 56 – 64.

artigo



**Breve ensaio sobre a liberdade
como ato de criação**
*Short essay on freedom as an act
of creativity*

Luiz Felipe Nogueira de Faria*

Resumo

Este ensaio busca acolher a discussão sobre uma possível articulação liberdade e criação, tomando como ponto de partida um fragmento clínico e considerando as problematizações realizadas desde as interlocuções da psicanálise com a filosofia. Neste ponto, as questões correlacionam o advento do biopoder e seus efeitos aos modos de subjetivação, propondo o exercício da liberdade como criação de novos modos de existência e afirmativo de uma perspectiva ética.

Palavras-chave: liberdade, nomeação, biopoder, escolha, ato, criação, ética.

*Psicanalista/Formação Freudiana; Mestre em Teoria Psicanalítica/UFRJ; Docente do Curso de Especialização em Teoria e Clínica Psicanalítica/UGF, Membro da Equipe Técnica do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Linda Batista, SMS/RJ.

Abstract

This short essay intends to propose a discussion about some possible articulations between freedom and creativity. In this purpose, a clinical fragment enlightened by some issues discussed between psychoanalysis and philosophy is taken as a starting point. By doing so, biopower and its affection on the ways of subjectivity are correlated, as well as the exercised freedom, from an ethic point of view, is proposed to be an affirmative perspective for new ways of existence.

Keywords: *freedom, denomination, biopower, choice, act, creativity, ethics.*



artigo

Breve ensaio sobre a liberdade como ato de criação *Short essay on freedom as an act of creativity*

Luiz Felipe Nogueira de Faria

Uma cena e seus desdobramentos

A sessão transcorria com uma afetação bastante peculiar. Tratava-se para Augusto¹ de retomar as questões relacionadas a uma viagem a negócios realizada anos atrás, à luz de uma perspectiva precisa: (re) nomear tal experiência como um ato que significava uma conquista merecida e importante, fato que até aquele momento se colocava como algo obscuro, distante até. Apoiando-se em uma pontuação do analista no tocante a uma ajuda paterna (possibilitadora desta viagem) que lhe causou e ainda causava constrangimento, Augusto referiu esta viagem como uma escolha que atendia à urgência de afirmar-se diante de seus colegas de profissão, mencionando de maneira carinhosa os trabalhos que lhe proporcionaram esta oportunidade. Daí seguiram-se várias associações que remeteram ao

¹ Nome fictício.

Luiz Felipe Nogueira de Faria

reconhecimento de suas possibilidades criativas, do seu merecimento em alçar este vôo e principalmente da ousadia com que se postou na apresentação dos trabalhos. Foi então que, tomado de júbilo, formulou as palavras que marcaram um outro lugar para si: “De agora em diante precisarei pensar como posso fazer para alcançar e desenvolver a minha liberdade. Tudo o que vou dizer aqui dirá respeito a isso”.

Curiosa maneira de organizar os enlaces que o atavam à experiência de análise. Junto com a (nova) nomeação de suas possibilidades que emergia de uma maneira um tanto inesperada, a análise ganhava também outra: favorecer um percurso que já então alcançava uma abertura, significada como busca de liberdade. No silêncio que se fez, o analista pôs-se a perguntar sobre esta liberdade (o que poderia ser?) e, mais do que isso, o que poderia advir da junção escolha ousada-merecimento-liberdade. Estaria testemunhando o alvorecer da construção de um novo modo de existir (afetar-se), caracterizado pela enigmática palavra liberdade? Em que medida vislumbrar este horizonte se relacionava com o reconhecimento próprio de sua criação? Ou, por outro viés, que experiência subjetiva se faz (política, estética) quando um sujeito se coloca a questão de saber o que é necessário para transformar-se, no ponto onde se transformar equivale ao exercício de inventar novas possibilidades de vida?

É certo que Freud concebeu a psicanálise como um instrumento libertário, ao menos no sentido de que livre de suas inibições e capaz de mediar diferentemente os impulsos que conduziam aos seus sintomas o sujeito estaria mais apto para suportar os conflitos que o concernem, livrando-se dos aprisionamentos aos quais

precisou se submeter². Mas o fato é que as coisas são mais complexas por conta dos termos que se associam – escolher, criar, nomear, liberdade - numa circunstância e num momento histórico diferenciado daquele em que Freud concebeu sua clínica. Além do mais, na atualidade termos como estes estão como que impregnados de certa banalidade, posto que se dão como objetos produzidos nos dispositivos do biopoder³ alcançando muitas vezes a condição de objetos para o consumo, e, por isto mesmo, esvaziados de sua potência transformadora. Ao fim e ao cabo impõe-se o problema da clínica como lugar de uma invenção que não se deixa reduzir aos clichês da pós-modernidade globalizada.

Diante dessas inquietações o analista “retorna” à escuta e pensa surpreender uma atmosfera diferente naquele breve instante em que entre ele e o analisando ocorre uma espécie de cumplicidade. Afinal, as transformações ocorridas na clínica não redefinem também o analista no exercício de sua escuta? Tentemos transitar por estas vias, indicando os movimentos pelos quais se torna possível articular os termos acima mencionados, na perspectiva de reconhecer a criação como ato capaz de direcionar a experiência da liberdade, entendida como invenção de um novo modo de existir.

² FREUD, (1937), 1977, p. 284. (ESB, 23).

³ MACIEL, In: Maciel, A; Kupermann, D; Tedesco, 2005, p 51-61. O conceito de biopoder, cunhado por Michel Foucault, refere dispositivos que visam regular os corpos e os processos biológicos estabelecendo controles reguladores e disciplinares dos indivíduos. Assim, “as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida”. (1985, p 131.) No artigo acima citado, Maciel sintetiza estas idéias definindo o biopoder como “poder que se exerce sobre a vida, tendo em vista o desenvolvimento de tecnologias de controle e dominação do ser vivente”(p 52). Os efeitos dessas estratégias no campo da produção de subjetividades será trabalhado nas próximas páginas.

Outras cenas e suas conseqüências

Partamos da hipótese esboçada acima: na sociedade atual, gerida pelo biopoder, constata-se um ordenamento político-social no qual até mesmo aquilo que até certo momento era considerado e vivido pelo sujeito como íntimo e privado na sua existência é explicitado e gerido, com a concomitante desapareição da distinção entre as esferas privada e pública. Assim, as escolhas relacionadas à sexualidade, ao modo de experimentar e produzir o corpo, aos laços de amizade, etc, são produzidas e chegam aos sujeitos já controladas, ainda que com uma aparência de naturalidade. Os dispositivos de poder se organizam com o objetivo de ordenar as subjetividades, investindo-as incessantemente, de tal maneira que os afetos, representações, identidades, crenças e quaisquer outros aparatos que caracterizam a maneira de existir de cada sujeito se fazem sob a égide de uma captura e risco de aprisionamento. Isto é, as alternativas presentes em cada ato de escolha são efeito desses dispositivos, vale dizer, estratégias de normatização/normalização que fixam e determinam os projetos possíveis. Como observa Auterives Maciel, “optamos sempre em um campo de alternativas já fixadas pelas instituições, pelos meios de comunicação, pelos aparelhos de Estado etc. Decidimos nossa vida dentro dos limites impostos pelas insígnias com as quais nos identificamos”⁴.

Seguindo esse raciocínio a questão que se coloca diz respeito às reais possibilidades de escolha, para além das imposições e bordões cotidianos. E ainda: se todo o trabalho psíquico que implica uma nomeação – no

⁴ MACIEL, *Ibidem*, p. 54.

sentido de uma mudança no modo dos investimentos pulsionais na relação com os outros e com o próprio corpo – corre igualmente o risco de se submeter aos encantamentos das normas estabelecidas, como nos aparelhamos para reconhecer os movimentos de ruptura (transgressão?) com esse modelo?

Questão difícil... O analista se inquieta e interroga seu saber lá mesmo onde este parecia escapar dos ordenamentos normatizadores. A função política da clínica comparece para alertar sobre a ingenuidade de tomar os termos enunciados pelo analisando sem maiores cuidados e mediações. Insiste a pergunta: Em que medida escolher e nomear se imbricam com um ato de liberdade? Onde entra a criação? Seria esta uma espécie de ator coadjuvante, aquele que por melhor que seja seu desempenho e importância de seu personagem ficará sempre à sombra das *estrelas*? Caberia autorizar o ato de inventar-se de uma outra maneira?

(O analista se lembra vagamente da palavra autorizar. Teria usado-a em suas pontuações? Na sua escuta o principal movimento de Augusto teria sido o de autorizar-se, permitir-se construir para si uma imagem de potência, contraste com toda uma história de amedrontamento diante de uma figura paterna idealizada e uma flagrante desnarcização do corpo próprio. As afetações que se dão na escuta flutuante se cruzam novamente: Qual tipo de escolha autoriza o reconhecimento de uma real transformação de vida?)

O prolongamento da hipótese que vimos desenvolvendo conduz a uma interessante provocação:

“Escolher a escolha é algo mais do que simplesmente escolher entre alternativas decidíveis, isto é, possibilidades previamente estabelecidas. Para

que a escolha da escolha se faça, é preciso que o indivíduo se encontre diante de um indecível, isto é, de uma experiência-limite em que não há qualquer solução possível, experiência sempre problemática para o pensamento, já que, nessa instância, pensar é sempre criar novos modos de existência”.⁵

Assim, de acordo com estas idéias, produzir um outro campo de possibilidades e alternativas é um ato concomitante à criação de uma outra subjetivação, posto que o indecível é, exatamente, aquilo que sem alcançar uma representação prévia na experiência do sujeito obriga a ruptura com as certezas estabelecidas. Não resta dúvida de que esta experiência produz um encontro com afetações inusitadas, produzindo uma expansão subjetiva considerável. Porém, nunca é demais lembrar que os dispositivos de poder aos quais aludíamos, em seus efeitos (mortíferos) implicam principalmente a produção de afetos bem como de valorações para eles. Certa vez uma analisanda, diante das provocações recebidas afirmou em altos brados: “Ah, viver os afetos me corrói!”.

Aqui apostamos, é claro, num encontro não corrosivo, seja pela possibilidade do sujeito suportar intensidades que escapem das injunções cotidianas ao embotamento afetivo - como as que observamos nos convites à “drogadicção” consentida, na febre de medicamentos apaziguadores do estresse e da angústia como o clonazepam -, seja pela abertura concreta de canais diferenciados de exercício desejante (de poder). Em ambos os casos o que muito justamente se nomeia experiência-limite ganha toda a sua força.

⁵ MACIEL, *Ibidem*, p. 55.

⁶ FOUCAULT, 1990, p. 13.

Deste modo, os impasses e sofrimentos subjetivos podem ser lidos como resultantes da impossibilidade de viver este “transbordamento” de sentido? Como pensar uma experiência que se dá num terreno minado, isto é, perigosamente próximo do traumático (como indica a fala desesperada da analisanda), mas também bordejando o mais desafiador do campo desejante?

Quer parecer que inventar um novo campo de vida (subjetividade) exige uma certa transgressão: a de permitir-se uma vivência que foi bem descrita por Michel Foucault quando anuncia os motivos das grandes mutações operadas no seu pensamento e pesquisa: “Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir”.⁶ Ao que poderíamos acrescentar: afetar /desejar diferentemente. Cabe, então, indagar sobre essa construção que não dispensa certa desterritorialização, como veremos, trazendo outras luzes sobre a relação liberdade-criação.

Um filme jamais visto

Costuma-se, e não sem coerência, representar o trabalho do analista como um tipo de crítica que incessantemente remete a um já conhecido (ainda que inconsciente) que comparece no estranhamento e no sofrimento. Aquilo que se repete para além do princípio do prazer – demoníaco que insiste no mais profundo do pulsional - deve receber uma perlaboração, e um modo de operar esse trabalho é reconhecer o que se repete. O famigerado mote “esse filme eu já vi” descreve bem o assim chamado *insight* e mesmo as re-significações que acompanham esse percurso. Mas sabemos que

num processo analítico as coisas não se reduzem a isto. Há também o inesperado e o que junto com Daniel Kupermann podemos denominar “força desterritorializadora”: a categoria de pulsão como potência que exige um trabalho criativo, sem o qual “instalam-se os sintomas e todo o campo da psico-patologia, uma vez que ensimesmada no circuito fechado do narcisismo, sua intensidade estaria disponível para ser apropriada pelo superego”.⁷

Observemos mais de perto esta proposição. A discussão aí proposta desenha uma trilha sinuosa, à beira de escarpas inevitáveis. Não se trata de coadunar com uma racionalidade que exigiria a entrega do pulsional aos ditames superegóticos, em troca da ilusão de uma paz (!) e um alívio da culpa. Ao contrário, o despojamento que se faz necessário é balizado pelo brincar infantil (o autor aqui desdobra uma das intuições freudianas sobre a criação), especialmente indicado pelo “jogo do carretel”. Brincar aqui não significa estar com o bem conhecido e fundado, acalentando a certeza da proteção. Ao contrário, brincar é jogar-se ao singular, prestar-se ao movimento de vai e vem, não exatamente (ou não apenas) para dominar uma vivência traumática, mas para produzir objetos outros – produzindo-se junto com eles. Brincar como encontro com a diferença (em si, no outro) em sua maior radicalidade. E, se acompanhamos um pouco mais as questões postas por Kupermann, escutamos com maior nitidez as problematizações colocadas mais acima, quando reconhecíamos as dificuldades que a clínica traz na atualidade no que tange à leitura do que pode significar liberdade e criação:

⁷ KUPERMANN, 2005, p. 77.

“Pode-se apreender, primeiramente, que o *ethos* civilizatório não se sustenta, necessariamente, na repressão da sexualidade – esta pode ser, inclusive, bastante liberada e até mesmo incitada -, mas sim no impedimento da criação de estilos de existência singulares; além disso, apreende-se também que caberia à clínica, sem evasivas nem subterfúgios, buscar promover a emergência de processos criativos nas subjetividades comprometidas em sua capacidade expressiva”.⁸

O que temos aí possui o esgar de uma convocação: operar um deslocamento na escuta e no modo de funcionar na transferência para permitir à experiência-limite balbuciar, lá onde ela se apenas se esboça, para então, *a posteriori*, apreender seus efeitos intensivos, materializados no aumento da capacidade expressiva. Teria sido algo deste porte a suceder com Augusto, quando por breves instantes, respiração que presentificava uma musicalidade tão revigorante quanto suave, permaneceu primeiro em silêncio para logo depois “lembrar-se” das situações mais efusivas que caracterizaram seus encontros na viagem?

Inventar a memória. A memória como invenção. Redimensionar as experiências e o projeto de fazer análise parece trazer para Augusto a possibilidade de habitar outros territórios, já não mais (ou não apenas) relacionados aos fatos que descrevia com um riso indisfarçável. Implicava produzi-los não como passados, mas como presenças reverberando a fala, já agora na condição de ato. Neste sentido, podemos pensar que o projeto nomeado “buscar a liberdade” não se dá como promessa para um futuro. Ele já acontece no ato performático da promessa⁹... ele é *agora* a experiência da

⁸ KUPERMANN, *Ibidem*, p. 77.

⁹ FORRESTER, 1990, p. 95-137.

liberdade, ainda que isto não signifique uma plenitude ou um término do caminho (pensar e fazer assim seria deixar que a paralisção sintomática viesse outra vez se instalar. O exercício da suspeita, que analista tanto cultiva, encontra aí um de seus fundamentais motivos).

Então, abrir esse campo de interrogações (para analisando e analista) obriga à admissão da experiência de sonhar em sua maior positividade: condição de afirmação do inconsciente e expansão do campo onde a subjetivação se dá ao mesmo tempo como advento do novo e construção de uma história ainda por vir.

Um roteiro inacabado

As inquietações do analista se renovam quando pensa (ou fantasia? Freud não afirmava que “sem especulação e teorização – quase disse fantasiar -, não daremos outro passo à frente”?)¹⁰ que o problema levantado pelo analisando o concerne também no que diz respeito à discussão sobre a ética. Recorda uma frase de Giorgio Agamben que lhe pareceu a um só tempo forte e bela: “Ética não é simplesmente a vida que se submete à lei moral, mas a que aceita, irrevogavelmente e sem reservas, pôr-se em jogo nos seus gestos. Mesmo correndo o risco de que, dessa maneira, venham a ser decididas, de uma vez por todas, a sua felicidade e a sua infelicidade”.¹¹ O contexto, muito a propósito, é a discussão proposta por Foucault sobre a autoria e a indiferença, como entende Agamben a respeito do autor, como um princípio da ética da escritura contemporânea. Mas, a autoria não é indiferente. Os

¹⁰ Freud, (1937). 1977, p 257. (ESB, 23).

¹¹ AGAMBEN, 2007, p. 61.

gestos que põem em jogo uma vida, no seu silêncio, não podem ficar alheios à apreensão do analista. Quais teriam sido os gestos que permitiram que entre analista e analisando se fizesse, para o analisando, a possibilidade de uma autorização não adequada aos emblemas egóicos, mas deles distante e até avessa?

A perspectiva de tratar essa questão lembra um pouco as distinções entre plano-seqüência e enquadramento filmico, tal como indicadas por Camila Sampaio em sua apreciação e leitura das idéias de Pier-Paolo Pasolini. Para ela o cineasta distingue cinema e filme: o primeiro equivaleria a um plano-seqüência subjetivo, interminável registro de realidade pela câmera, comparável à vida com a incessante produção de possibilidades e sentidos inapreensíveis para o sujeito que vive. Já o filme, corta e monta, coordena os planos numa determinada visão, produzindo para os acontecimentos um limite temporal e narrativo, comparável ao enquadramento feito pela morte ao ser vivo. Assim, “o enquadramento filmico corresponderia à morte, ao um estancamento da presença abundante da vida, quando ela já não é”¹².

Mas o fato é que esse enquadramento é necessário para produzir sentido, um balizamento. A vida como inesgotável produção de sentidos (pulsionalidades) admite delimitações, limitações até, para que novas ordenações (modos de existir) ocorram. Assim sendo, o que se passa na análise é um encontro – marcado, delimitado, ritualizado, com os enquadramentos que conhecemos – com fluxos e excessos que experimentam em algum momento receber nomes, encarnar histórias, corporificar acontecimentos singulares. A

¹² SAMPAIO, 2000, p. 52.

Luiz Felipe Nogueira de Faria

Liberdade e a Criação podem adquirir materialidade aí. É por isso que os termos nomeação, criação, liberdade, autorização e outros mais que fizeram e fazem sua aparição nas muitas análises estarão permanentemente sujeitos a novas apreensões e projetos, como um roteiro que não se extingue.

Após mais uma sessão, quando a analisando já se foi, o analista escuta o eco das palavras e afetações que habitaram solenes aquele espaço, ora deserto. O tempo que se produz, então, não refere nenhum passado factual, mas a constatação aqui/agora dos efeitos deste encontro. Atravessa-o uma intuição: a liberdade como ato de criação é o movimento de jogar-se na vida, com o despojamento que arrisca a felicidade e a infelicidade, a todo instante.

Esse gesto permanecerá consigo.

Luiz Felipe Nogueira de Faria

Rua Constante Ramos, 131/808.

Copacabana – Rio de Janeiro – 22051-010

CEP: 220151-012

Fone: 9304 -5121

E-mail: lfdefaria@yahoo.com.br

Tramitação:

Recebido em 20 de junho de 2008.

Aprovado em 06 de agosto de 2008.

Referências

AGANBEM, Giorgio. *Profanações*. São Paulo, 2007. p. 61.

FORRESTER, J. O que o psicanalista faz com as palavras: Austin, Lacan e os atos de fala da psicanálise. In: _____. *Seduções da psicanálise*: Freud, Lacan e Derrida. São Paulo: Papyrus, 1990.

Cadernos de Psicanálise - SPCRJ, v. 24, n.27, p. 183 - 197, 2008

FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1985. v. 1.

_____. *História da Sexualidade*, Rio de Janeiro: Graal, 1990.v. 2.

FREUD, Sigmund. *Análise terminável e interminável*. Rio de Janeiro: Imago, 1977. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 23). (Trabalho original publicado em 1937).

KUPERMANN, D. Resistência no encontro afetivo e criação na experiência clínica. In: MACIEL, A.; KUPERMANN, D.; TEDESCO, S. (Org.). *Polifonias: clínica, política e criação*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 77.

MACIEL, Auterives. O problema da escolha e os impasses da clínica na era do biopoder. In MACIEL, A.; KUPERMANN, D.; TEDESCO, S. (Org.). *Polifonias: clínica, política, criação*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 51-61.

SAMPAIO, Camila Pedral. O cinema e a potência do imaginário. In: BARTUCCI (Org.). *Psicanálise, cinema e estéticas de subjetivação*, Rio de Janeiro: Imago, 2000. p. 52.

artigo



Criação, liberdade, transgressão: fronteiras *Creativity, freedom, transgression: frontiers*

Rachel Sztajnberg*

Resumo

O artigo examina o paradoxo da liberdade humana sustentada no ponto de interseção entre a submissão e a transgressão aos valores normativos da cultura. O que fica delicadamente em jogo nessa articulação é o entrelaçamento dos impulsos, opostos e igualmente poderosos, de construção (Eros) e destruição (Tanatos). Analisa o momento atual, os riscos e a gravidade da fratura ética na comunidade humana.

Palavras-chave: criatividade, ética, liberdade, transgressão, alteridade.

Abstract

This article examines the paradox of human freedom sustained by the intersection of submission and transgression to the normative values of culture. What is in consideration here is the

*Psicanalista Membro Titular/SPCRJ; Supervisora e Coordenadora de Seminários/SPCRJ

delicate articulation and entwining of the opposed and equally powerful impulses of construction (Eros) and destruction (Tanatos). This is an analysis of the present moment, the risks and the gravity of the ethical fracture in the human community.

Keywords: *creativity, ethics, freedom, transgression, alterity.*



artigo

Criação, liberdade, transgressão: fronteiras *Creativity, freedom, transgression: frontiers*

Rachel Stazjnberg

*“Mas tu, liberdade, não és a escalada para
o poderés, nas sociedades adiantadas, o elemento sagrado que o
limita.”*

Rui Barbosa

“A felicidade só existe ao preço de uma revolta.”

Julia Kristeva

“Por falta de delicadeza, estamos perdendo a vida.”

Rimbaud

A liberdade do homem é mítica. Expulso do Paraíso desde a sua origem, a Terra Prometida é um lugar ao qual o homem não chega nunca. Na melhor das hipóteses, a travessia do seu deserto pode ser permeada por alguns oásis pontuais onde ele recupera a força e o alento para seguir caminhando e cumprir seu destino de peregrino, enquanto isso lhe é permitido. A liberdade humana é um sonho, uma exigência de trabalho que o mantém vivo, justo porque não é finalizável. Só a morte o liberta, na verdade, dessa busca incessante do inatingível. Para seu próprio bem, o sujeito está condenado a uma certa

servidão, a ser refém das amarras que o constituem e o inserem numa cadeia de relações. São elas que o situam numa continuidade ontogênica e filogenética e amenizam parcialmente o desamparo com o qual está permanentemente confrontado.

Por mais mal-estar que este aprisionamento promova, sem esses contornos o homem não se inventa, ele cai num marasmo estéril, despojado do motor que o impele a produzir algum sentido para sua existência. Ele não tem porque, também, se reproduzir ou produzir um senso de continuidade. Não tendo como formalizar suas faltas, ele está fora do campo que lhe permite reconhecê-las. É que a liberdade só pode ser enunciada a partir de um contexto dialético que pressupõe a falta dela. Nada é mais assustador e paralisante do que o espaço infinito que representa a perdição.

É necessário, então, algo, uma barreira delimitadora que justifique o desejo de atravessá-la, de provocar o instituído. A fronteira, por sua vez, é o que aponta o mais além. Essa configuração permite a organização de um sonho, de uma utopia que orienta o sujeito, lhe dá uma direção e norteia sua trajetória. Para avançar, ele, necessariamente, desafia a ordem, sem, contudo, deixar de levá-la em conta. Ele se propõe a uma “certa” rebeldia, ainda que, saudavelmente, ele tenha que medir a conseqüência de seus atos e se responsabilizar por eles. O Homem parte, assim, de um sonho de liberdade, referido a uma ordem, em torno da qual sua criatividade se exercita. Ele “trabalha” essa transicionalidade entre a sua criação subjetiva e o entorno que a delimita. Quando bem sucedido, ele contribui com um elemento pessoal que o enriquece e ao *socius* no qual está inserido.

Seriam essas, sinteticamente, as condições de uma liberdade possível, a saber, uma liberdade paradoxal,

contextualizada e relativa. Fora disso, não advém liberdade, mas o caos do vale-tudo mortífero, a banalização do mal que desrespeita a alteridade em favor do prazer arbitrário do um só. É o retorno à horda, um gozar inconseqüente e irresponsável, com a humilhação dos demais.

A existência humana sempre esteve às voltas com essas fronteiras e a precariedade das limitações que se impõem para garantir uma convivência que reduza os inevitáveis conflitos de interesses na comunidade ao mínimo indispensável, uma vez que não se pode desconhecer a impetuosidade selvagem e voraz contida em todo humano. A normatização dessa coexistência não se realizou impunemente. A Psicanálise, entre outros saberes, se encarregou de denunciar o mal-estar subsequente à domesticação da vontade do Homem. Mesmo que usufruindo dos subprodutos derivados dessa renúncia à apropriação exclusiva em favor do bem comum, os efeitos colaterais desse sacrifício perpetuam uma insistência do desejo de liberação e ruptura dos princípios reguladores, seja numa vertente criativa e benigna, seja numa ação transgressiva de efeitos perniciosos.

A estruturação de um sistema social sustentado por consistentes baluartes de valores morais e religiosos tinha esse poder de contenção moderadamente bem exercido, ainda que essa força acumulada da repressão vazasse aqui e ali, comprometendo a ordem estabelecida, ferindo a estabilidade do sistema e conclamando a constantes e penosos esforços de re-equilíbrio, sempre relativo, do conjunto.

Nos últimos tempos, uma avalanche de transformações promovida pelos avanços científicos e tecnológicos, pelos deslocamentos das referências de

autoridade, pelo abalo nas crenças vigentes, enfim, por uma complexidade de elementos que se conjugaram, puseram por terra os suportes que oprimiam, sim, mas garantiam, em troca, alguma certeza. Mesmo que ilusória, ela funcionava, a guisa de um ponto de referência a ser respeitado e desafiado simultaneamente. Um avanço meteórico nunca antes vivenciado confrontou a comunidade humana com novos códigos numa tal velocidade de mutação que ela mal tem tempo de assimilar; menos ainda, de ganhar alguma distância e avaliar criticamente a projeção de seus efeitos. Descortinou-se um novo universo, criado agora pelo Homem-Deus, que pode tudo, ou quase, do que ousar sonhar. Os freios, se existirem, são de um caráter provisório. O que não pode ainda, o Homem vai poder logo, ali na esquina; é apenas uma questão de tempo. É o que nos assegura a Ciência e a Tecnologia que a *mídia*, poderosa e sofisticada ferramenta, com alarde, se encarrega de veicular. Inebriado com seu poder de brincar de Deus, o Homem ultrapassa seus compromissos éticos para experimentar, perigosamente, o *para além* de sua humanidade. Sua *vontade de liberdade* faz com que ele ignore os benefícios da vida social estável e alimente sua onipotência quanto mais ele atravessa as barreiras de tempo e de espaço que até então o continham. Já pode orquestrar nos seus laboratórios sofisticados as técnicas de reprodução da espécie! Até com a finitude ele já pode *brincar*: já flerta mesmo com a imortalidade!

Quais as conseqüências subjetivas, contudo, de todo esse poder pragmático? Qual a moeda de troca dessa poderosa aquisição? Toda essa gratificação enaltecida de nossa potência grandiosa, quanto estamos tendo que pagar por ela?

Se havia uma desmesura pelo excesso de submissão à superestrutura “protetora” e reguladora do movimento dos grupos humanos e um conseqüente achatamento de sua expressão criativa, no que resultou o afrouxamento das convenções até então vigentes e a perda dessas referências?

O desamparo estrutural do humano, responsável pelo desconforto que permeia o seu existir, só se atenua relativamente a partir das alianças que constroem uma rede onde o sujeito se reconhece na sua relação com os outros. Rede essa que, necessariamente, exige negociação e composições, sendo referida, portanto, ao exercício de uma dialética em constante operação. Assim se cria um espaço compartilhado onde o outro se inclui e ao qual endereçamos nossos humores, os mais generosos, assim como os ressentidos. Ponto de encontro e de desencontro, o confronto demarca os espaços que delimitam a liberdade e, igualmente, os interditos. Relativiza-se a solidão e o isolamento quando se cria levando em conta um outro ser ou uma estrutura para quem se dedica a própria construção. Se este outro está lá para receber, a experiência ganha um sentido. Caso contrário, ela cai no vazio.

O excesso da liberdade conquistada parece ter eximido o sujeito do seu compromisso com os demais. Ao não ter mais que prestar contas a um outro, ou ao Outro, decaído de sua condição de autoridade máxima, o sujeito se autoriza, sozinho, na terra do cada um por si. Confuso, perdido, não é de se estranhar que ele tente tirar o melhor partido dessa prerrogativa, mesmo ao risco de se tornar inconseqüente e irresponsável. Dribla, assim, as sensações de orfandade e abandono com as quais não consegue contatar. Toda sorte de artifícios lhe são úteis e o meio no qual está imerso

não se furta a lhe oferecer todos os recursos para se anestesiar e se afastar de um questionamento crítico que o impelisse a revisar seu *modus vivendi*.

É por essa via que se pode considerar uma outra sorte de mal-estar agora reinante. Uma migração irremediável do desamparo ao desespero. Os sentidos são dados *a priori*, não são construídos, vem de fora. O sujeito se entope com as ofertas disponíveis no grande mercado virtual ou midiático, infla com os artefatos que oralmente consome, incessantemente, para tamponar o vazio que o habita. Está impedido de experimentar sua capacidade de estar só na presença de um outro, que atue apenas como testemunha, sem invadi-lo com o que já está pré-fabricado e pronto para usar. Ele nunca descobre, só apreende, mimetiza e repete. Não há espaço para uma invenção de si, passível de uma apropriação de autor. O resultado óbvio é a falta de sentidos verdadeiros que está sempre à beira de se fazer presente, e a decorrente ameaça que essa sensação representa à integridade do si mesmo e do outro.

Uma das modalidades contemporâneas dessa complexidade paradoxal de excesso-falta, se expressa claramente na difusão em escala crescente dos transtornos alimentares. Independentemente do modelo estético único que é dado como referência identificatória da aceitação social que está em jogo, num estudo mais acurado se depreende, no caso da anorexia, uma rebeldia latente expressa nessa recusa obstinada em consentir com uma intrusão do que vem de fora. Num desesperado, às vezes último esforço e recurso de diferenciação, o que se pretende é obter sucesso na criação de um espaço que viabilize a emergência de uma produção interna própria e discriminada do meio. Em sua contrapartida, na bulimia, escancara-se o

duelo titânico entre o desejo voraz de posse dos objetos externos e o impulso de atacá-los ferozmente para deles se livrar. Em ambos os casos, faltou faltar; o sujeito se debate com a angústia de não ser, de uma saturação forjada e fictícia que justifica sua rebelião, seu não ou seu sim-não, atuados no corpo, apresentam o negativismo como última instância da afirmação de si.

A necessidade da criação pessoal de uma oposição estruturante fala da falta de uma mediação entre o desejo e sua execução, e o componente mortífero que essa falta de distância acarreta. Quando endereçada, a impetuosidade pulsional passa por um filtro que a modula, moderando sua intensidade e produzindo seu encaminhamento para diferentes destinos. A ausência ou a omissão de instâncias que possuam essa função de conter o *quantum* de força dos apelos mais primitivos que não puderam, tampouco, ser atravessados pela mediação de uma palavra de ordem, desencadeia um escoamento dessa energia sob a forma de uma descarga atuada de proporções imprevisíveis.

Em sua contrapartida, quando auto-convertida, essa energia, sem destino e sem saída, derrama-se pelo próprio corpo do sujeito e ele se torna o palco da sua própria turbulência. Ele adocece, e um órgão protagoniza o papel do perseguidor-oponente que ele não encontrou fora de si. Ou, em outra versão do dilema interno, se expressa nessa velha conhecida síndrome contemporânea: ele é tomado pelo “pânico” da queda no abismo sem fim da falta de contenção, e representa, em crises sucessivas de angústia sua proximidade com a agonia impensável. Ou ainda, em outro desdobramento, é a insônia que o acomete na falta de “alguém” internalizado que zele pelo seu sono e garanta o seu retorno à integração. No extremo, as

passagens ao ato suicidas são, como as modalidades anteriores, representações imagéticas do abandono e da solidão que o sujeito experimenta fora de uma cadeia de pertinência e filiação reasseguradora do seu existir.

A outra versão perniciosa, e ainda mais devastadora, da falta de contorno das moções pulsionais é o escoamento para fora do sujeito dessa energia desligada e sem direção. Nesse caso, o sujeito representa um risco semelhante a uma metralhadora giratória para sua comunidade. Na falta de trilhamento, organização e destinatário de seus impulsos, seu alvo é indiscriminado e sua atuação carece de sentido, é pura descarga no seu grau máximo. Os *serial killers*, os jovens que disparam para matar nas lanchonetes e escolas americanas são o protótipo desse gênero de subjetivação. Que espaço de diferença se criou entre essa atuação perversa e fria e os *videogames* cujos botões se aciona impunemente? Muito provavelmente é o horror que está dentro e dissociado que é atuado para fora, como uma reversão do medo do qual não se pode dar conta. Só os leigos e os ingênuos desconhecem que todo destruidor é, em última instância, um destruído, ou, pior, alguém que não teve a oportunidade de se construir, de se inventar com seus próprios recursos. Acoplou-se, proteticamente, às referências exteriores, sem mediá-las e sem metabolizar. Nada ou ninguém veio em seu socorro para ajudá-lo a reconhecer diferenças e discriminar fantasia e realidade, dentro e fora, objetivo e subjetivo. Os sentidos simplesmente se pasteurizaram e se tornaram uma massa informe com um propósito tamponador e anestésico para a dolorosa devastação interior.

Recentemente, um lançamento de filme nacional, que até não teve muita repercussão entre nós, chamou

a atenção para o potencial criativo desperdiçado nas favelas, onde uma população pouco reconhecida e legitimada expressa esteticamente a aridez e precariedade da sua sobrevivência. O desfecho trágico expõe a falta de lugar para as representações de Eros à margem da lei. *Maré*, uma história de amor, filme de Regina Murat, uma sobrevivente dos tempos sombrios da Ditadura no Brasil, aponta, para quem quiser ver, que a criatividade, resultante dos componentes eróticos e agressivos amalgamados desemboca em violência quando não tem como ser acolhida pelo ambiente. Fora da Lei, ela ganha um destino mortífero e selvagem, desconstrói-se como criação e qualifica-se como destruição no vazio da falta de sentido das doações e das renúncias necessárias à instalação do bem comum.

São dois os descaminhos gerados pela indiferença e falta de espaço para o gesto espontâneo e genuíno que valida a constituição da singularidade do ser. Se seu apelo carece de resposta parental ou social, o retraimento configura uma saída defensiva. A apatia domina o cenário e o sujeito sai de cena para não se expor a mais experiências traumáticas. Desiste e sucumbe, não transita mais no espaço potencial, recolhe-se e, alienado, ele simplesmente sobrevive. A inércia reina soberana e um empobrecimento genérico acomete o sujeito e contamina seu ambiente.

A alternativa a esse recurso estratégico é a reatividade. O sujeito vive para desafiar, contestar a ordem estabelecida e negar seu desprazer e a depressão subjacente. Tampouco cria construtivamente, o novo é arriscado e ele está dentro de um circuito fechado e sem esperança. Esse ser vive contra, não vive para, seus ideais ficaram aniquilados ou não puderam sequer ser

enunciados, não houve espaço para sua apresentação. Nos dois casos a combatividade, elemento benigno do impulso agressivo, não pode ser exercida.

A inoperância dos emblemas de autoridade no sistema social e na organização familiar gerou efeitos muito presentes em nossa realidade atual, como os mencionados acima, e são eles que têm merecido de nós, pensadores da subjetivação, atenção maior até do que as formações do inconsciente que até aqui eram o que mais nos ocupara.

A tendência anti-social disseminada, com a qual temos tido que nos haver maciçamente, é a consequência mais devastadora da incapacidade do Homem contemporâneo de se envolver, de ter interesse pelo próximo e se implicar responsabilmente com o sistema no qual se encontra inserido. É que a cultura não se mantém fora do universo simbólico dos valores, no vazio das referências éticas que implicam o sujeito consequentemente consigo mesmo, com a comunidade humana e, inclusive, com o meio ambiente. Esse despojamento do que é essencial à constituição de sentidos do existir deixa os sujeitos contemporâneos invadidos e habitados pelo nada. Só isso justifica a satisfação no prazer de destruir, sem a menor consideração pelo aniquilamento da vida e do meio. Quando não se tem nada, não há nada a perder. Tampouco nada para construir, o sujeito sente-se no mundo como num passatempo, tal qual um dos personagens dos joguinhos de ação que ele manipula alienadamente. Perpetuado num eterno e fictício presente, o tempo como construção de futuro e compromisso para ele deixou de se dar. Se o que ocorreu foi uma radical dissolução dos ideais, as sólidas

amarras atenuantes do desamparo original se extinguem. Sem as projeções do sujeito num devir ele é violentamente arremessado ao desespero do isolamento e do abandono - está sozinho ademais de ser só.

Será oportuno, ao falarmos desse isolamento, lembrar a difusão do *personal* presente nas diferentes camadas da atual organização social dos humanos. A difusão dessa modalidade formata um protótipo possessivo e auto-referido desde os primórdios da história de um sujeito. Pouco se compartilha quando cada um tem o seu (PC, TV, dormitório, *TV dinner*) e não admira que haja impaciência e incomodo no trânsito, nas filas e em todas as situações em que se é confrontado com as demandas de outro, que quer ter sua vez também. A espera, o processo, a construção, todos os modos não imediatistas são vivenciados como a emergência de um corpo estranho ao seu sistema individualista, urgente e oportunista. Cada vez mais *caciques para quase nenhum índio*.

Até onde sabemos, somos a única espécie animal que opera num código que transcende o princípio da necessidade. Se um animal ataca ou destrói, o que está em jogo é uma questão de sobrevivência e nada mais. O Homem, todavia, transcende essa diretriz, porque está inscrito no território do desejo. Da regulação desse atributo depende o controle de seu inerente impulso de dominação e tirania para a satisfação de sua vaidade (narcisismo), a qual põe em risco a si mesmo e toda sua comunidade. No universo do humano, quando a dimensão ética é ultrapassada, gera-se um espaço para a violência que confere um colorido todo particular ao poder. Em princípio, a firmeza das normas estabelecidas, à qual todos, igualmente, têm que se subordinar, dá um caráter apaziguador à sua

instalação e as regras tendem a ser predominantemente respeitadas, em função dos benefícios com os quais elas acenam. Quando, contudo, essa regulação democrática é substituída por um sistema arbitrário de privilégios e impunidade rompe-se essa anuência, já que ela não tem onde se sustentar. A firmeza tranqüiliza, a força impõe o terror e a clandestinidade, convidando, portanto, ao ilegítimo, ao suborno, à corrupção e ao vandalismo. O território até então compartilhado, em condições mais ou menos pacíficas, se transforma em terra de ninguém, onde impera o vale tudo e o salve-se quem puder. A troca entre os pares, o interdependência e a complementariedade das faltas mútuas que facilitam o reconhecimento dos bens, atributos e direitos de um e de outro, se dissolvem no “uso” e abuso do alheio e de suas propriedades. As parcerias se desfazem quando um decaiu de seu estatuto de sujeito para se tornar o objeto utilitário do gozo do outro. A privacidade e o sagrado se anulam, se o cinismo vigora em detrimento do pudor. Nenhum véu recobre mais a sanha da fera animal recalcada no humano se o tecido que dá suporte ao processo civilizatório for esgarçado. Escancara-se, então, a força da besta primitiva despojada da consciência e da racionalidade que pacientemente fora elaborada para subjugar-lá. O processo secundário sucumbe à avalanche incontida da força pulsional desfundida e desencadeia-se o caos.

Se o que se constata hoje é a larga escala de pulverização da solidariedade na comunidade humana, é o destino, o sonho de continuidade da espécie que se encontra seriamente ameaçado. Hannah Arendt, quando avaliou as relações perigosas da conjugação do poder com a violência, não hesitou em afirmar categoricamente que a violência pode mudar o mundo,

mas só para fazê-lo ainda mais violento. Foi ela também que nos lembrou que o nascimento de cada criança é a história do mundo que recomeça. O recém-chegado corresponde ao sonho possível de perenizar-se através da cadeia de transmissão de uma herança, da tradição histórica onde cada um contribui com a sua marca para a composição do todo cultural que perdura ao longo das gerações. O traço, de natureza simbólica, ameniza a irremediável extinção do corpo individual e permite sonhar com o que vai permanecer, com o resto inscrito no universo das representações coletivas. E, invocando os poetas que, como Freud sinalizou, detém mais sabedoria do que a maioria dos mortais, vale lembrar Paul Valéry, para quem a melhor forma de se realizar um sonho é acordando.

Não que o ser contemporâneo não esteja sonhando e perseguindo suas projeções utópicas cada vez mais ousadas. O que preocupa é o quanto, nas errâncias de seu desejo de liberdade, o Homem tem ignorado e transgredido as medidas de autopreservação que garantem a sua continuidade pessoal, social e do meio ambiente do qual depende. Fascinado e aderido às conquistas que antes só podiam ser sonhadas numa dimensão próxima ao delirante, pouca importância tem dado ao desequilíbrio provocado por elas na base dos valores de sustentação do seu existir. A velocidade radical das transformações inviabiliza uma distância crítica e seletiva, projetando o Homem cada vez mais para fora do seu próprio eixo. Na melhor das hipóteses, reina uma consciência racional dos riscos envolvidos, mas ainda muito dissociados de uma atitude coerente com a gravidade do que está em jogo. O que objetivamente circula é uma obstinada resistência aos sacrifícios e às renúncias implicadas

no desvio dessa rota ambiciosa que promete cada vez mais a transcendência dos limites da condição humana. Seduzido pela ilusão de poder viver sem freios, o Homem se projeta em ações cada vez menos elaboradas, mais próximas da descarga e das passagens ao ato em função da falta de distância e mediação. Conta mais o lucro, a posse, a satisfação instantânea do que as construções de interesse comunitário que requerem um processo, um prazo, uma reflexão. É cada vez mais difícil esperar; parece ter havido uma regressão a uma urgência primitiva e infantil que refere a subjetivação cada vez menos ao complexo de Édipo e à castração e a empurra na direção da premência das demandas narcísicas.

Banhado, então, na ilusória plenitude, imerso num *habitat* que convida à negação das faltas com seus artefatos transitórios e tamponantes, fetiches de última geração cada vez mais sofisticados, que chance tem esse ser da atualidade de se inventar como um singular, criar suas próprias demandas e dar um destino sublimatório e integrado a seus impulsos? De que servem os ideais se os “produtos” *prêt-a porter* já estão apresentados e anunciados como os únicos ou os melhores? Por que criar, desenvolver algo original, particular, se a diferença corre o maior risco de ser recebida com estranheza, como um bizarro que não tem espaço para se inserir? Não se oferece algo precioso, um tesouro, se não houver ninguém lá para recebê-lo.

São as idealizações, então, que ocupam o lugar dos ideais, dos sonhos personalizados que, esses sim, dão sentido à existência e fazem-na valer à pena. Refêm dos recursos mágicos e onipotentes, o sujeito se constitui deslumbrado e desesperançado ao mesmo tempo. Como não se desilude por estar perma-nentemente

colado aos artifícios, não desliza para “outro lugar”. Contorna essa contingência na qual estaria fadado a ter que se deparar com a frustração e haver-se com a própria responsabilidade de dar conta dela ao seu jeito, com seus próprios precários meios. Sacrificando a ganância arrebatadora, acessaria a possibilidade de se sentir único e potente, mas permeado pelos contornos com que suas limitações o confrontariam. Não há aquisição, qualquer que seja ela, que não cobre seu preço.

Sem retornar a essas premissas básicas da constituição subjetiva, é muito pouco provável que os destinos do Homem e da cultura na qual ele se encontra inserido consiga encontrar uma alternativa para evitar o seu auto-aniquilamento. Sem um certo “desencantamento” que desconstrua, em alguma medida, a sua adaptação escravizante ao universo mecânico e robotizado, cujo *glamour* se centra no cenário, nas imagens deslocadas do plano simbólico, o Homem não tem como se livrar da espiral ciclônica na qual se encontra envolvido. Mais coadjuvante do que peça principal do que ele próprio engendra com seu talento de Criador, ele tem se tornado a criatura que agoniza no laboratório de ensaio de suas invenções desalmadas. Tornou-se sua própria cobaia. Enfeitiçado por suas engenhocas, vê, mas sem acreditar muito, que ele é, simultaneamente, vítima e réu do plano mirabolante que tem concebido. Na verdade, repete o que permeia toda a história da Humanidade, só que numa escalada cada vez mais vertiginosa. Ele sempre *brincou* com sua autopreservação, mas, mesmo com muitas perdas e com o sacrifício de muitas vidas, até agora conseguiu sempre renascer das cinzas. Até onde conseguirá levar esse jogo onde opera a alquimia das forças

Rachel Stazjnberg

titânicas que o habitam? O feitiço (fetiche?) pode virar contra o feiticeiro e o sonho, se megalômano, pode se transformar num medonho pesadelo. A castração desconsiderada pode nos projetar numa devastação irremediável.

Diante da ameaça do horror, enquanto é tempo, melhor voltar aos poetas, sábios artífices que, confrontados com as barras do interdito, inventaram-se livres na segurança do universo emoldurado das palavras. Mario Quintana, um ícone nesse território, propõe a introspecção como antídoto às projeções delirantes. Sonhar, diz-nos ele, é acordar-se para dentro.

Rachel Sztajnberg

Rua Maria Angélica, 323, 101
Jardim Botânico – Rio de Janeiro – RJ
CEP 22461-70
Fone: 2286-7508 (cons.)
E-mail: rachelosztajn@yahoo.com

Tramitação:

Recebido em: 20 de junho de 2008.
Aprovado em 06 de agosto de 2008.

Referências:

ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

KRISTEVA, Julia. *Sentido e contra-senso da revolta*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

KEHL, Maria Rita. *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LEBRUN, Jean Pierre. *Um mundo sem limite: ensaio para uma clínica psicanalítica do social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

ROCHA, Zeferino. O problema da violência e a crise ética dos nossos dias. *Síntese-Revista de Filosofia*: Belo Horizonte: In: v. 28, n. 92, p. 326, 2001.

SOUZA, Maria Laurinda Ribeiro. Apatia: o negativo da violência. In: _____. *Violência*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. (Coleção Clínica Psicanalítica).

SZTAJNBERG, Rachel. Por uma ética da subjetivação: ser e sentido. In: *Cadernos de Psicanálise* – Rio de Janeiro: SPCRJ, v. 22, n. 25, p. 315-331, 2006.

artigo



**Primeiras transgressões freudianas:
modulação de paradigmas**
*First Freudian transgressions:
modulating the paradigms*

Suelena Werneck Pereira*

Resumo

O objetivo desse ensaio é o de examinar dois textos iniciais de Freud, ambos de caráter eminentemente neurológico, mas que contêm prenúncios dos caminhos que a doutrina freudiana inaugurará. Considerando a matriz cultural como o registro científico com o qual Freud começa a dialogar, tentarei apontar os sinais de ruptura e suas evidentes transgressões, alavancas da futura fundação da teoria psicanalítica.

Palavras-chave: Contexto cultural; tratamento pela palavra; aparelho de linguagem; rupturas.

Abstract

The purpose of this essay is to examine two of Freud's early texts, both having out-standing neurological characteristics but that also foretell the paths to be inaugurated by the Freudian doctrine. Considering the cultural matrix as the

*Psicanalista, Doutora em Teoria Psicanalítica/ UFRJ

scientific register with which Freud begins to dialogue, I will try to indicate rupture signs and its evident transgressions, levers to the future foundation of the psychoanalytical theory.

Keywords: *cultural context; treatment through words; speaking apparatus; ruptures.*

**Primeiras transgressões freudianas:
modulação de paradigmas**
*First Freudian transgressions:
modulating the paradigms*

Suelena Werneck Pereira

Devo confessar que sempre me deixei afetar por tudo aquilo que, na teoria psicanalítica, remete ao mito das origens. A história dos conceitos pareceu-me, desde sempre, o caminho privilegiado para uma compreensão orgânica de nossa disciplina. Entender como um conceito é engendrado, fazer sua genealogia, facilita a tarefa de inseri-lo num todo coerente, aquilo que propriamente define uma teoria. Assim, detive-me, muitas vezes, nas origens, na história, até mesmo na pré-história dos operadores conceituais que fizeram da psicanálise o que hoje se conhece dela. Permiti-me viajar pela radicalidade da experiência freudiana, embarcando em exercícios críticos, problematizantes, que acabaram por dar sentido a questões até então bastante obscuras para mim. Acredito que efetuar um trabalho de resgate histórico das origens nos conduz através de continuidades transitórias e rupturas, à fronteira entre as linguagens prévias e o inédito do novo objeto. Desse modo, torna-se possível acompanhar as

primeiras transgressões de Freud em direção à fundação de sua doutrina, sinais de suas primeiras rebeldias diante dos ditames científicos de sua época..

Assim se passou com a leitura de dois pequenos textos de Freud, dos primórdios da psicanálise ou mesmo pré-psicanalíticos. Junto com o *Projeto*¹, de 1895, sabidamente rejeitado por seu autor, tanto o artigo “Tratamento psíquico (tratamento da alma)”², de 1890, quanto o estudo sobre as afasias³, de 1891, compõem essa experiência liminar de quebra de linha de pensamento, de modulação de paradigmas, de ruptura epistemológica, de primordiais transgressões. Mesmo que sejam dois textos de fundamentação neurológica, assim como o *Projeto*, neles podemos detectar sinais de que algo se passava com o enfoque que Freud começava dar aos fatos da clínica, com suas costumeiras reverberações teóricas.

Gostaria de assinalar, brevemente, que a filiação de Freud passa por linhas muito claras. As questões que o tomam pertencem à discussão científica e filosófica comum aos pensadores de língua alemã da segunda metade do século XIX. O pensamento clássico alemão foi a tessitura cultural a partir da qual Freud trabalhou; o que ele produziu mantém uma relação com o tecido intelectual e epistemológico historicamente dado. Devemos compreender que arcabouço conceitual já existia e com o qual Freud dialogou. Se, por um lado, Freud pertencia a um meio acadêmico e científico completamente tomado pelo positivismo empirista, se ele se referia ao materialismo como a um conceito

¹ FREUD (1950 [1895 1986, v. I.

² *Idem*, (1890) In: op. cit., v. I.

³ *Idem*, . (1891) 1979.

evidente, a presença da tradição kantiana e pós-kantiana em seu pensamento aparece como uma virtualidade em seu texto. O seu naturalismo sofreu a intermediação do movimento conhecido como a filosofia da natureza, que agiu como um diversificador em seu materialismo radical, como um atenuador de sua postura fisicalista.

Geralmente se evoca Kant na história do pensamento alemão e, então, uma espécie de luta e sucessão de sistemas filosóficos que se derrubam uns aos outros. O idealismo alemão do século XVIII, corrente a que pertence Kant, remete ao idealismo do século XVII, marco da constituição da filosofia moderna.⁴ Nesse movimento aparecem pensadores que, como Descartes e Leibniz, tomam como ponto de partida para a reflexão filosófica não o mundo em torno, ou as chamadas coisas exteriores, mas o que chamamos eu, sujeito ou consciência. Justamente porque o eu é fundamentalmente “ideador”, quer dizer, representativo, o termo idealismo torna-se adequado. O idealismo moderno tenta responder à pergunta de como podem conhecer-se as coisas.⁵ Para o idealismo ser significa, primariamente, ser dado na consciência. O idealismo é, assim, um modo de compreender o ser. Descartes, considerado o primeiro idealista moderno, põe em evidência a razão: o racionalismo é o método.

O idealismo é a tese oposta ao realismo metafísico: o realismo crê que as coisas têm um ser por si, que a verdadeira realidade são as coisas – *res*. Ser quer dizer ser em si, ser independente do sujeito que pensa. O idealismo, ao contrário, pensa que não sei nada de seguro a não ser o eu próprio – o *cogito*. Não sei nem

⁴ MARIÁS. 1987, p. 213.

⁵ MORA. 1982, p. 185.

posso saber como são as coisas em si; as coisas, já que aparecem como sendo para mim, são, antes de tudo, idéias minhas e a realidade que lhes corresponde é essa realidade ideal. Como a razão já não é o ponto em que o homem se une à realidade suprema de Deus, mas algo que lhe é privativo, e está reduzido à sua subjetividade, o idealismo coincide com o racionalismo.

Desde o século XVI até o século XVIII, desenvolve-se na Inglaterra, paralelamente ao idealismo racionalista do continente, uma corrente filosófica que tem como método, em confronto com o racionalismo apriorístico e matemático, um empirismo sensualista. É o empirismo inglês, que vai de Francis Bacon a Hume. A filosofia empirista inglesa tende a converter-se em psicologia e a conceder primazia à expressão sensível. Kant, influenciado pela crítica empirista inglesa à noção de causalidade e, conseqüentemente, à de ciência, rejeita o racionalismo apriorístico e procura estabelecer os fundamentos da possibilidade de conhecimento científico e de qualquer experiência. Para Kant, a ciência não é deduzida da experiência mas começa com ela. Não se afirma que os objetos externos não existem ou que sua existência seja problemática; afirma-se que a existência dos objetos externos não é cognoscível mediante percepção imediata.

A posteridade especulativa de Kant compreende Fichte e Schelling.⁶ Fichte aborda os problemas que lhe parecem insuficientemente resolvidos pela crítica kantiana. Para ele, o fundamento da experiência seria anterior à relação sujeito-objeto: remontaria ao eu absoluto, perpétuo dinamismo, que livremente se põe a si mesmo. Ao eu se contrapõe o não-eu, fundamento

⁶ ASSOUN. 1978, p. 204.

lógico da contradição. Schelling ressalta, dentro dos grandes sistemas do idealismo alemão, o aspecto estético. Filósofo do movimento romântico, Schelling, assim como Goethe e Lessing, pode se situar numa mesma corrente da filosofia da natureza que chega até Haeckel. Todos conhecem bem os fundamentos da gnoseologia kantiana.

Na época moderna, a compatibilidade da ciência natural com a filosofia consiste no fato de os problemas postos pelo conhecimento científico – especialmente o físico – suscitarem questões filosóficas. Representa essa articulação a corrente conhecida como filosofia da natureza que, iniciando com Goethe e Lamarck, chega a Haeckel, discípulo e divulgador de Darwin, enunciador da lei biogenética fundamental. É considerado um autor materialista, embora seu materialismo difira fundamentalmente daquele afirmado por outros pensadores que, como Herbart e Fechner, darão origem ao fiscalismo da segunda metade do século XIX.

A posteridade experimental de Kant está representada por Herbart e Schopenhauer. O neokantismo schopenhaueriano aparece como substitutivo das “insuficiências” do materialismo. O associacionismo de Herbart, que influenciou as correntes psiquiátricas de Griesinger e Meynert, esses já influências diretas e contemporâneas para Freud, demonstrara o uso prático do kantismo. Assim como Meynert, Griesinger serve de intermediário entre a forma física e fisiológica e a forma psicológica do modelo schopenhaueriano, combinado ao modelo herbartiano. Assim se dá o casamento entre a orientação filosófica neokantiana e o cientificismo da psicofisiologia materialista. Schopenhauer alimentava o projeto de superar a antinomia existente entre a especulação filosófica e o saber científico. A grande

aliança de sua filosofia consistia no fato de ela fundar-se no kantismo e nas ciências positivas. É essencial que as confirmações provenham do exterior: o empirismo é a garantia da objetividade experimental. A física, como a ciência da natureza, reconhece o domínio metafísico como seu limite intransponível. Esse é o agnosticismo, reconhecido por pensadores como Helmholtz e Du Bois-Reymond. É formulada, assim, a metafísica do limite, agindo no cientificismo naturalista.

Freud recusa radicalmente a metafísica pura e sua pretensão de universalidade; Hegel é, para ele, o filósofo que corporifica essa tendência abominada. Mas ele tampouco se contenta com um cientificismo seco. A filosofia de Schopenhauer lhe fornece, ao mesmo tempo que a satisfação da necessidade metafísica, o antídoto positivo.

A psicologia associacionista vai estender ao conjunto da vida psicológica os princípios da crítica sensualista. O inglês Stuart Mill, seguindo a tradição empirista, vai partir do texto de seu pai, James Mill, e sua obra vai constituir a base comum da psicologia experimental do século XIX. O associacionismo domina a psicologia científica desse fim de século. Freud também é influenciado por essa doutrina, que representa o conteúdo positivo de um movimento crítico. Os pressupostos que determinam a estrutura das pesquisas que aí se inspiram são, então, o empirismo sensualista, o individualismo, que concebe o espírito como primitiva e essencialmente independente da ordem relacional e social, o atomismo mental, que fragmenta a atividade psicológica em elementos simples. A essência do funcionamento mental está nas representações mentais e suas ligações.

O século XIX será, pois, marcado por correntes

positivistas e naturalistas; muito inspirados pelo empirismo e positivismo ingleses, surgem os associacionistas e experimentalistas alemães. Quase toda a filosofia e a ciência deste século estão dominadas pelo positivismo; o positivismo alemão acaba por derivar para o materialismo e para o naturalismo.

Em 1874, Freud entra em contato com Brücke num curso ministrado por este sobre a fisiologia da voz e da fala. Em 1876, é aceito pelo laboratório de fisiologia e vê-se integrado ao grupo dos materialistas e positivistas convictos. O Instituto de Fisiologia da Universidade de Viena, dirigido por Brücke, era parte importante da Escola de Medicina de Helmholtz, da qual faziam parte, além de Brücke e do próprio Helmholtz, Emil Du Bois-Reymond e Carl Ludwig. Helmholtz havia criado, com seus companheiros, a *Berliner Physikalische Gesellschaft*, representante maior da cruzada cientificista. Seus membros, os fisicalistas, se opunham ao vitalismo, doutrina do século XIX que sustentava que forças especiais e inobserváveis tinham de ser introduzidas nas ciências biológicas, a fim de explicar o fenômeno da matéria viva, e aderiam a um rigoroso mecanicismo.

Segundo a doutrina fisicalista, neo-positivista, a linguagem da física é, de direito, a linguagem de toda ciência. A fisiologia é a ciência dos organismos enquanto tais; é uma parte da biologia que investiga as funções orgânicas, os processos ou atividades vitais. Os organismos são considerados como fenômenos do mundo físico, sistemas de átomos, movidos por forças, de acordo com o princípio da conservação de energia de Fechner. Essas forças, causas reais de todo movimento, se reduzem a duas: atração e repulsão. Percebemos a fonte onde foi beber Freud, desde o

início de seus escritos. Vejamos por onde caminhou em direção aos inúmeros reviramentos que passa, então, a produzir e que levarão à gênese da teoria psicanalítica. A demanda gritante por novos modelos se apresenta e Freud, ciente das defasagens, opera por uma espécie de enviesamentos: são novos os vieses que ele começa a propor e que produzirão incontáveis reposicionamentos teóricos.

A primeira questão pregnante nesse contexto da ciência fala da separação dos registros biológico e psicológico, versão psicofísica do dualismo cartesiano entre corpo e alma, presente nesses textos de que tratarei. Um desdobramento desse primeiro tema diz respeito à autonomia da psicologia em relação à fisiologia ou, inversamente, a uma total determinação dos fatos psíquicos pelos físicos.

Em 1889, Freud faz uma resenha de um livro de August Forel, *Der Hypnotismus*. Ao comentar a tese de Forel, segundo a qual é possível, por meio da sugestão, produzir a hipnose, todos os fenômenos subjetivos conhecidos da alma humana e uma parte das funções objetivas conhecidas do sistema nervoso, influir sobre eles e até mesmo impedi-los, diz Freud que isso significa “influir sobre as funções corporais sensíveis e motoras, certos reflexos (...) e sobre o âmbito psíquico dos sentimentos, das pulsões, da memória, da atividade voluntária, etc.”.⁷ Aqui vemos surgir o termo pulsão, *Trieb*, como algo parcialmente da ordem do psíquico, em oposição às funções corporais totalmente objetivas, como algo já subjetivo, da alma. As pulsões aparecem como uma entidade que escapa ao domínio exclusivo do orgânico.

Além de responder à metafísica, Freud tenta

⁷ FREUD, (1889) In: op. cit., v. 1, p. 107.

responder ao positivismo. À questão da oposição entre idealismo e realismo metafísico e à resposta idealista de que a mente é a única fonte de informação sobre o mundo externo, inclusive o corpo, Freud responde com o conceito de pulsão, categoria que articula corpo e coisas. Havia, nesse contexto cultural, uma exigência positiva por uma psicologia quantitativa: os fenômenos psíquicos precisavam ser quantificados. Freud aborda essa questão pelo viés da física e da fisiologia, fazendo menção, desde o final de 1892, nos esboços para a “Comunicação preliminar”⁸, ao princípio de constância, claramente inspirado no pensamento de Fechner. Esse princípio se tornará o eixo de toda a questão econômica da teoria psicanalítica.

Antes disso, entretanto, em 1890, Freud escreve o artigo “Tratamento psíquico (ou anímico)”, trabalho que versa eminentemente sobre hipnose e que apenas faz uma referência imprecisa ao tratamento catártico. Mas esse artigo marca, juntamente com o trabalho sobre as afasias, um momento emblemático na mudança de inflexão da conceituação freudiana. Trata-se de um texto de passagem: soma a uma terminologia associacionista um pensamento verdadeiramente de ruptura.

Freud entrara em contato com a obra principal de Bernheim, *De la suggestion et de ses applications à la thérapeutique*, em 1885, antes de ir à Paris, onde encontra Charcot; ali o autor sustenta, além de postular que o domínio corporal não podia escapar à potência das forças psicológicas, que a sugestão age pela palavra e que a palavra é a principal alavanca da psicoterapia.⁹ O texto de Freud encampa essa idéia, bastante inusitada, e acaba

⁸ *Idem*, (1893) In: op. cit., v. I, ps. 183 e 190.

⁹ LAXÉNAIRE, 1987.

por enunciar uma idéia nova: o tratamento psíquico é um tratamento que se dá pela palavra. É um tratamento que acontece a partir da alma, seja de perturbações anímicas ou corporais. Seus recursos influem de maneira primária e imediata sobre o anímico do homem, escreve ele.¹⁰ Um recurso dessa natureza é sobretudo a palavra e as palavras são o instrumento essencial do tratamento anímico. Dessa forma, a palavra aparece como uma possibilidade de resolver o dualismo corpo/alma, do problema suscitado pelos nexos entre o corporal e o anímico, nexos esses cuja existência é inegável.

Constatamos a renovação de alguns termos da problemática da oposição das duas dimensões heterogêneas, problemática que marcará toda sua obra: a articulação corpo/representação, que reaparecerá em dois verbetes escritos para a enciclopédia médica Villaret, em 1888, um sobre o cérebro e o outro sobre a histeria. O artigo sobre anatomia cerebral inaugura propriamente a questão da relação conceitual psíquico/fisiológica, que ocupará a frente da cena teórica da constituição da psicanálise ainda em outras ocasiões. Segundo Bruno¹¹, tal recorrência do tema se explica por um compromisso: tratar-se-ia, para Freud, de elaborar um conceito de psíquico independente do conceito de fisiológico, no quadro da constituição de uma linguagem científica específica, capaz de permitir a consideração da significação dos conteúdos psíquicos. Vista sob seu aspecto crítico, a *démarche* freudiana suscitaria uma problematização da tese fisicalista, de identificação da psicologia à fisiologia do córtex. Prefiro entender que, nesse momento de seu trajeto, mais do que visar

¹⁰FREUD, (1890) In: op. cit., v. 1, p. 115.

¹¹BRUNO, 1971.

à produção de conceitos propriamente independentes da fisiologia, Freud opta por uma vertente paralelista para explicar a relação entre os dois campos. O que se verifica nos primeiros momentos da teorização freudiana é uma mudança de objeto, algo da ordem de uma formação de compromisso, uma conciliação entre as ciências naturais, tão caras a ele, e a nascente ciência da alma. Nesse pequeno artigo, Freud faz do cérebro o órgão da atividade anímica {*Seelenthätigkeit*}. A ciência do anímico, ou psicologia, consistiria no estudo das leis dessa conexão entre os fenômenos psicológicos e os fatos anatômicos.

No texto de 1890, Freud escreve que a medicina, sob a feliz influência das ciências naturais, aprendeu a compreender as ligações entre os dois registros, mas que a medicina sempre apresentou o anímico como comandado pelo corporal e dependente dele. É como se os médicos temessem que, se concedessem certa autonomia à vida anímica, deixariam de pisar o terreno seguro da ciência.¹² Esse é um traço característico da medicina positivista: os fatos mentais eram considerados como epifenômenos dos físicos. O caminho de Freud na teoria, da neurologia à psicologia e desta à psicanálise, foi balizado por uma busca de positividade mas acabou por conduzir a uma subversão da objetividade do saber psiquiátrico dos séculos XIX e XX. Invertendo a tendência reducionista da medicina e transgredindo as normas científicas através de uma idéia completamente original, Freud afirma que os signos patológicos de alguns histéricos provêm apenas de uma influência alterada de sua vida anímica sobre seu corpo. A causa imediata da perturbação deveria ser procurada no

¹² FREUD. (1890) In: op. cit., v. 1, p. 116.

anímico.¹³ Chega-se, assim, à relação recíproca entre corpo e alma, ilustração do dualismo paralelístico de Freud, inspirado no de Jackson. A influência do anímico sobre o corpo se verificaria tanto na expressão das emoções quanto nas alterações fisiológicas. Em certos estados anímicos denominados afetos, escreve, é enorme a co-participação do corpo. Essa é uma afirmação no mínimo polêmica: como isso se daria? Uma coisa é o psiquismo, outra coisa é o sistema nervoso. Como um pensar “em representações” poderia alterar a distribuição da excitação no sistema nervoso?

Até esse momento, o órgão anímico, ou o jacksoniano órgão da mente, fazia parte do sistema nervoso e a distribuição anômala da excitação nas representações, elementos do órgão anímico, acarretaria uma perturbação na fisiologia geral do sistema nervoso. A forma conceitual da relação corpo/alma se expressava em termos de força e representação e é então o conceito de pulsão, ainda não formulado, o que tentará superar essa oposição.

Sabemos que originariamente é a investigação do órgão que define a *démarche* da investigação freudiana; não que a função seja negligenciada nesses primeiros momentos, mas nessa primeira visão freudiana a observação da estrutura é que fornece as chaves para a compreensão da funcionalidade. O fisiológico é inicialmente legível e inteligível na estrutura anatômica. A anatomia constitui a base topológica sobre a qual Freud funda inicialmente suas pesquisas. A clínica servirá inicialmente para revelar as leis anatomo-fisiológicas, coisa que Charcot, por exemplo, não fazia.

¹³ *Ibidem*, p. 118.

Freud afirma, ainda nesse artigo, que algumas afecções, consideradas como relativas ao sistema nervoso em seu conjunto, não apresentam, mediante exame detalhado, nenhuma alteração visível. Define tais enfermidades como meramente funcionais. E começa a detalhar os signos patológicos que provêm de uma influência alterada da vida anímica sobre o corpo. Chega à conclusão que tais signos podem ser removidos por um tratamento anímico, onde a pessoa daquele que trata e seu poder de persuasão tem grande importância. Por tratamento anímico Freud compreende o empenho em provocar no doente estados e condições anímicos mais favoráveis para sua cura. A pessoa do médico era uma das circunstâncias principais que permitiam alcançar, no doente, esse estado. E as palavras são os principais mediadores da influência que um homem pretende exercer sobre o outro. Podem provocar alterações anímicas naquele a quem são dirigidas e podem eliminar fenômenos patológicos, quanto mais aqueles que têm sua origem em estados anímicos.

Pode-se ler uma outra oposição, que acaba por corresponder à oposição já muito mencionada, entre corpo e alma: a que postula uma problemática energética e uma teoria do sentido. Freud jamais as sintetizou nem separou, não vendo na primeira a inimiga do sentido: nesse momento, não há realmente uma oposição naturalismo versus hermenêutica em Freud. É como se ele escrevesse um intertexto e o condutor principal da intertextualidade será o conceito de pulsão. É a pulsão a que abrirá um campo de produção de sentido vindo a ocupar, posteriormente, um lugar não-naturalista. O natural será o domínio do instinto.

Em 1891, Freud escreve “Sobre a interpretação das afasias, um estudo crítico”, dedicado pelo autor

a Joseph Breuer. Neste trabalho, por alguns autores considerado como seu primeiro escrito teórico, Freud expressa, pela primeira vez, suas dúvidas sobre a localização dos centros da linguagem e substitui a teoria das localizações por uma hipótese funcional, isto é, que coloca em primeiro plano o modo de funcionamento das partes do cérebro envolvidas. A natureza desse tema requer de Freud uma tentativa de delimitação mais detalhada entre os elementos fisiológicos e psicológicos dos distúrbios da fala. É, pois, um estudo crítico, como diz seu título, que se opõe à concepção vigente acerca desses distúrbios e que procura introduzir, para sua explicação, fatores funcionais em lugar dos topográficos. Essa é uma notável mudança de inflexão do pensamento freudiano.

Esse texto tanto pode ser considerado como a mais importante contribuição de Freud à neurologia quanto pode ser considerado como a primeira obra freudiana propriamente, ao fornecer os primeiros pressupostos teóricos para se pensar a linguagem. A teoria das localizações cerebrais articulava os diversos distúrbios da linguagem a lesões cerebrais localizadas e compreendia o processo fisiológico da linguagem como sendo um reflexo cerebral. A ciência positivista postulava que os fatos psicológicos eram epifenômenos dos físicos, dos neurológicos. A idéia básica é a de que as perturbações da linguagem possuem um fundamento anatômico que é ou a destruição de centros de linguagem – motor ou sensorial – ou a destruição das vias de associação ou condução entre esses centros. A esta última hipótese correspondia o que se chamava de afasia de condução e o que Freud chamará de parafasia, sem concordar com a causa apontada pela teoria das localizações. Para ele, a parafasia não é

efeito da destruição da via de conexão entre o centro motor e o centro sensorial, mas sim um sintoma puramente funcional. Freud postula que não se pode procurar o substrato fisiológico da atividade mental na função de uma determinada parte do cérebro, mas sim compreendê-lo como resultado de processos que abrangem o cérebro em toda sua extensão. Não há explicação possível fundada exclusivamente na hipótese da localização.

Logo no início do artigo, encontramos uma interessante postulação: a que propõe uma superação da oposição entre normal e patológico já que a parafasia dos doentes não se distingue daquilo que acontece com quem é saudável. A parafasia é uma perturbação da linguagem em que a palavra apropriada é substituída por uma outra não-apropriada, que tem, no entanto, certa relação com a palavra exata.¹⁴ Tais “confusões” podem ser feitas por pessoas normais quando cansadas, desatentas ou perturbadas por afetos intensos. Ao descrever o que mais tarde conceituará como deslocamento e condensação, Freud abre caminho para a compreensão dos lapsos, atos falhos e chistes. Quer explicar uma forma de perturbação da linguagem observada clinicamente através de uma hipótese de modificação do estatuto funcional e não como a interrupção localizada de uma via.¹⁵ Entretanto, a questão da localização não será, nesse texto, completamente abandonada: não se trata, aqui, de abandonar inteiramente essa teoria mas sim de, através de alterações do aparelho de linguagem, que ele vai propor, compreender o que aquele fato tem de singular.

¹⁴ FREUD. p. 35.

¹⁵ *Ibidem*, p. 43.

A linguagem, além de tema do problema médico da afasia, também tinha um papel central tanto nas teorias de Mill quanto no pensamento filosófico de Brentano, mestre de Freud. Através da linguagem, Freud pode articular esses dois pensamentos no que eles dizem respeito às representações, que têm um papel central no texto. A palavra é, para Freud, uma representação. “A unidade da função de linguagem é a palavra, uma complexa representação que se apresenta composta de elementos acústicos, visuais e cinestésicos”.¹⁶

As idéias de Jackson, que expressavam o pressuposto metodológico de Stuart Mill, já contrariavam a forma de pensar exclusivamente baseada nas localizações. A doutrina da concomitância de Jackson obedecia a um dualismo paralelístico e a um materialismo metodológico, ambos adotados por Freud nesse texto. No que diz respeito ao paralelismo, Jackson postulava que os estados de consciência são completamente diferentes dos estados nervosos dos centros superiores; que as duas coisas acontecem junto, para cada estado mental existindo um estado nervoso correlativo; que apesar das duas coisas ocorrerem em paralelismo, não há interferência de uma com a outra, daí não poder dizer que estados psíquicos sejam função do cérebro mas simplesmente que eles ocorrem durante o funcionamento do cérebro.¹⁷ Quanto ao materialismo, Jackson afirmava que uma distinção absoluta é estabelecida entre estados mentais e seus correspondentes estados físicos, e nenhuma tentativa é feita no sentido de explicar os primeiros pelos segundos. “O materialismo científico só é materialístico no que diz respeito ao que é material, o sistema nervoso”.¹⁸

¹⁶ *Ibidem*, p. 67

¹⁷ Cf. PAES DE BARROS, 1975, p. 75.

¹⁸ *Ibidem*, p. 92.

O interesse que esse artigo desperta, além do fato de dizer respeito às condições históricas do aparecimento da psicanálise, é que ali se estabelece a questão da isonomia dos dois campos de acontecimentos. A distinção realidade fisiológica/realidade psíquica é produzida formalmente. Citando Jackson, Freud diz que ele, “com grande agudeza, preveniu contra tal troca do físico com o psíquico no processo da linguagem”.¹⁹ Dessa maneira, Freud recusa uma concepção epifenomênica do processo psíquico e barra também qualquer possibilidade de um reducionismo simplista. Na verdade, o inédito de Freud não se resume na transposição de uma fórmula fisiológica para o terreno da dinâmica psíquica: sua grande novidade, sua fundamental transgressão é o amálgama que faz de diversos saberes e sua produtiva articulação com os fatos clínicos. Ao olhar do neuropatologista, acrescenta o escutar de quem se inclina para compreender o padecimento humano.

O mais surpreendente, entretanto, é o fato de Freud postular a existência de um aparelho de linguagem {*Spracheapparat*} que obedece a um funcionamento associativo e cujos processos específicos poderiam caracterizar, por si só, uma série de perturbações da linguagem. Este aparelho, embora não apareça aqui com a pretensão de ser um aparato anímico e de ser descrito em termos estritamente neurológicos, vai funcionar como modelo para se pensar o inconsciente. A noção de perturbação funcional designa uma série de efeitos que devem ser relacionados com o funcionamento global do aparelho, em vez de serem explicados por uma relação mecânica entre o distúrbio e

²⁰FREUD, (1890) p. 56, n. 21.

a anatomia. A afasia se explicaria, por exemplo, através da concepção genética da função da linguagem – baseando-se na aquisição progressiva desta na infância -, função essa que resultaria de uma nova estimulação de uma rede de associações. Era o rompimento dessa rede associativa, e não a destruição de certos centros especiais, motores, sensoriais ou de compreensão, o que acarretaria a afasia em suas diversas formas. Ou seja: a explicação de uma forma de perturbação da linguagem observada clinicamente pode ser buscada na hipótese da modificação do estatuto funcional do aparelho e não pela interrupção localizada de uma via. A explicação da localização tem de ser abandonada na medida em que foi contraditada pelas verificações de autópsia.

Pergunta-se Freud se se justificaria imergir no psíquico a terminação de uma fibra nervosa, que em todo seu percurso teria sido uma formação puramente fisiológica, e guarnecer essa terminação com uma representação ou uma imagem mnêmica, já que a cadeia dos processos fisiológicos no sistema nervoso não estaria em relação de causalidade com os processos psíquicos. Prossegue afirmando que os processos fisiológicos não cessam mal se iniciam os psíquicos, pelo contrário: a cadeia fisiológica prossegue, só que a partir de certo momento a cada seu elemento corresponde um fenômeno psíquico. O psíquico é, assim, um processo paralelo ao fisiológico (“*a dependent concomitant*”).²⁰ Um concomitante dependente e não um efeito mecânico.

Que momento será esse a que se refere Freud? Pode-se considerar que se trata de um limiar de

²⁰*Ibidem*, p. 57.

excitabilidade que, uma vez transposto, seja por excesso seja por diminuição, ponha em andamento o processo de formação dos fenômenos psíquicos, já que a modificação fisiológica que ocorre no aparelho de linguagem intacto e que dá origem ao fenômeno afásico é uma redução de excitabilidade. Estão assim estabelecidos os parâmetros do paralelismo psicofísico deste momento da teorização freudiana. Acrescenta que o correspondente fisiológico da simples representação ou daquilo que se apresenta em seu lugar seria algo da natureza de um processo, em nenhum momento algo quiescente. Algo da natureza de uma excitação, de uma quantidade em movimento, e cujas condições de equilíbrio ele já anunciara no verbete sobre a histeria e que virá a tratar a seguir. Uma vez passado, esse processo deixa atrás de si uma modificação, um investimento que possibilita a recordação.²¹ Essa modificação, a cada nova excitação, fará com que essa mesma via seja percorrida, prenunciando, assim, sua noção de *Bahnung* presente no *Projeto*. Mas Freud duvida que a essa modificação corresponda também algo de psíquico: “nossa consciência não apresenta nada que possa justificar do lado psíquico o nome de imagem mnêmica latente”. Mas a cada vez que é novamente excitado esse estado, o psíquico se apresenta novamente como imagem mnêmica.

Parecia-lhe impossível, nesse momento, supor algum fato psíquico que não fosse consciente apesar de uma referência, no artigo de 1888 sobre a histeria, a um período de latência, uma espécie de incubação, durante o qual a causa desencadeante continuaria atuando no inconsciente {*Unbewusste*}. Todavia, eram-

²¹ *Ibidem*, p. 57.

lhe bastante familiares as palavras de Brentano, em longas considerações sobre o tema do inconsciente em sua obra sobre a psicologia do ponto de vista empírico. À questão se existiria uma consciência inconsciente no sentido em que a postulamos, Brentano escreve que se deve responder imediatamente por um decisivo não.

Parece-me que através da linguagem tornou-se possível para Freud articular o pensamento de Mill com as teorias de Brentano a respeito das representações, eixo desse texto sobre as afasias. Brentano, filósofo aristotélico e psicólogo empirista, original combinação entre especulação e observação, introduz na psicologia idéias novas que o opunham radicalmente a Fechner, o fundador da psicofísica, para quem as sensações eram o resultado de excitações mensuráveis e que podiam, pois, ser calculadas segundo uma fórmula. Brentano propõe fundamentar a psicologia numa divisão da vida psíquica em três setores distintos: as representações, os motivos afetivos e os juízos. Opondo-se também a Wundt, para quem o fundamento da psicologia encontrava-se na fisiologia, Brentano contrapõe o empírico ao fisiológico. Escreve sobre a consciência e afirma que os fenômenos psicológicos são de natureza diferente dos fisiológicos, os físicos, e que a transposição de conceitos de um campo a outro é inviável: enquanto os fenômenos físicos esgotam-se em si mesmos, os fenômenos psíquicos só se esgotam fora de si. Todo fenômeno psíquico se caracterizaria por um *intentio* – uma intencionalidade. Perceber é perceber alguma coisa, pensar é sempre pensar em algo: são fatos que nos remetem para algo fora deles, constituindo uma relação entre o ato e um objeto que se oferece ao ato. Não existe o perceber sem o percepto, uma percepção de nada é o próprio

não-ser da percepção. Não se pode pensar esse ato em si; por sua vez, o objeto só é objeto para esse ato. Para Brentano, portanto, o fenômeno psíquico é um conjunto de ato, *intentio* e objeto; a isso ele dá o nome de representação {*Vorstellung*}. Esse conjunto define um objeto representado e um ato de representar. Como podemos ver, essa concepção de representação se apresenta no texto de Freud. Para Brentano, a representação contém um objeto imanente; retoma assim a idéia de in-habitação de Aristóteles, onde todo conceito contém em si um objeto imanente ao qual ele se dirige. O ato se esgota no objeto, todo fenômeno psicológico se caracterizaria pela intencionalidade. Essa intencionalidade seria a marca da consciência, diferentemente dos fenômenos físicos, que são em si o que são. O fenômeno psíquico – como “fora-de-si” – e o fenômeno físico – como “em-si” – são absolutamente diferentes e, portanto, um não pode ser explicado pelo outro. Diante disso, podemos imaginar a dificuldade freudiana em se posicionar em contraponto a esse mestre, afirmando que existe um psiquismo que não só não é inteiramente consciente como pode não obedecer, parcialmente, à característica da intencionalidade. Ao postular o inconsciente, Freud rompe com a visão finalista que dominava a psicologia de sua época.

A palavra, como vimos, é uma complexa representação que, entretanto, só adquire sua denotação pela ligação com a correspondente representação de objeto.²² Por sua vez, a representação de objeto é um complexo associativo das mais diversas representações. São as associações as responsáveis pela estruturação do aparelho de linguagem. Freud postula que a repre-

²² *Ibidem*, p. 57.

sentação de palavra está ligada à representação de objeto por sua terminação sensorial, mediante as imagens acústicas. A partir dessa idéia, aventa a hipótese de dois grupos de perturbações da linguagem: uma afasia de primeira ordem, ou seja, uma afasia verbal, em que apenas são perturbadas as associações entre cada um dos elementos da representação de palavra; e uma afasia de segunda ordem, ou afasia simbólica, em que é perturbada a associação entre a representação de palavra e a representação de objeto. Acrescenta que a denominação “simbólica” se adapta mais à relação entre objeto e representação objetual. Propõe que se chame de “agnosia” àquelas perturbações no reconhecimento dos objetos.²³

A partir da representação-palavra e das associações de objeto Freud vai então abordar a questão da significação e, particularmente, a partir da introdução dos conceitos de agnosia e de assimbolia, se abre o caminho para sua concepção do inconsciente. A afirmação de que a palavra adquire sua significação pela ligação com a representação de objeto faz do aparelho de linguagem um aparelho que não apenas articula representações, mas que essa articulação de representações tem um efeito de sentido. A significação resulta não da relação entre a representação de objeto e a coisa externa ou referente, mas da relação entre a representação de objeto e a representação de palavra.

Esses escritos não são para Freud apenas um exercício *in memoriam* de seu passado de neurofisiologista nem um simples tributo à sua filiação fiscalista: trata-se de uma exigência intrínseca ao desenvolvimento de sua prática científica. Ao operar esses

²³ *Ibidem*, p. 72

deslizaamentos na sua produção teórica, produz efeitos de ruptura e possibilita a abertura de novos campos de inteligibilidade e explicação. A metapsicologia já se insinua nesses textos que abordei apesar de serem, ambos, textos de nítida inspiração neurológica, como o *Projeto*. Mas como nesse último, ali podemos encontrar os embriões da doutrina psicológica, ou melhor, metapsicológica, a verdadeira bruxa da psicanálise.

Suelena Werneck Pereira

Av. Epitácio Pessoa 4000 apt. 301

Lagoa – Rio de Janeiro - RJ

CEP 22471-003

Fone: (21) 25396912 (cons.)

suelena@uol.com.br

Tramitação:

Recebido em 20 de junho de 2008.

Aprovado em 06 de agosto de 2008.

Referências:

ASSOUN, P.L. *Freud, a filosofia e os filósofos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

BRUNO, P. Sur la formation des concepts freudiens de psychique/physiologique. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*. Paris: Gallimard, n. 3, 1971.

FREUD, S. Resea de August Forel. In: *Sigmund Freud Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1986. v. 1. (Trabalho original publicado em 1889).

Cadernos de Psicanálise - SPCRJ, v. 24, n.27, p. 219 - 244, 2008

Suelena Werneck Pereira

_____. *Tratamiento psíquico* (tratamiento anímico).
In: _____. _____. v. 1. (Trabalho original publicado em 1890).

_____. *A interpretação das afasias: um estudo crítico*. Lisboa: Edições 70, 1979. (Trabalho original publicado em 1891).

_____. Bosquejos de la “Comunicación preliminar”.
In: *Sigmund Freud Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1986 v. 1. (Trabalho original publicado em 1893).

_____. Proyecto de psicología. In: _____. _____.
Buenos Aires: Amorrortu editores, 1986 v. 1. (Trabalho original publicado em 1950[1895]).

LAXÉNAIRE, M. Bernheim et l'École de Nancy:
psychanalyse à l'université. Paris: s/ed, 1978.

MARÍAS, J. *História da filosofia*. Porto: Souza e Almeida, 1987.

MORA, J.F. *Dicionário de filosofia*. Lisboa: Dom Quixote, 1982.

PAES DE BARROS, C. Contribuição à controvérsia sobre o ponto de vista econômico. In: _____.
Psicanálise: problemas metodológicos. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.



Resenhas

**A parte obscura de nós mesmos
- uma história dos perversos.**

Elisabeth Roudinesco

Paulo César Nogueira Junqueira

Em tuas mãos

Inês Pedrosa

Marisa Campos da Paz

**O menino do pijama listrado:
uma fábula**

John Boyne

Rachel Stajjnberg

**Uma vida inventada. Memórias
troçadas e outras histórias**

Maitê Proença

Stella Maria Daudt da Veiga

Paradojas de la sexualidad masculina

Silvia Bleichmar

Regina Helena Landim

resenha



A parte obscura de nós mesmos - uma história dos perversos. *The dark side of ourselves - a history of the perverted.*

ROUDINESCO, Elisabeth. Tradução, André Telles - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008, 222 p.

Paulo César Nogueira Junqueira*

Decidi comentar o livro de Elisabeth Roudinesco após uma primeira leitura, apenas. É intencional. Quis transmitir a impressão de um leitor-padrão que lê o livro por um interesse pessoal no assunto, e não a de alguém que o estudaria para fazer uma resenha. Não será, portanto, uma resenha, mas pequenas impressões, um comentário geral, e quem quiser que vá ler o livro!

É uma história dos perversos e não um livro sobre a Perversão – que, de fato, só acaba sendo discutida em suas questões teóricas mais atuais apenas no capítulo final. Sendo uma história dos perversos através dos tempos, é bem diferente dos demais livros de teoria da Perversão. Estes, geralmente, começam por abordar a perversão “em si”; o modo como era vista antes do

* Psicanalista, Membro Efetivo/SPCRJ.

século XIX: práticas sexuais que só saíam do nível do privado quando esbarravam em questões jurídicas, legais, devido a algum crime ocorrido por excessos que acabavam por vitimar alguém; ou eram questões relativas à virtude e ao pecado e, portanto, objeto do campo religioso. Um segundo capítulo, geralmente, versa sobre o século XIX e a apropriação da Perversão pelo discurso médico, higienista, que transforma a sexualidade de uma prática relativa aos prazeres em uma questão de controle da Saúde Pública. O próximo capítulo, necessariamente, nos livros-padrão da Perversão é a parte Freudiana com sua visão inédita de que ninguém “fica” perverso, mas “permanece” perverso, e todas as suas idéias sobre a sexualidade infantil, o “perverso polimorfo”, o narcisismo, o “bate-se numa criança” e, finalmente, a *verleugnung* e a cisão do eu – a famosa recusa da diferença sexual, que algumas correntes da Psicanálise adotaram como a estrutura conceitual definidora e definitiva da Perversão. Depois disto, normalmente, vem a parte sobre a Perversão pós-Freud e as inúmeras discussões das várias correntes sobre o que é ou não ‘perverso’, de quais seriam os reais parâmetros para uma decisão sobre essa questão, e quais os posicionamentos que seriam herdeiros de preconceitos leigos ou mesmo psicanalíticos. Os mesmos critérios usados por determinada linha teórica que pretendem lhe garantir uma cientificidade neutra em relação ao assunto são objeto de acusação de outras linhas como sendo, justamente, o que eiva de preconceito a argumentação do adversário. *Non liquet*, como dizia Freud.

Não é assim o livro de Roudinesco, o que é um mérito: não ser *mais um*.

Ela nos conta a história dos perversos. De alguns perversos, naturalmente, talvez com a intenção de que

eles representem, dentro do seu contexto histórico, alguma coisa que, hoje, seria chamada de Perversão. Começa, então, com a Grécia e a sorte dos homens na mão dos deuses. Do alto da glória a mais profunda derrocada por obra do Destino, alheio a qualquer decisão humana. Não seriam perversos mas, antes, vítimas dos caprichos dos deuses. Daí para a Idade Média, com as santas e os flagelantes que na aspiração de uma vida “pura”, dedicada ao Altíssimo, viam no corpo terreno a sede de todos os males e se apressavam em maltratá-lo, vilipendiá-lo, torturá-lo a tal ponto que, paradoxalmente, os levava a um êxtase gozoso que não tarda por encontrar a mais explícita forma perversa. Depois teríamos, então, o tal de Gilles de Rais. Tudo se passa na alta Idade Média, ele nascido e criado por seu avô, nobre francês, e que depois de alguns desencontros na adolescência, sai para acompanhar Joana D’arc na Guerra dos Cem Anos e torna-se um herói, um marechal do exército francês. Parece-me que, quando volta à sua terra natal depois da guerra, Gilles de Rais se transforma no que hoje chamaríamos não exatamente de um perverso, mas de um *serial killer*: abusa e mata violentamente mais de trezentas crianças! Um louco rematado. Não se entende bem a relação da lei com as práticas de tal figura. Não se sabe bem se ele era a própria lei, enquanto senhor feudal, e suas práticas assassinas lhe eram uma prerrogativa de direito. No final, ele é condenado e morto, talvez porque tenha exagerado. Coloca toda a culpa em si mesmo e na educação que tinha recebido do avô cruel.

Na seqüência, vem a história do famosíssimo Marquês de Sade. Parece que ele praticava um tanto do que mais tarde ficou sendo chamado pelo seu nome próprio mas, o que fica, é que o tal Marquês muito

mais escreveu – isto é, praticou literariamente – do que atuou. Em escrevendo, colocou no papel (“*merda escrita não fede*” [sic.], comenta alguém) tudo o que lhe passava pela cabeça como possibilidade erótica. Porém Roudinesco nos avisa para não confundirmos as construções filosóficas do Marquês sobre uma Sociedade baseada em outros princípios – outra Lei – e a entidade psicopatológica considerada pela Psiquiatria e pela Psicanálise. Só, talvez, os que são versados nos significados da proposta Sadiana de uma Sociedade diferente vão poder perceber que sadismo propriamente dito não é o que propõe o Marquês de Sade. Embora, para Freud, todo sádico seja também um masoquista, Roudinesco, *en passant*, comenta as colocações de Deleuze de que o parceiro do sádico não é o masoquista, e vice-versa. O universo do sádico – as suas figuras, fantasias, o seu imaginário, a sua questão, o seu gozo – é completamente diverso daquele do masoquista. Não são parceiros, como comumente se pensa. A vítima do sádico não é o masoquista, mas um sujeito comum; e o algoz do masoquista não é um sádico, mas alguém, forçosamente – por “contrato” – colocado neste lugar.

Em seguida, a sexologia do século XIX. Ah! Sim, ela também fala disso: quem seriam os *verdadeiros perversos*? O sexo deixa de ser um assunto da intimidade individual para ser objeto da nascente ciência do psíquico, das práticas de controle higienista das populações – a vida privada menos cerceada pela lei, mas ainda sob os cuidados do Estado. Importa agora, então, eleger o parâmetro do que seria uma sexualidade “saudável”, reprodutiva, que atenda aos interesses de uma burguesia alçada ao Poder e, a partir daí, classificar e nomear o que seriam os desvios, os

descaminhos, as práticas impróprias, assim como os sujeitos definidos, agora, a partir de tais mazelas. As antigas monomanias, os comportamentos estranhos, os atos invulgares, as loucuras localizadas que uniam os praticantes de uma sexualidade esdrúxula aos loucos, mendigos, doentes físicos, histéricos e todo povo da nau dos insensatos, são agora objetos de estudo da medicina que, identificando seus sujeitos como portadores de uma patologia, os elege como passíveis de tratamento e controle. Na mesma via, idealiza uma suposta *normalidade sexual* no encontro genital adulto de pessoas do sexo oposto. “Papai-mamãe” como parâmetro único, como um leito de Procusto que será a medida para todos, gregos ou troianos. Aos que não couberem no padrão único, o tratamento. Da palavra ao eletrochoque, às lobotomias e cirurgias genitais. Assim, são perversos aqueles descritos por Havelock Ellis, Krafft-Ebing, Notzing, e companhia. As possibilidades de atos os mais inusitados para se chegar ao gozo beiram as raias do infinito. Talvez a pergunta mais intrigante, que não necessariamente é feita no livro, seja a de por que caminhos, por quais mecanismos exatos a libido se prende a um risco, um traço, um pequeno pedaço de vírgula, um sapato, um cabelo, um jorro de sangue, um olhar apavorado. Não adianta só falar de fixação: qual é a *cola* que se usa nessa fixação?

Boa parte das próximas páginas é sobre os animais e o especismo: a possibilidade de a libido transpor a barreira das espécies e o sexo despontar no encontro do homem com o bicho. Além da questão do desrespeito àquele que não pode manifestar sua concordância ou desgosto, Roudinesco amplia a discussão da relação dos humanos com os animais e questiona não só o

possível relacionamento sexual entre eles, mas também muitos outros aspectos dessa parceria como a matança industrial para fins alimentares, o uso científico em laboratórios dos bichos submetidos a todo tipo de torturas e experimentos, o adestramento para fins sexuais ou exibicionistas, etc. Enfoca aí, também, a *perversão da Perversão*, isto é, de como alguns discursos que pretendem combater o que chamam de práticas desumanas, perversas, podem, em seu fanatismo, tornarem-se, a si próprios, tão ou mais perversos do que aquilo que os motivou em sua luta.

Depois vem o Nazismo. De uns tempos para cá, alguns autores têm-se preocupado com a Perversão não mais como um desvio sexual, como práticas sexuais diferentes do modelo-padrão, mas como a chamada Perversão Social, isto é, determinadas formas de conduta no âmbito das relações humanas, sociais, que poderiam ser chamadas de perversas, no sentido de terem extrapolado inteiramente os limites de como se pode olhar e conviver com um outro ser humano, um semelhante. O Nazismo e o Holocausto são os seus exemplos mais gritantes, porém se podem identificar muitos outros fatos, bem mais cotidianos, como perversos. Contardo Calligaris, não citado por Roudinesco, é alguém que também trabalha nessa linha, inclusive do Nazismo, e dá uma explicação interessante para o fenômeno: o que faz a Perversão Social é o funcionamento maquínico, técnico. É a abdicação da posição neurótica individual, com todos os seus sofrimentos, anseios e dúvidas vividas na solidão do uno, para uma adesão ao coletivo, um fazer parte do todo, da máquina, e desfrutar de um gozo que seria o da própria eficácia do funcionamento técnico: “*eu obedecia a ordens*”, diz o nazista; “*fossem elas*

quais fossem...”, pensamos nós. Perverso seria abrir mão da sua individualidade necessariamente castrada e, portanto, limitada, para a integração num “outro” totalitário e gozoso. Um exemplo mais cotidiano é o do burocrata que cumpre regras e se torna totalmente insensível ao drama, por vezes Kafkaniano, do sujeito que ele tem à frente e a quem deveria atender.

A partir daí, Roudinesco entra em uma discussão mais teórica sobre a própria Perversão. Diferentemente de outros autores que explicitam que não trabalharão com a Perversão sexual mas se dedicarão à Social, Roudinesco não se detém nessas diferenças ao se interrogar sobre quem são os perversos: são perversos os que se deixam levar por um gozo que não se acanha ante o sofrimento do outro. Ou, gozam com isso mesmo. (Não sei se ela conclui qualquer coisa assim.)

Há, também, uma discussão final sobre a Psiquiatria, a Farmacologia, os novos parâmetros e definições das doenças mentais de acordo com as novas mentalidades e os novos interesses comerciais dos laboratórios. Roudinesco fala de uma inversão de ótica em que, agora, focam-se os comportamentos que se pretende corrigir e não mais o sujeito, a subjetividade por trás da ação. Assim, devido a interesses alheios ao campo psicopatológico, uma nova nosografia é desenhada, e as patologias passam a ser definidas por aquilo que a medicação pode curar. Onde, nos manuais, as palavras são modificadas em prol de outras mais adequadas à nova política da medicação, e os vocábulos tais como Perversão, Histeria, tendem a desaparecer dos compêndios. E também a Homossexualidade. Roudinesco nos diz, como outros já disseram, que o homossexualismo foi tirado do rol das perversões devido à força dos movimentos gays e lésbicos dos

Estados Unidos. Teria sido uma decisão política e não teórica. Para alguns Lacanianos, a homossexualidade masculina seria sempre perversa, principalmente porque o recorte Laciano da teoria da Perversão Freudiana privilegia seu momento último e atribui à *verleugnung* – a recusa da castração – o motivo *princeps* de uma estruturação perversa. O homossexual recusaria a diferença sexual, causa do desejo. Posição controversa, criticada por inúmeros outros autores, imputada aos Lacanianos e não ao Lacan propriamente dito, posição que nivela esta tribo aos discursos mais conservadores dos pós-Freudianos que o “retorno a Freud” parecia querer reestruturar dizendo que eles, em seu tradicionalismo burguês, não tinham entendido nada. A teoria é pura? É isolada do seu contexto político? Não é feita também de crenças e desejos? Pode-se pretender uma apreensão científica dos fatos isenta, que não se baseie em revisões ou mesmo “modismos”, que não se deixe levar por circunstâncias históricas e que, em última instância, traga a *verdade* inteiramente baseada em seus conceitos e articulações não contaminadas por idéias alheias ao seu campo específico? O discurso religioso – católico, mais especificamente – usa este mesmo argumento: baseia-se “na palavra de Deus” para distinguir o que é certo do que é errado, e não se adapta aos tempos, não se deixa levar por modernismos, diferenças culturais, regionais, históricas, e leva sua verdade secular aos quatro cantos do mundo onde a palavra de Cristo se deverá fazer ouvir. Assim a Catequese, as Cruzadas, a Inquisição. Também a Psicanálise tem um referente que lhe permite diferir o que é perverso do que não é independente das circunstâncias? Seria o homem grego perverso? Além do mais, cabe a pergunta dos neo-pragmatistas: qual

é a vantagem de chamar de “perversos” a pessoas que em todo o seu ser evidenciam os sinais de uma castração estruturante, mas que amam o seu próprio sexo? Embora sempre enfatizando que não chama os homossexuais de perversos, Roudinesco parece apenas jogar mais um pouco de lenha na fogueira do que apontar uma posição mais clara.

O título do livro – *A parte obscura de nós mesmos* – mostra não só que a possibilidade perversa nos habita a todos, mas também alude a uma qualidade intrínseca da natureza humana: o Mal – qualidade necessária, inclusive, para dimensionar o seu chamado oposto – o Bem – numa dialética que nos faz “humanos” e não “deuses”, que nos obriga ao caminho do recalque, da negociação, e da concessão. Neuróticos... e não perversos. Será? Até quando?

Acabou sendo uma resenha! Talvez eu tenha lido um pouco mais que só uma vez...

resenha



O menino do pijama listrado: uma fábula ***The boy in striped pajamas: a fable***

BOYNE, John. Tradução de Augusto Pacheco Calil - São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 186 p

Rachel Stazjnberg*

A despeito de tudo o que já se pensou e escreveu, o tema da violência e da destrutividade permanece uma fonte inesgotável de inquietação e ameaça no universo humano. Confrontado com a questão: *por que a guerra?*, Freud não hesitou em denunciar o irredutível no desassossego constitutivo da subjetividade. Forjado no conflito pulsional carregado das intensidades, tanto eróticas quanto hostis, o homem nunca alcança uma paz durável, nem em seu interior, nem no meio ao qual pertence, uma vez que ele tende a projetar em sua comunidade o feroz duelo que o habita. Na melhor das hipóteses, quando bem sucedido, ele administra sua força predominantemente em favor de Eros, mas é muito grande o esforço para manter esse equilíbrio frágil por princípio.

O *bestseller* do irlandês John Boyne, “*O menino do pijama listrado*”, (já disponível também em versão

* Psicanalista, Membro Titular, Supervisora/ SPCRJ.

cinematográfica), retorna ao período da história que a humanidade não se cansa de revisitar. Alvo, ainda, de perplexidade diante do horror em dimensões grandiosas que escancarou, a Segunda Guerra Mundial metaforiza o que se pode produzir, com intenção e sob alegações fúteis, para eliminar os iguais da espécie, por interesses econômicos, narcísicos ou de qualquer outra natureza.

O autor lança mão do olhar ingênuo de um menino alemão de nove anos, obrigado a conviver com a desconstrução de toda a estrutura na qual se achava inserido, para revelar a devastação provocada pela deflagração bélica. A ruptura da estabilidade, as perdas materiais e afetivas remetem a um desamparo e um isolamento impossível de ser absorvido, tamanha a grandeza de seu componente traumático.

O contato da criança com o mundo adulto, na inevitável *confusão de línguas*¹ da disparidade maturacional, recrudescer o enigmático que, mesmo em circunstâncias não excepcionais, já evoca o absurdo para a apreensão infantil. Boyne remete a essa distorção com sagacidade estética - o *fuhrer* é nomeado como Fúria com a maior propriedade - assim como Auschwitz² é sarcasticamente rebatizado como Haja-Vista por Bruno, que nem sabe muito bem onde se encontra depois da perda abrupta de seu status anterior. Sua liberdade possível, até então usufruída, ficou sacrificada em todos os sentidos: embora fora do campo de concentração, ele também está confinado.

¹FÉRENCZI, S. (1933) Confusão de língua entre o adulto e a criança In: _____. *Psicanálise IV*. São Paulo: MartinsFontes, 1992.

²FREUD, S. (1927-1931) *Mal estar na cultura*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Edição standard brasileira)

Refém de sua situação privilegiada de ariano eleito e supostamente protegido, ele também passa por privações consideráveis. Isolado, longe do convívio social, Bruno é impelido a explorar o território que visualiza à distância e que lhe parece sombrio, mas muito povoado, por relação ao seu vazio. Comete a transgressão de ir além do espaço consentido e descobre assim “o outro lado”, onde reina uma miséria e uma devastação ainda maior que a sua. É ali, porém, na fronteira entre os dois mundos, que encontra um parceiro, um aliado no menino de sua idade, judeu, nascido no mesmo dia que ele, um “igual”. As crianças, carentes de contato, ainda não contaminadas pelo “*narcisismo das pequenas diferenças*”, tão caras aos adultos, estreitam seus laços e constroem nessa aliança um sentido para a existência, tanto de um quanto do outro. O interdito que a cerca de arame farpado poderosamente demarca não é suficiente para deter a demanda de amor e reconhecimento que impulsiona o gesto dos dois meninos na direção um do outro. A ameaça de perda de identidade em circunstâncias tão adversas é resgatada pela identificação mútua. Para eles deixou de haver fronteiras, pelo menos no plano afetivo.

O desfecho, tragicamente irônico, construído pelo autor, além de surpreendente e muito bem concebido, sinaliza aquilo que os impulsos não têm como reconhecer, pois pertencem ao território da razão, que eles não costumam freqüentar. O poderoso desejo de dominação, que ilusoriamente ameniza no homem o fantasma da vulnerabilidade de todos, cobra um tributo que não compensa o resultado alcançado, qualquer que seja ele. É que onde há guerra perdem todos -

Rachel Stazjnberg

vencedores e vencidos -, todos condenados ao mesmo destino mortífero derivado da falta de composição entre as partes, onde, apesar das renúncias, a vida e a perpetuação dela podem sair vitoriosas, até onde der...

resenha



Uma vida inventada. Memórias trocadas e outras histórias

A made up life. Misrecollections and other histories

PROENÇA, Maitê. Rio de Janeiro: Agir, 2008, 214 p.

Stella Maria Daudt da Veiga*

“Não sei o que faço aqui. Com quem estou falando? Por que essas revelações? Isso de passar a vida interpretando textos de outras criaturas vai abafando a própria voz [...]”(p.21) “Talvez esteja tentando construir uma ponte mais sólida entre mim e as pessoas porque preciso me comunicar para sair do isolamento onde me enfiei para me proteger, ora... da solidão. E quando eu derramar aqui toda a intimidade, com a lista exposta à minha frente nessa associação livre, talvez a vida se revele dando algum sentido à caminhada”(p. 22).

No livro “Lês mots pour le dire”¹ de Marie Cardinal, o mesmo se passa: É preciso encontrar as palavras para acabar com a distância entre ela e os outros. As palavras para exprimir a loucura. O dizer, sem filtro,

* Membro Associado /SPCRJ.

¹CARDINAL, Marie. Les mots pour le dire. Paris: Editions Grasset & Fasquelle, 1975.

é necessário. As palavras soltas levam-na a reviver as imagens da infância e da adolescência e abrem as portas trancafiadas do inconsciente.

Fantasias e realidade se mesclam na menina Maitê de 12 anos, que experimentou o assassinato da mãe amada, luminosa, que “tinha paz e alegria – e um futuro no olhar”, com 16 facadas cravadas com o ódio e o desatino de seu pai que “vivia cheio de fúria e com uma cara malvada de fim”. “Nesse espaço torto o medo infiltrava-se sorrateiro pelas frestas e cantos”. Por isso, diz Maitê, era tão bom, quase sempre, aconchegar-se à mãe e respirar sua maternidade, serena, inabalável. Era confortador acreditar que talvez fosse mesmo o pai o ponto desarmônico que a tudo contaminava com sua moléstia de humor.

Assim Maitê nos introduz a sua narrativa e, como se estivéssemos no alto de uma montanha coberta de neve, vamos deslizando, vivenciando com ela momentos de extrema angústia, sofrimento, desamparo alternados; e momentos mais plácidos, de descobertas, de céu azul, de alegrias e quando já acreditamos pisar em terra firme, um novo despenhadeiro se apresenta... Ela diz: “Achei que estava entrando num período de calma, a maturidade afinal, e de repente esse furacão[...] O sobe-e-desce emocional é um mulherio afoito que parece não caber no meu corpo pequeno” (p.11). “Dou entrevistas sobre a serenidade adquirida, mas cadê ela agora, nesse exato momento? Está lá, com a outra, aquela que medita, pondera, é segura e tem classe? Ainda bem que existe a outra p’rá trazer conforto, mas há horas que me escapa bem quando mais preciso dela”(Loc. Sit.).

Assim como o assassinato da mãe pegou Maitê de

surpresa, o convite para ser atriz enveredou sua vida para algo que inicialmente não lhe parecia trabalho de gente séria. Então, lá pelos vinte e poucos anos, percebeu que algo mudava dentro dela, e que tinha a ver com a atriz que se tornara, e que a salvou de uma vida de aridez sentimental. Assim podia sofrer, sentir saudade, inveja, ódio, dor, porque não era ela, e sim a personagem que experimentava essas “bobagens”. Foi assim, enganando-se, que deixou de ser uma pessoa assustada e defendida e aprendeu que não se morre de intensidade, mas pelo embrutecimento.

Maitê prossegue pela montanha afora. Horas despencando em vertigem de dor ou subindo às gargalhadas até o infinito supremo. Diz ela: “Neste mundo não há saída: há os que assistem, entediados, ao tempo passar na janela, e há os afoitos, que agarram a vida pelos colarinhos. Carimbada de hematomas, reconheço: sou do segundo time”(p. 15).

Escrever “Uma vida inventada” é um gesto de coragem, generosidade, e que poderia ser visto por alguns como um ato despudorado, pois Maitê vai mesclando sua escrita com relatos de experiências pessoais, de seus relacionamentos amorosos, com os fatos vividos... Esses, em letras contidas, quase como quem divide segredos muito íntimos: as paixões, os desvarios, as transgressões - que deveriam ficar calados para sempre? Parecem peças de um quebra-cabeça que foram atiradas aleatoriamente e que ela vai buscando, uma-a-uma, para armar um quadro onde possa descortinar essa história, de um lugar com distanciamento, para não ficar tão afetada pelas circunstâncias e acontecimentos, e nos convida a acompanhá-la, a nos sensibilizarmos com ela.

Vamos assim, a convite, adentrando no mundo interno de Maitê através da leitura e quando levantamos o olhar do texto nos deparamos com ela na televisão, como personagem ou como ela mesma, emitindo suas opiniões sobre a vida e queremos acreditar que elaborou os infortúnios, as circunstâncias trágicas que experimentou. Sim, ela também nos relata que seu pai mais tarde, acometido de uma doença grave, se suicida!

A autora nos leva a acompanhá-la pelo mundo afora, como quem busca dar conta, compreender, encontrar uma resposta. E perceber em si, aspectos de seu pai, os rígidos valores éticos que obstruíram muitas vezes caminhos fortuitos, e fazer da sua maneira de viver “solta e intuitiva” a forma de manter sua mãe viva em si.

Diz Maitê: “Sigo sim, por Ela e por mim. Sigo subindo e descendo as montanhas para saber o que há atrás da paisagem”.

A transgressão e a liberdade estão, todo tempo, se confrontando no desenrolar da leitura. O pai de Maitê se suicidou para pôr fim a um câncer que lhe dilacerava o cérebro. Ele convida sua filha para esse gesto transgressor. Ela, fazendo uso de sua liberdade, nega-se a realizar o ato.

Além das histórias, mentiras, invenções da mente - transgressões? Para a autora, artificios tristes, mas bonitos para sair da mediocridade, para interromper o intolerável. Chama a mentira de “tão nobre dispositivo” (pág. 171), e que “há que se ter respeito com a mentira” (pág. 171). Reconhece, entretanto, que foi pela mentira que sua mãe morreu. Aquele que não tolerava a transgressão, o guardião da honestidade, o reformador do mundo, comete, afinal, a maior delas!

Escrever tem para Maitê, qualquer coisa de transgressor: “[...] é uma espécie de suicídio em praça pública” (pág. 84). Mas, a transgressão tem a outra face, a sensação de momentos de graça, de imortalidade... Ela se refere à escritora espanhola Rosa Montero (“A louca da casa”) que diz: “A gente sempre escreve contra a morte”. Assim, Maitê, para sobreviver, reinventar-se, renascer de duas mortes trágicas, se dirige a nós leitores, para atribuir-se consistência; libertar-se de experiências tão dolorosas, usando as palavras. Reconstruindo-se, oferece-nos seu sorriso límpido, sua fisionomia harmoniosa, sua postura corajosa.

Seus leitores lhe são importantes nesse processo, a quem convida para no compartilhar desses episódios tão intensos e solitários, para sair de um confinamento.

“E quando eu derramar aqui toda intimidade, com a lista exposta à minha frente nessa associação livre, talvez a vida se revele dando algum sentido à caminhada - e quem sabe, então, eu esteja pronta para escrever num formato que disfarce melhor o fato de ainda continuar falando de mim” (pág. 22).

Livro corajoso, poético, sofrido, generoso.

²MONTERA, Rosa. *A louca da casa*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

resenha



Paradojas de la sexualidad masculina *Paradoxes of the male sexuality*

BLEICHMAR, Silvia. Buenos Aires: Paidós, Psicología Profunda, 2007, 254 p.

Regina Helena Landim*

Silvia Bleichmar (1944-2007), psicanalista argentina, estudou psicologia e sociologia em Buenos Aires. Em 1976 exilou-se. Fez um doutorado na Universidade de Paris VII, sob a direção de Jean Laplanche. Voltou à Argentina em 1986, onde, além de exercer seu ofício de psicanalista, trabalhou em instituições dedicadas à infância e foi professora universitária. Escreveu diversos livros e artigos.

Seu livro *Paradojas de la sexualidad masculina* é dedicado aos pacientes de sua clínica nos quais supôs, de maneira infundada, a existência de uma homossexualidade inconsciente. “A psicanálise tem uma dívida com os homens que se aventuraram no divã”, diz Bleichmar. “Uma dívida clínica, mas também uma dívida ética. Esta dívida é, em primeiro

* Psicanalista, Membro Aderente e Supervisora/SPCRJ; Mestre em Psicologia/Université Catholic de Louvain.

lugar, com nossos pacientes, por termos interpretado suas fantasias de masculinização – que em muitos casos vão até à busca de incorporação da virilidade a partir da relação com outro homem – como fantasias homossexuais.” (p.13) “A consequência disso”, continua ela, “foi a de ter cristalizado a angústia e o sofrimento provenientes desse modo de qualificação das representações que emergiam, sem oferecer outra alternativa além da aceitação resignada de aspectos “homossexuais inconscientes” pelos homens que a eles estavam sujeitos”. “Mas, nenhuma fantasia pode ser interpretada como se desse conta de um outro que não reconhecemos ser.” E, por outro lado, não se é “homossexual no inconsciente”, já que o inconsciente desconhece a contradição, e, portanto, a distinção homossexualidade/heterossexualidade. (p. 13-14)

Como Freud, a autora parte de sua experiência clínica para elaborar uma teoria. Também como Freud, que deduzia o desenvolvimento normal a partir do estudo das crianças, dos perversos e dos “primitivos”, nos quais, dizia ele, os traços que se encontram imbricados e harmonizados nas pessoas normais aparecem de modo isolado ou exagerado. Bleichmar parece ter chegado à sua formulação extremamente original do desenvolvimento do menino e do seu acesso à virilidade adulta normal a partir da clínica de casos tidos como “perversos” (homossexuais, travestis, transexuais).

Poderíamos dizer que o livro de Silvia Bleichmar está para a sexualidade masculina assim como o de E. Lemoine, “*Partage des femmes*” (1995) para a *sexualidade feminina*. Lemoine retomava o vínculo

precoce com a mãe, revelado por Freud em seu artigo “A sexualidade feminina” (1931) mostrando que o que poderia parecer homossexualidade na menina era, de fato, homossexualização, isto é, uma vinculação amorosa e identificatória à mãe, vivenciada como um duplo, que deveria ser resolvida por um processo de partição, específico da sexualidade feminina. Só depois de realizar a partição imaginária e a partição simbólica com sua mãe, a menina poderia, por identificação ao menino, passar ao processo de castração, também imaginária e simbólica.

Lemoine e Bleichmar partem de afirmações de Freud já bem conhecidas e assimiladas, mas chegam a um entendimento novo e fulgurante do que já tinha sido exaustivamente tratado. Para Freud, o desenvolvimento sexual do menino é simples, uma vez que ele conserva por toda a vida a mesma zona e o mesmo objeto sexual. Bleichmar reabre o debate: ninguém contesta o ser mulher, enquanto que o ser homem é sempre questionado. “Pode-se chegar a ser uma mulher melhor ou pior, mas não se deixa de ser mulher. Enquanto isso, o homem, sob certas circunstâncias, pode deixar de ser homem – ao menos no imaginário social, ou em seu próprio sistema de representações. – ou tem que demonstrar que o é.” (p. 44)

Para articular sua teoria, a autora distingue três tempos da identificação masculina. O ponto de partida é a identificação de gênero: muito cedo, antes de perceber a diferença sexual, as crianças são vestidas de certa maneira (o azul para os meninos), recebem um nome, brincam com certos brinquedos (carrinhos ou bonecas), expressam suas emoções de determinada

forma. Quando, finalmente, descobrem a diferença sexual, já foram marcadas em seu eu por essa primeira identificação, que é proporcionada à criança pelo Outro, segundo seu corpo biológico e os parâmetros que definem o que é próprio a cada sexo nessa cultura específica. (p. 27; 80-81; 208)

Num segundo tempo, o menino percebe a existência de um pênis em seu corpo, mas isso não é suficiente para constituir sua masculinidade genital, sua potência fálica. É necessário “[...] que o pênis se invista da potência genital, que é recebida de outro homem.” (p. 29) A virilidade só é adquirida pela incorporação do pênis paterno “[...] que instaura a angústia homossexual dominante no homem.” (p. 30)

E é apenas num terceiro tempo que se dá a identificação secundária, relativa às instâncias ideais, como foi descrito por Freud.

Continuando a desenvolver sua tese sobre a sexualidade masculina, Bleichmar sublinha o paradoxo que consiste em que o menino, para se tornar homem, precise passar por provas, quando se submete à autoridade do pai ou dos homens mais velhos de seu grupo social, para ser finalmente considerado um deles. Dito de outra forma, o menino, para tornar-se homem, precisa, paradoxalmente, incorporar (passivamente) o pênis do pai. (p.19) Esse momento seria essencial para o estabelecimento da sexualidade masculina adulta, ativa e fálica. A autora relaciona essa questão familiar com práticas relatadas pela Antropologia e pela História, mostrando que os ritos de passagem teriam a mesma função, sendo, entretanto, práticas sociais mais amplas, da mesma forma que o costume,

na sociedade grega antiga, dos jovens serem iniciados à sexualidade por homens adultos.

A distinção entre o que é histórico e, portanto, variável e o que é essencial e imutável nos conceitos e na clínica psicanalítica é uma preocupação que atravessa todo o livro.

Fiel à sua clínica, Bleichmar discute questões contemporâneas a respeito das novas sexualidades: homossexualidade, travestismo e transexualidade, assim como das novas formas de procriação. Desse ponto de vista, ela diverge do primeiro Freud, que definia a perversão, nos “Três Ensaio” (1905), como mudança de objeto ou de zona sexual e se aproxima da leitura de Lacan (1999) do “Bate-se numa criança” (FREUD, 1919), onde ele mostra que a fantasia mencionada no texto, originalmente edípica, torna-se impessoal. Para Bleichmar, é a não consideração do outro como sujeito que define a perversão. Então, as novas sexualidades são vicissitudes do sujeito, mas não perversões. É assim, com muito respeito, deixando de lado preconceitos, com muita sutileza clínica e muita abertura para a descoberta de novas maneiras de conceber a teoria, que ela acompanha casos difíceis no curso de seu livro, onde as identificações não coincidem e um menino de três anos e oito meses afirma, por exemplo: “Sou Ramiro, mas, quando crescer, vou me chamar Paulina”.

Referências:

FREUD, S. *Três Ensaio sobre a sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p.163-195. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 7). (Trabalho original publicado em 1905).

_____. *Bate-se em uma criança*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 17), p. 112-132. (Trabalho original publicado em 1919).

_____. *A sexualidade feminina*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 21), p. 257-279. (Trabalho original publicado em 1931)

LACAN, J. *O Seminário: livro cinco: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LEMOINE, E. *A mulher não toda*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

Normas para o envio de artigo para publicação

Cadernos de Psicanálise – SPCRJ

O artigo, inédito, deverá ser enviado, dentro do prazo estabelecido, em envelope lacrado, endereçado a:

SPCRJ/Coordenação da CPB – Cadernos de Psicanálise da SPCRJ. Rua Saturnino de Brito, 79 - Jardim Botânico - Rio de Janeiro/RJ - CEP 22470-030.

O envelope deverá conter, em documentos separados:

- uma **Folha de Rosto** conforme descrição abaixo;
- um **Resumo** conforme descrição abaixo;
- **três cópias impressas** do artigo com **título apenas na primeira folha** e sem qualquer identificação do autor, inclusive nas páginas internas (notas de rodapé ou de fim, ou referências dentro do texto);
- um CD (**regravável**) com **três arquivos separados** nomeados: **Folha de Rosto:** (nome do artigo e os dados descritos abaixo), **Resumo:** (nome do artigo e apenas os dados descritos abaixo) e **Artigo:** (nome do artigo e o artigo propriamente dito).

Orientações gerais

- Os trabalhos devem ter **no máximo 14 e no mínimo 8 laudas**, formatadas em:

Cadernos de Psicanálise - SPCRJ, v. 24, n.27, p. 285 - 290, 2008

- papel A4, letra Times New Roman 12, espaço entre linhas 1,5 cm; alinhamento justificado.
- margem esquerda com 3,0 cm e direita com 1,5 cm;
- margens superior e inferior com 2,5 cm;
- títulos e subtítulos em **negrito**, com maiúscula apenas na primeira letra (título em inglês em **negrito** e *itálico*).

• **A Folha de Rosto** deve conter o título do trabalho e o nome do autor e sua qualificação, endereço completo, com CEP e telefone (e-mail quando houver).

• O **Resumo** deve conter **apenas o título do trabalho** (em português e, logo abaixo, em inglês), resumo (cerca de 5 linhas) e **palavras-chave**, *abstract* e *keywords*, e ainda, a **data do envio do artigo**.

• As folhas internas devem estar numeradas e **sem qualquer informação que possibilite a identificação do autor**; apenas a primeira folha deve conter o título do artigo.

• Palavras estrangeiras e tudo que se quiser destacar devem estar em *itálico*; **nenhuma outra forma de destaque deve ser usada no corpo do texto**.

• Devem ser utilizadas **notas de rodapé**, com algarismos em arábico.

• Citações literais, diretas, com menos de 3 linhas devem estar entre aspas, dentro do texto, e aquelas com mais de 3 linhas devem estar em outro parágrafo, sem aspas, alinhamento **justificado**, com recuo de 4 cm da margem esquerda, fonte **tamanho 11 e espaço simples** entre linhas.

Orientações quanto à forma de redação das ‘REFERÊNCIAS’:

Elaboradas de acordo com as normas da ABNT (NBR 6023 ago./202; 6021 maio/2003; 6022 maio/2003), devem constar no final do texto, em ordem alfabética de sobrenome, com espaço **simples** entre as linhas, e **1,5** cm para a separação entre as referências.

Exemplos:

• **Um autor (sobrenome em maiúsculas e prenomes, abreviados ou não, e o título grafado em itálico; o subtítulo, não. Somente a primeira letra do título em caixa alta).**

BAUMAN, Z. *Amor líquido*: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: JorgeZahar, 2004.

• **Dois e/ou três autores (nome e sobrenomes – abreviados ou não - dos autores, separados por ponto e vírgula):**

BOTELHO, J. E.; CARNEIRO, M. P. F. O estranho passageiro. In: JORNADA DE PSICANÁLISE DA SPCRJ, 5. 2002. Rio de Janeiro. *O primitivo e o psiquismo*. Rio de Janeiro: SPCRJ, 2002. p. 19-25.

• **Mais de três autores (nome apenas do primeiro autor e a expressão et al., em itálico):**

GREEN, André et al. *A pulsão de morte*. São Paulo: Escuta, 1988.

• **Capítulo e/ou artigo de livro:**

BIRMAN, Joel. Uma dívida impagável. In: ARAÚJO, M. C. de; MAYA, M. C. B. B. (Org.). *Neurose obsessiva*. Rio de Janeiro: Letter, 1992. p. 49-106.

• **Artigo em periódico científico:**

PARSONS, Michael. Le contre-transfert de l'analyste sur le processus psychanalytique. *Revue Française de Psychanalyse*. Paris, n. 2, p. 385-404, avr. 2006.

TOSTES, Vera Maria da C. S. A dor como um possível recurso da existência. *Cadernos de Psicanálise-SPCRJ*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 24, p. 233-251, 2005.

• **Capítulo de livro com indicação da data de edição original:**

FERENCZI, S. Elasticidade da técnica psicanalítica. In: _____. *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 25-36. (Obras completas, 4). (Trabalho original publicado em 1928).

FREUD, Sigmund. Feminilidade. In: _____. *Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.p 139-165. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18). (Artigo original publicado em 1920).

Cadernos de Psicanálise - SPCRJ, v. 24, n.27, p. 285 - 290, 2008

• **Trabalho apresentado em evento (Congresso, Jornada, Seminário):**

VETTER, I. C. L. Aspectos técnicos no tratamento psicanalítico da depressão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICANÁLISE, 1., 1969, Caxias do Sul, RS. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 3, n. 1-2, p. 49-75, 1969.

• **Dissertação e/ou tese:**

LOPES, P. C. *Pragmática do desejo: aproximações a uma teoria clínica em Gilles Deleuze e Félix Guattari*. 1996. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - PUC-SP, 1996.

HISADA, S. A. *A intervenção por meio do “setting” como facilitador de mudança psíquica no processo psicoterápico*. 2000. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). USP, São Paulo, 2000.

• **Compiladores, Editores e/ou Organizadores: (Comp.), (Ed.), (Org.):**

CHEMAMA, Roland (Org.). *Dicionário de psicanálise*. Tradução de Francisco F. Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

• **Nos documentos em formato eletrônico, ao final da referência, acrescentar:**

Disponível em: < (site) www.>.
Acesso em:(data).....

Cadernos de Psicanálise - SPCRJ, v. 24, n.27, p. 285 - 290, 2008

Caso necessário, sugerimos consultar:

FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

Abreviaturas latinas (em *itálico*):

ibidem ou *ibid.* = na mesma obra.

idem ou *id.* = do mesmo autor (quando se trata de diferentes obras do mesmo autor).

op. cit. = na obra citada.

apud = citado por, conforme, segundo.

loc. cit. = mesma página de uma obra já citada (no lugar citado).

et al. = e outros

et seq. = para não serem mencionadas todas as páginas da obra referenciada (intervalo entre páginas).

DIVULGANDO ALGUNS DOS NÚMEROS ANTERIORES

Cadernos de Psicanálise v. 23, n. 26, 2007 – SOLIDÃO (291 páginas)

Em tempos tão corridos, tão marcados pela imagem, encontramos o homem só diante do espelho. Espelho este que reflete o desamparo, a incerteza, a instabilidade das escolhas e solidão. Como interlocutores deste tema Luiz Alberto Pinheiro de Freitas, Ronaldo Lima Lins e o Núcleo de Piera Aulagnier – SPCRJ trazem contribuições preciosas. Resenhas dos livros Os circuitos da solidão (Bernardo Tanis), Elas não sabem o que dizem. Virginia Wolf, as mulheres e a psicanálise. (Maud Mannoni) e Somos todos desatentos? O TDA/H e a construção de bioidentidades (Rossano Cabral Lima) enriquecem de maneira intrigante e instigante as múltiplas reflexões possíveis: algumas abordadas nos artigos que discorrem sobre este e outros interesses. Coroando a edição, uma entrevista cativante com Adélia Prado.

Cadernos de Psicanálise v. 22, n.25, 2006 – ÉTICA E SUBJETIVAÇÃO (355 páginas)

Em tempos de incertezas e de aceleradas mutações políticas e sociais é mais do que oportuna a articulação proposta entre os temas da ética e da subjetivação, bem como a discussão de suas implicações para a constituição do psiquismo e a gestação de valores e costumes na sociedade contemporânea. A questão é analisada em profundidade na seção “Tema em Debate” pelos integrantes do Núcleo Melanie Klein e Autores Neo-
Cadernos de Psicanálise - SPCRJ, v. 24, n.27, p. 291 - 293, 2008

Kleinianos/SPCRJ, por Nahman Armony (médico psiquiatra e psicanalista) e por Walter Sztajnberg (advogado). Este número apresenta ainda uma rica entrevista com o psicanalista Elias Mallet de Rocha Barros, além de 11 artigos selecionados pela Comissão Editorial. A resenha de um livro de Tales A. M. Ab'Saber – O sonhar restaurado: formas do sonhar em Bion, Winnicott e Freud., - editado em 2005 pela Editora 34, de São Paulo (320 p.) completa a edição.

Cadernos de Psicanálise v. 21, n. 24, 2005 – DOR (273 páginas)

A importância do tema reside na frequência cada vez maior com que os sofrimentos psíquico e físico costumam se manifestar associados, apesar de promessas de manipulação e controle eficaz da vida humana, feitas pelo progresso tecnológico. O tema é abordado na seção “Tema em Debate”, por Luiz Ricardo Prado de Oliveira e Paulo César Nogueira Junqueira (psicanalistas), Rogerio Luz (pesquisador da ECO/UFRJ, poeta e artista plástico) e Ferreira Gullar (poeta e crítico de arte). Sávio Moll (coordenador dos Doutores da Alegria/RJ) é o entrevistado deste número, que conta ainda com sete artigos selecionados pela Comissão editorial e duas resenhas.

Cadernos de Psicanálise v. 20, n. 23, 2004 – TRANSFORMAÇÕES (299 páginas)

Tema tão vasto, inspirou abordagens diversas, que vão da amizade às transformações corporais, da

Cadernos de Psicanálise - SPCRJ, v. 24, n.27, p. 291 - 293, 2008

depressão e melancolia às operações discursivas, da linguagem à clínica. A seção “Tema em Debate” traz relevantes contribuições de José Outeiral (psicanalista), Estrella Bohadana (filósofa) e José Francisco da Gama e Silva (psicanalista). Marie-Claude Lambotte (psicanalista) é a entrevistada nesse número. Referência maior no campo da melancolia, Lambotte aborda suas mais recentes proposições teóricas bem como seu intercâmbio com psicanalistas brasileiros. Constam, ainda, dez artigos selecionados, dentre os muitos apresentados à Comissão Editorial, e uma resenha.

Cadernos de Psicanálise v. 19, n. 22, 2003 – CORPO (363 páginas)

O corpo é abordado na seção “Tema em Debate”, por Teresa Pinheiro (psicanalista), Liana Albernaz de Melo Bastos (psicanalista) e Abram Eksterman (médico/psicanalista). Este número contém ainda: entrevistas realizadas com José Carlos Rodrigues (antropólogo/cientista social) e Maria José Sousa dos Santos (médica clínica), apresentando visões complementares do corpo; 13 são os artigos selecionados pela Comissão Editorial, dentre os muitos apresentados à avaliação; três resenhas.

Exemplares desses números, ou de outros anteriores, podem ser adquiridos diretamente na secretaria da SPCRJ, Rua Saturnino de Brito, 79 – Jardim Botânico – Rio de Janeiro – RJ, fone (21) 2239-9848.

Visite a seção Publicações e Artigos, no site www.spcrj.org.br para acesso a maiores dados sobre os conteúdos destes e de outros números dos Cadernos de Psicanálise-SPCRJ

Cadernos de Psicanálise - SPCRJ, v. 24, n.27, p. 291 - 293, 2008

Capa

A SPCRJ agradece à gentil contribuição de
Douglas de Oliveira Rocha

Editoração Eletrônica

SENAI Artes Gráficas
Núcleo de Informação Tecnológica
artesgraficas@rj.senai.br

Impressão

Fábrica de Livros - SENAI-RJ
flivros@terra.com.br

Assinatura

Cadernos de Psicanálise – SPCRJ

Nome: _____ _____
Endereço: _____ _____
Bairro: _____ Cidade: _____
CEP: _____ - _____ Telefone: () _____
E-mail: _____
Assinatura anual – R\$ 45,00 – com porte pago

Para assinar a revista Cadernos de Psicanálise – SP-CRJ preencha uma cópia desta folha, anexe o comprovante do depósito bancário e envie para o endereço abaixo; ou via fax (21) 2512-2265.

SOCIEDADE DE PSICANÁLISE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Rua Saturnino de Brito, 79 – Jardim Botânico
CEP: 22470-030.

DADOS BANCÁRIOS:

UNIBANCO (409)

Agência 0598

c/c 100122-4

CNPJ – 42.132.233/0001-98